



ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

DA SOCIEDADE SALESIANA

SUMÁRIO

- I. Carta do Reitor-Mor (pág. 3)
O início da execução do Pós-Capítulo
A DESCENTRALIZAÇÃO E A UNIDADE HOJE NA CONGREGAÇÃO
 1. A Unidade da Congregação — A Sociedade Salesiana é realidade eclesial — tem uma originalidade carismática que lhe é própria — é verdadeira congregação religiosa — de nível mundial. — 2. A Dinâmica da Descentralização — A Comunidade Inspetorial na Comunidade Mundial — Tensões e perigos — É necessário contínuo esforço de equilíbrio — Assumir as novas responsabilidades — 3. Para uma Estratégia de Fidelidade — Tensão, mas em clima de caridade — Passar as situações no crivo do CGE — Como alimentar a unidade.
- II. Disposições e Normas (não há neste número)
- III. Comunicações (pág. 45)
 1. Mudanças de Inspetorias — 2. Nomeação de Inspetores — 3. Rumo ao "Encontro Mundial de Salesianos Coadjuutores" — 4. O PAS ereto em Universidade Pontifícia — 5. "Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo" — 6. O "Curso de Preparação" para os futuros missionários — 7. "Solidariedade Fraterna" chega a 200 milhões.
- IV. Atividades do Conselho Superior e Iniciativas de Interesse Geral (pág. 52)
- V. Documentos (pág. 57).
 1. Sobre a nomeação do novo Conselheiro para a Pastoral da Juventude — 2. Sobre a unificação das Inspetorias de Quito e Cuenca — 3. Sobre a constituição da delegação de Méndez y Gualaquiza — 4. Sobre o Encontro Mundial de Salesianos Coadjuutores — 5. Sobre a ereção do PAS em Universidade Pontifícia.
- VI. Dos Noticiários Inspeitoriais (pág. 74).
 1. Os Inspetores aos seus Irmãos — 2. O Centenário de Dom Luís Versiglia — 3. Questionários sobre os Retiros dos jovens — 4. "Semana vocacional" no colégio — 5. Uma "Consultoria da Família Salesiana" — 6. Exposição Missionária circulante — 7. "As minhas férias nas missões".
- VII. Magistério Pontifício (pág. 83).
 1. Um decálogo para a oração do homem moderno — 2. Recompôr a unidade partindo do interior da Igreja — 3. O dia das Missões na perspectiva do Ano Santo.
- VIII. Necrológico — Terceiro elenco para 1973 (pág. 96).

I. CARTA DO REITOR-MOR

Roma, outubro de 1973.

Irmãos e filhos caríssimos,

Abro esta minha carta com duas notícias de família, que estou certo vos hão de agradar. A primeira se refere ao nome do novo Conselheiro para a Pastoral da Juventude, que, de acordo com o Conselho Superior, chamei para suceder ao nosso Dom Rosálio Castillo, nomeado Bispo coadjutor da Diocese de Trujillo, na Venezuela. Penso que os Inspectores já anteciparam: o novo Conselheiro Superior é o *P. Juvenal Dho*, Vice-Reitor Magnífico do PAS romano. Possui vasta competência no setor, e aceitou o meu convite com simplicidade salesiana, com o propósito de pôr a serviço da Congregação a sua não comum preparação científica e experiência prática. Recomendo, por isso, às orações e colaboração dos irmãos o caro P. Dho e o mandato que já começou a exercer.

E esta carta vos chega no término dos trabalhos que ocuparam intensamente o Conselho Superior no trimestre findo. Praticamente acabamos de examinar, para a aprovação, todos os Capítulos Inspetoriais Especiais. Foi trabalho sério e diligente, mesmo se sujeito a falhas inerentes às limitações humanas.

O início da execução do pós-Capítulo

É de dever manifestar aqui o nosso vivíssimo e agradecido apreço especialmente aos Conselheiros Regionais e aos irmãos adidos aos Dicastérios, que, com trabalho cheio de sacrifício, prestaram contribuição singularmente válida na análise de cada um dos documentos.

De minha parte vos confesso que tomar contato com os Capítulos Inspetoriais foi motivo de inúmeras reflexões. Vi

as Comunidades Inspetoriais das Regiões mais diversas reencontrar-se no comum esforço de aplicar no próprio ambiente, superando as peculiares dificuldades de lugares, as grandes idéias renovadoras do Capítulo Geral Especial.

Experimentei um sentimento de presença de Deus entre nós: tamanha boa vontade, iniciativas concretas, decisões corajosas de renovação, fidelidade a Dom Bosco e ao mesmo tempo abertura aos tempos. Por certo que encontrei também problemas (como poderia deixar de haver?), falta de segurança, e, às vezes, equívocos e perplexidades.

Mas a fundamental e sincera adesão ao Capítulo Geral Especial, e o amor indiscutível a Dom Bosco e à Congregação, patentes com clareza constante em todos os documentos, dão-nos confiança que conseguiremos, *viribus unitis*, realizar tudo o que o Capítulo Geral Especial requer, superando dificuldades e obstáculos que fazem parte das situações e tempo em que vivemos.

Com a aprovação dos Capítulos Inspetoriais Especiais podemos dizer que demos início de modo concreto e diria capitular, à execução do pós-Capítulo. Não tenho dúvida alguma de que cada Inspetoria se sentirá seriamente empenhada em traduzir em ato as deliberações do Capítulo Inspetorial Especial, tendo presentes as eventuais observações feitas pelo Conselho Superior.

Pelos primeiros passos que já demos, pela experiência de outros Institutos Religiosos e pela experiência também da Igreja após o Concílio, podemos prever que se tratará de período particularmente delicado.

Pensando no cargo que tenho de Reitor-Mor, neste momento da nossa história, sinto intensamente a grave responsabilidade do mandato que me cabe exercer hoje: não vos escondo que leio com temor o artigo 129 das Constituições renovadas: "*O Reitor-Mor é o sucessor de Dom Bosco, o Pai e o Centro de unidade de toda a Família Salesiana*".

Com frequência é que volto a refletir sobre essa afirmação, falo com os Superiores e com quem pode utilmente me iluminar, por causa da soma e grandeza de responsabilidade e problemas que implica.

Precisamente por isso, ao pôr em movimento a execução do Capítulo em todas as Inspetorias da Congregação, desejo convidar-vos a refletir comigo sobre a responsabilidade minha e do Conselho Superior.

Achamo-nos, com efeito, no ponto de partida do processo de descentralização estabelecido pelo Capítulo Geral Especial. Aliás, o mesmo Capítulo Geral, consciente do grave perigo que decorreria da descentralização, se não fosse bem entendida e se não se harmonizasse com as energias vitalizantes que se contêm nos valores unitários da Congregação, afirma que *“o governo em nível mundial garante a unidade de conjunto da Sociedade em sua vida e ação”* ⁽¹⁾.

Compreendeis, caríssimos, quão importante seja — diria fundamental — tratar de maneira adequada e completa esse tema delicado e atual, que interessa a todos. Prende-se-lhe de fato a vida, diria a existência mesma, da nossa amada Congregação.

Eis, portanto, o tema da nossa reflexão:

A DESCENTRALIZAÇÃO E A UNIDADE HOJE NA CONGREGAÇÃO

Precisamente porque, como acenei, estamos todos interessados, convido a cada um de vós, mas especialmente quantos têm a responsabilidade direta e imediata de traduzir em ato as linhas operativas a esse respeito, a que prestem a devida atenção a estas páginas, que visam a pôr em evidência e em planos concretos quanto a renovação querida pelo Capítulo Geral Especial esteja intimamente ligada e diria subordinada à ação harmonicamente equilibrada dos dois componentes: descentralização e unidade.

Para aprofundar pessoalmente o argumento convido-vos a reler nos Atos do CGE os números 138, 636, e — particularmente — 713-725; e nas Constituições renovadas os artigos 123-127.

Apraz-me ainda precisar que não analisaremos o tema em chave “dualista”, como se a unidade se opusesse à des-

(1) *Const.* n.º 124.

centralização e a descentralização, à unidade. Não! Estamos convencidos da sua recíproca dependência: a unidade viva da Congregação se realiza hoje na descentralização e um genuíno processo de descentralização implica explícito e concreto esforço de unidade.

O CGE quis, com efeito, que a Congregação fosse mais vitalmente “una” na descentralização, e estabeleceu que a descentralização fosse uma como encarnação pluriforme da sua missão: *“A Inspeção — diz o CGE — deve ter a peito as estruturas de unidade com o centro e dentro de si mesma, mas ao mesmo tempo as estruturas que lhe permitam realizar a missão salesiana de maneira conforme às exigências locais”* (2).

O argumento, haveis de compreender, obriga-nos a fazer um arrazoado sério, com reflexões doutrinárias, que a alguns irmãos podem parecer um pouco difíceis, mas que creio eu são indispensáveis e esclarecedoras, sobre os problemas impostos pela hora que a Congregação está vivendo.

1. A UNIDADE DA CONGREGAÇÃO

Para focalizar com precisão a reflexão sobre o tema proposto, será conveniente ter como ponto de partida uma consideração atenta da “natureza” da nossa Congregação. Não nos podemos contentar com uma visão sociológica e jurídica da unidade e da descentralização; queremos enquadrar a nossa reflexão em base de fé, considerando a identidade vocacional da Sociedade Salesiana na Igreja.

Enumeremos a esse respeito alguns pressupostos que eu chamaria *pontos finais*, porque já esclarecidos pelo Capítulo Geral Especial. Constituem plataforma, da qual queremos se parta a nossa reflexão.

São aspectos fundamentais, que encerram extraordinária riqueza doutrinária. Não é a mim que me toca deter-me em desenvolver tamanha profundidade. É tarefa própria de estudiosos. Parece-me, porém, indispensável lembrar algumas

(2) *Atos do CGE*, n.º 139.

passagens, não só porque são fundamentais, mas também porque ajudam não pouco a enquadrar de maneira justa o problema difícil da nossa unidade e descentralização.

A nossa Sociedade é realidade eclesial

Eis um primeiro pressuposto bem importante: a "Sociedade de São Francisco de Sales" não é uma simples "organização instutucional" em nível sociológico, mas é porção viva da Igreja de Cristo, de cuja natureza participa.

A Igreja, como nos recordou o Concílio ⁽³⁾, é realidade de natureza "*sacramental*".

Isso quer dizer "*organismo vivo*", constituído de duplo elemento unido de modo inseparável: um elemento divino, como elemento animador unitário, e um elemento humano de dimensão social. O elemento humano é sem dúvida dependente também da evolução dos tempos, mas sendo indissoluvelmente unido ao elemento divino, não se pode reduzir a nenhuma das formas institucionais puramente humanas.

É preciso, hoje, insistir sobre essa *realidade sacramental*, porque no intenso processo de secularização em ato, surge constante perigo da perda de consciência do que constitui a originalidade da "natureza" da Igreja. A mudança de cultura que presenciamos leva a iniludível revisão dos elementos humanos da Igreja, sobretudo do ponto de vista sociológico. Deve-se, por certo, admitir o progresso das ciências antropológicas e sua exigência de crítica objetiva. Seria, porém, ingênuo esquecer a característica principal da "natureza" da Igreja, o seu "princípio vital" e o modo especificamente "*sacramental*" com que se insere no plano social.

A visão do todo fica adulterada e cai — e se apresenta como sem vida — se não se "crê" na presença atuante de Jesus Cristo e no influxo vivificante do seu Santo Espírito, que fazem da Igreja o Corpo Místico do Senhor na história.

Ora, a nossa humilde Sociedade é, na Igreja, pequena porção viva da sua realidade sacramental. Com razão, pois,

(3) Cfr. *Lumen Gentium*, n.º 8.

se afirma que tem natureza *carismática*, pela qual o seu aspecto institucional e social está vinculado organicamente à presença e à animação do Senhor Jesus e do seu Espírito. O primeiro artigo das Constituições renovadas proclama-o de maneira feliz: *“Com sentimento de humilde gratidão cremos que a Sociedade Salesiana não nasceu apenas de projeto humano, mas por iniciativa de Deus. Essa presença ativa do Espírito é o sustentáculo da nossa esperança e a energia para a nossa fidelidade”*.

Na base da nossa comum vocação há um dom concreto de Deus, uma presença viva do seu Espírito, que é a origem primeira e a explicação mais profunda da unidade da Congregação.

Os nossos vínculos de comunhão começam antes, e não se podem reduzir a simples amizade humana. A comunhão na vocação não a exclui por certo, antes favorece-a e lhe serve muito quando existe. Mas se acha em nível mais profundo. A Comunhão é dom que vem do Espírito Santo.

Gosto de salientar essa afirmação com as palavras de um eminente teólogo: *“Cristãmente, a “communio” só pode ser procurada porque foi já dada antecipadamente por Deus em Cristo e na unção com o Espírito Santo, da qual somos impregnados. Todo querer-ser-um implica um ser-sempre-já-um; mas não graças a nós mesmos, não na base da capacidade natural de se abrir para os outros, mas sim porque Deus nos constituiu como filhos e co-herdeiros do seu Filho. A unidade que nos foi dada foge à nossa capacidade de dispor: deriva de Deus, realiza-se em Deus, e de Deus nunca se pode dispor”* (4).

O aspecto profundo da nossa comunhão de unidade é bem sublinhado nos textos do nosso CGE.

Nas Constituições os Salesianos são definidos: *“comunidade de batizados”* (5), ligados pelo *“vínculo da caridade e dos votos simples”*, pelo qual formam *“um coração só e uma alma só para amar e servir a Deus e para se ajudarem uns*

(4) Urs Von Balthasar, *Communio*: un programma, em *“Communio”*, 1972, n.º 1, pág. 6.

(5) *Const.*, n.º 2.

aos outros" ⁽⁶⁾. Toda a vida de consagração é vista nessa perspectiva, como meio para "*favorecer extraordinariamente essa comunhão*" ⁽⁶⁾. Na formulação da sua profissão o salesiano se empenha "*em viver na Sociedade Salesiana em comunhão de espírito e ação com os seus irmãos*" ⁽⁷⁾.

Eis o primeiro *ponto final*: é preciso situar a nossa reflexão sobre a unidade e a descentralização em nível da natureza própria da Congregação como instituição de vida religiosa na Igreja, para tratá-la como dom de Deus e evitar desvios horizontalistas.

O que procuraremos no processo das mudanças será antes de tudo o empenho de manifestar a presença do Espírito Santo entre nós, e de "*sermos, em estilo salesiano, sinais, e portadores do amor de Deus aos jovens, especialmente aos mais pobres*" ⁽⁸⁾.

A nossa Sociedade tem uma originalidade carismática que lhe é própria

Mas por que a nossa humilde Sociedade se deve considerar porção viva da Igreja?

O CGE deu resposta profunda e concreta. Recordemos o primeiro documento capitular.

Falar da nossa *originalidade carismática* não quer dizer atribuir a Dom Bosco a genialidade do pensador que descobre novas dimensões teológicas ou antropológicas; não pretendemos fazer dele um Agostinho de Hipona, ou um antropólogo moderno. Procuramos em nosso Pai a originalidade do "*fundador*", i. é, a sua fecunda e genial colaboração com o dom que o Espírito Santo depôs inicialmente na sua pessoa a fim de fazê-lo crescer e difundir no mundo para salvação da juventude.

Esse dom tem vários componentes. Constituem juntos a fisionomia da nossa identidade vocacional. E são os componentes da unidade viva da Sociedade Salesiana.

(6) *Ibid.*, n.º 51.

(7) *Ibid.*, n.º 74.

(8) *Ibid.*, n.º 2.

Poderemos individuá-los e defini-los? O CGE fala deles com precisão e largamente. Enumeremos os principais:

— a presença viva entre nós do Senhor e do seu Espírito que nos move hoje a reatualizar o dom permanente iniciado em Dom Bosco ⁽⁹⁾;

— a “missão” que nos é atribuída na Igreja ⁽¹⁰⁾;

— os conteúdos do “espírito salesiano” ⁽¹¹⁾;

— um projeto original de vida evangélica ⁽¹²⁾;

— um estilo de presença apostólica: “o sistema preventivo” ⁽¹³⁾;

— uma peculiar dimensão comunitária em espírito de família ⁽¹⁴⁾.

Quando falamos da originalidade carismática da Congregação tocamos ainda num aspecto vinculado de modo particular ao seu “*elemento divino*”, constitutivo da sua identidade e indispensável à sua existência. A Congregação é *uma*, segundo esse projeto, ou não é.

Definição, componentes e mediações de serviço da nossa originalidade carismática estão contidos autenticamente sobretudo no livro das Constituições: “*Ele traça a fisionomia da nossa vocação e nos propõe uma Regra de vida. Recebemo-lo com reconhecimento e disponibilidade para realizar a plenitude da caridade: ‘Correrei pela senda dos teus mandamentos, pois tu me dilatas o coração’*” ⁽¹⁵⁾.

As Constituições são o modelo oficial da nossa fisionomia vocacional; modelo confirmado pela autoridade da Igreja, no qual encontramos “*as riquezas espirituais da tradição salesiana e as normas fundamentais para a vida da nossa Sociedade*”; elas, portanto, “*orientam de forma estável o sentido da nossa profissão, iluminam-lhe a fidelidade*”, e nos

(9) Cfr. *Atos do CGE*, n.ºs 1-22.

(10) *Ibid.*, n.ºs 23-57.

(11) *Ibid.*, n.ºs 85-105.

(12) *Ibid.*, n.ºs 106-127.

(13) *Ibid.*, n.ºs 58-84; 93; 360; 365; *Const.*, n.º 25.

(14) Cfr. *Atos do CGE*, n.ºs 84; 481-503.

(15) *Const.*, Proêmio.

garantem a autenticidade do caminho evangélico que escolhemos” ⁽¹⁶⁾.

As Constituições constituem então o ponto privilegiado de referência para o nosso característico projeto de vida religiosa e o critério máximo de unidade da Congregação.

Eis, portanto, outro *ponto final*: o processo de descentralização não pode prescindir nem adulterar os componentes da nossa originalidade carismática definida pelas Constituições; deverá antes encarná-los em todas as situações.

E é mesmo assim: a descentralização implica aumento de participação na responsabilidade de procurar e promover as riquezas espirituais que constituem a essência da nossa vocação. Por isso, compreender melhor em todas as Inspeções a originalidade e as características próprias do nosso espírito, conhecer, meditar e praticar as Constituições, será preocupação fundamental inerente ao conceito mesmo de *unidade e descentralização*. Sem o que viria a faltar o tecido conjuntivo antes, algo de mais vital ainda, para a vida unitária da Congregação.

A Sociedade Salesiana é verdadeira Congregação Religiosa

Demos um passo para a frente. A “Sociedade de São Francisco de Sales” vista na sua dimensão institucional, não é simplesmente uma, aliás grande, organização de trabalho, mesmo se apostólico. Não é nem sequer, exclusivamente, “movimento” de fraternidade espiritual.

Alguém, antes do CGE teria podido pensar em algo de semelhante; é possível que alguém tenha sugerido que a nossa Sociedade teria devido evoluir como “Instituto Secular”. O CGE declarou também esse aspecto da nossa identidade vocacional. Afirmou formalmente que a Sociedade de São Francisco de Sales é “Congregação Religiosa” especificamente distinta de um “Instituto Secular”. Por isso, um processo qualquer de transformação, que, por pura hipótese,

(16) *Ibid.*, n.º 200.

tomasse entre nós direção neste sentido, seria arbitrária e inadmissível adulteração da nossa identidade.

A necessidade, a urgência até de evolução e adaptação segundo os sinais dos tempos, com as conseqüentes mudanças em inúmeros aspectos culturais e sociais, é hoje indiscutível, mas deverá respeitar sempre as exigências da nossa identidade na “forma” de vida explicitamente definida pelas Constituições. Se coisa há clara nas origens da nossa Sociedade, é que Dom Bosco quis para os seus colaboradores mais íntimos uma forma de vida própria de “Congregação Religiosa”, embora com a máxima ductilidade ⁽¹⁷⁾.

O fim que tenho em vista — escrevia Dom Bosco ao Vigário Capitular de Turim — é estabelecer uma sociedade que, enquanto perante as autoridades do governo conserva todos os direitos civis dos seus membros, perante a Igreja constitua um verdadeiro corpo moral” ⁽¹⁸⁾.

Aos seus primeiros colaboradores não parecia simpática a idéia de serem verdadeiros “religiosos” ou, como então se dizia popularmente, “frades” ⁽¹⁹⁾; todavia entenderam bem claramente que Dom Bosco lhes pedia precisamente isso: “*Frade ou não frade — são as palavras de João Cagliero — estou decidido a nunca me separar de Dom Bosco*” ⁽²⁰⁾.

Com precisão canônica — de certo não casual — as Constituições renovadas afirmam: “*Nossa Sociedade consta de eclesiásticos e leigos, que levam vida comum na profissão pública dos conselhos evangélicos. É, na Igreja, um Instituto religioso de vida ativa, de direito pontifício, isento, e de ritos diversos*” ⁽²¹⁾.

Os Institutos Seculares, por exemplo as Voluntárias de Dom Bosco, realizam a sua vocação em outra forma de vida: “*não a partir da vida comum, mas de dentro das estruturas do mundo*” ⁽²²⁾.

(17) Cfr. Atos do CGE., n.ºs 128-180.

(18) MB, 7,563.

(19) Cfr. MB, 3,547; *Annali*, vol. 1, pág. 12 e 31.

(20) MB, 6,334-5.

(21) *Const.*, art. 3.

(22) Cfr. Atos do CGE., n.º 168.

A “vida em comum” no sentido mais rico, é a nota que distingue as Congregações religiosas, dos Institutos Seculares. O decreto conciliar sobre a vida religiosa indica os fundamentos da vida religiosa inspirando-se na primitiva comunidade cristã descrita nos Atos dos Apóstolos: “*A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém dizia que eram suas as coisas que possuía, mas tudo entre eles era comum*” (23).

No “*Perfectae Caritatis*” enumeram-se algumas conseqüências concretas, como a vida em comum numa fraternidade autêntica, a oração comum, a unidade visível dos sócios num mesmo espírito como fonte de energia para o trabalho apostólico (24).

O nosso CGE descreve precisamente a comunidade local salesiana como grupo de “irmãos que, entrando a fazer parte de uma casa legitimamente ereta, levam vida comum em unidade de espírito com o Superior, desempenhando co-responsavelmente, na pastoral de conjunto, sua atividade apostólica” (25).

É, pois, oportuno repetir: quem entre nós na Congregação quisesse, como quer que seja, orientar o movimento de mudanças e descentralização para uma forma de vida do Instituto Secular, prejudicaria a identidade da Congregação, e com isso mesmo a vocação comum de toda a Família Salesiana. Certamente a Congregação poderá ter ao seu lado também um ou vários Institutos masculinos e femininos; mas não é por isso que pode ela mesma perder a própria identidade, mediante a qual desempenha missão particular em favor dos outros grupos da sua Família.

Eis, pois, outro *ponto final* de realização que não se pode descuidar: a lealdade vocacional exige de todos os irmãos sincera “opção de pertença” à Congregação como tal, segundo o projeto religioso, que lhe é próprio, de vida evangélica. Querer procurar novos modelos de vida religiosa, renunciando de fato a uma opção de pertença, seria expor-se a fáceis desvios, cujas conseqüências podemos calcular.

(23) At 4,32.

(24) Cfr. *Perfectae Caritatis*, n.º 15.

(24) *Const.*, n.º 181.

A Sociedade Salesiana é de nível mundial

O CGE nos lembrou também que a nossa Congregação não é “federação” de comunidades independentes entre si, mas é uma única *“Sociedade articulada em Comunidades Inspetoriais e estas em Comunidades locais”* ⁽²⁶⁾.

As Constituições nos dizem que “o Reitor-Mor, como Superior de toda a Sociedade Salesiana, exerce nela plena autoridade de governo. Tem poder ordinário sobre todas as Inspetorias, as Casas e os Sócios tanto no espiritual como no temporal. Representa oficialmente a Sociedade” ⁽²⁷⁾. Não fiz esta citação com ar de ridículo afã de inculcar o direito constitucional que de resto ninguém põe em dúvida e que por outra parte deve ser hoje exercitado com renovado sentido de serviço e em estilo colegiado. Fiz para recordar um dos aspectos da identidade da nossa Congregação: não somos Federação de Comunidades autárquicas, mas uma única Sociedade, uma Verdadeira Comunidade mundial!

Certamente nesta Sociedade se deve renovar e robustecer o sentido vivo da “comunhão” e ao mesmo tempo o respeito às “justas autonomias”; mas “comunhão” e “justa autonomia”, mais que se oporem à unidade, são seus componentes. A comunhão, com efeito, pressupõe a diversidade; e a autonomia, que não significa independência, garante o respeito da diversidade na harmonia da comunhão.

Essa consideração influi não pouco no modo de pensar e realizar a nossa descentralização, que se deve efetuar sem romper o aspecto importante da unidade mundial, que dá um tom de testemunho característico à nossa vocação salesiana e eficácia estratégica de serviços e disponibilidade na Igreja ⁽²⁸⁾.

Dom Bosco já no primeiro Capítulo Geral manifestava claramente o seu pensamento a esse respeito: *“Estamos ainda em nossas origens; o nosso número não é extraordinariamente grande, e até agora o Oratório foi centro para to-*

(26) *Const.*, art. 124.

(27) *Const.*, art. 130.

(28) Os *Atos do CGE* dedicam ao assunto várias páginas, de modo particular os n.ºs 713-722 que vos convido a reler com atenção.

dos. Mas indo para a frente, se não se estudam todos os modos de estreitar esse vínculo, em breve sobrevirá um estágio heterogêneo e não haverá mais absoluta unidade entre nós. É preciso fazer de tudo para nos vincularmos num só espírito” (29).

O serviço da autoridade

Permiti-me, nesta hora de crise, recordar um dos instrumentos mais delicados e importantes para o serviço da nossa unidade mundial: o Reitor-Mor, o Conselho Superior e os Inspetores com seus respectivos Conselhos Inspetoriais. O serviço que prestamos (direi melhor: o nosso ministério de autoridade) deve ser exercido “em todos os níveis em nome e na imitação de Cristo e no espírito de Dom Bosco”; é “um serviço aos irmãos”, “que visa a promover a caridade entre os irmãos, a coordenar o trabalho de todos, a animar, orientar, decidir, retificar para que se realize a nossa missão” (30). “Nos diversos níveis, o centro que garante a unidade é, no pensamento de Dom Bosco, o respectivo superior” (31). O Governo Central deve “garantir a unidade do conjunto da Sociedade em sua vida e ação” (32).

O Reitor-Mor tem como solicitude principal “promover constante e renovada fidelidade dos Sócios à vocação salesiana” (33). Por isso, nos Regulamentos se explicita que o Reitor-Mor deve manter-se “em contato vivo com as Inspetorias, com as Casas e com os Sócios”, e se recomenda por sua vez aos Sócios que se mantenham unidos ao Reitor-Mor acatando as suas diretrizes” (34).

É em perspectiva grandemente unitária que se considera o ministério da autoridade tanto na sua fonte (35) como no seu exercício: “Os Superiores, em todos os níveis de governo, participam de uma única e mesma autoridade e a exercem em comunhão com o Reitor-Mor, para o bem de toda a Sociedade. Assim, enquanto promovem o bem de cada co-

(29) MB, 13,286.

(30) Const., art. 125.

(31) Atos do CGE, n.º 720.

(32) Const., art. 124.

(33) Ibid., 129.

(34) Regul., 95.

(35) Cfr. Atos do CGE, n.º 721.

munidade, visam sollicitamente à unidade, ao incremento e ao aperfeiçoamento de toda a Congregação" ⁽³⁶⁾.

Entre os encargos principais do Conselho Superior está o de "fomentar a união fraterna entre as diversas Inspetorias" ⁽³⁷⁾. Os Conselheiros Regionais devem encarecer de modo particular um vivo e concreto sentido de fraternidade e de família no relacionamento dos irmãos e das Inspetorias com o Reitor-Mor e com o Conselho Superior e dos Inspetores entre si" ⁽³⁸⁾.

O Inspetor "exerce o serviço que lhe cabe com caridade e sentido pastoral, com vistas à formação de uma comunidade fraterna inspetorial" ⁽³⁹⁾, e "exerce o seu cargo em união com o Reitor-Mor" ⁽⁴⁰⁾.

Como se vê, o nível mundial da nossa comunidade não é simplesmente de tipo organizativo ou tático, como meio para garantir a eficácia do trabalho e consolidar a estrutura da Congregação, a sua disciplina, mas tem em si um valor muito mais profundo. Com efeito, quando, p. ex., se diz que o Reitor-Mor é "*centro de unidade*" para toda a Congregação, enuncia-se uma verdade não meramente organizativa mas verdade da ordem da comunhão carismática; pois o Superior é, como representante de Cristo ⁽⁴¹⁾, fautor de unidade e princípio de comunhão. É ponto de referência de que se não pode prescindir.

Manifestação tangível da dimensão mundial da Congregação é o *Capítulo Geral*, cuja razão de ser, configuração jurídica e dinâmica interna, deve ser considerada como a expressão máxima dessa dimensão. Não pode ser comparado com um parlamento político. Faz parte do nível carismático, o da unidade da Congregação, já em ato no mundo, mas que é ao mesmo tempo procurada laboriosamente mediante o diálogo, a reflexão comunitária, e na rica diversidade das comunidades inspetoriais.

(36) *Const.*, n.º 131.

(37) *Ibid.*, n.º 134.

(38) *Regul.*, n.º 128.

(39) *Const.*, n.º 167.

(41) Cfr. *Perfectae Caritatis*, n.º 14.

A comunhão na unidade em nível mundial é uma realidade, mas não é de modo algum uma espécie de castelo definitivamente construído, no qual nos possamos instalar para sempre. É, ao invés, uma realidade dinâmica, em evolução e crescimento, mas infelizmente sujeita também a retardamento, diminuição, falhas e perigos.

É a meta principal a que se tende, difícil e às vezes também dolorosa como o ideal, mas deve ser procurada incansavelmente, com pureza de intenção, com humildade e com coragem, sempre com a preocupação de autêntica fidelidade a Dom Bosco e ao seu espírito.

É também este outro *ponto final* que se deve pôr em relevo: somos uma “comunidade mundial”, e isso implica vínculos reais de comunhão que vão além dos limites das Inspetorias.

Nessa comunhão lembramos sobretudo a função privilegiada de serviço reservada ao Capítulo Geral e ao Reitor-Mor. “*O Capítulo Geral é o sinal precípua da unidade na diversidade da Congregação*”. “*Os Sócios aceitarão de boa mente as suas deliberações que obrigam a todos, tão logo sejam promulgadas pelo Reitor-Mor*”⁽⁴²⁾.

E o Reitor-Mor é “o sucessor de Dom Bosco”, com função de “*pai e centro de unidade*”, i. é, ponto de convergência de toda a Congregação e fonte de onde partem estímulos qualificados para a unidade. Isso faz com que nele se substancie (permiti-me a expressão) e na união com ele e com o Conselho Superior encontre expressão plástica, a comunhão efetiva das Inspetorias na unidade concreta de uma realidade única mas operante em escala mundial.

2. A DINÂMICA DA DESCENTRALIZAÇÃO

Procuramos fixar, até aqui, alguns pressupostos ou “pontos finais” de base, porque pensamos que os campos e a evolução da nossa Congregação no futuro deverão estar em consonância e a serviço da sua identidade vocacional. Qualquer transformação que lesasse a essência concreta da

(42) *Const.*, n.ºs 151-152.

Sociedade de São Francisco de Sales como a quis Dom Bosco e a Igreja a aprovou, não seria progresso de crescimento, mas desvio suicida.

Esforcemo-nos agora em compreender e aprofundar a verdadeira dinâmica da nossa *descentralização* e da nossa *unidade*.

A Comunidade inspetorial na comunidade mundial

Para refletir convenientemente sobre o que entra em jogo no processo atual de descentralização da Congregação, é importante a visão renovada de “comunidade Inspetorial” apresentada pelo CGE ⁽⁴³⁾.

A Inspetoria é, via de regra e em sentido oficial, uma porção da Congregação que encarna propriamente em uma coordenada geográfica o conceito de “Comunidade Salesiana Particular”, descentralizada e com uma autonomia que lhe é própria. Ela *“reúne em comunidade mais vasta diversas comunidades locais. É canonicamente ereta quando se apresentam as condições necessárias e suficientes para promover eficazmente, numa determinada circunscrição jurídica, a vida e a missão da Congregação, com a autonomia que lhe compete segundo as Constituições”* ⁽⁴⁴⁾. A descentralização tende principalmente a determinar e a aperfeiçoar a estrutura e as mediações da Comunidade Inspetorial.

Imaginemos, para sermos concretamente claros, uma Inspetoria cujos limites geográficos coincidam com região de determinadas características sócio-culturais. Veremos logo, nela, que a dinâmica da vocação salesiana será movida por uma dupla preocupação:

— de uma parte, o critério de ordem espiritual de fidelidade à identidade da Congregação fundada por Dom Bosco;

— de outra, o critério de ordem social de saber encarnar de verdade na cultura e nas exigências locais.

Nesse duplo movimento — o “centrípeto” da unidade e o “centrífugo” da pluriformidade — pode situar-se a razão

(43) Cfr. *Atos do CGE*, n.º 139, 185, 506, 512.

(44) *Const.*, n.º 162.

iluminadora do nosso esforço pós-capitular de descentralização na unidade.

A Congregação é uma só na Igreja, mas culturas e situações humanas em que deve encarnar a sua vocação variam com os tempos e lugares.

Isso requer um dinamismo de pluriformidade, pelo qual a unidade da Congregação deve escapar à uniformidade e deve articular-se e diferenciar-se como a de um organismo mundial.

Mas para que seja possível uma pluriformidade harmônica é necessário que as diversidades do pluralismo sejam assumidas e englobadas harmoniosamente no movimento centripeto da unidade. Cada uma das Inspetoriais deve ser qualitativamente a Congregação, enquanto lhe encarna a única vocação.

Entre “Comunidade Mundial” e “Comunidade Inspetorial” deve haver integração, porque a primeira engloba a segunda. Essa inclusão não provém de uma convenção qualquer, mas deriva imediatamente da mesma natureza de ambas. Numa “federação” de comunidades autárquicas, a relação de comunhão se manifesta antes como um ato jurídico, exterior e posterior; mas não é assim entre as “Comunidades inspetoriais” e a “Comunidade mundial”, cujos nexos são como nexos entre os membros vivos em um único corpo vivo.

Para garantir que subsista essa integração, essa íntima inclusão a que acabo de me referir, não são suficientes simples aspirações ou relações oficiais intermitentes, de conveniência, relações burocráticas e... diplomáticas; requer-se preocupação contínua de comunhão vocacional e vontade política de permanente confronto com vista à fidelidade a Dom Bosco.

Uma Inspetoria não poderá ser autenticamente uma “Comunidade Salesiana Particular” se não realiza a identidade vocacional de toda a Congregação. Antes, nenhuma comunidade inspetorial é verdadeiramente leal com os seus membros se não os leva mais além de si mesmas, se não os leva à unidade da Congregação mundial.

Tensões e Perigos

Não há quem não veja que entre os dois movimentos — centrípeto e centrífugo — presentes no processo de descentralização, se desenvolve uma dinâmica de “tensão”. E toda “tensão” pode degenerar em “conflito”, quando um dos dois polos do movimento prevalece sobre o outro com detrimento deste.

Infelizmente todos temos experiência, na Congregação, de não pequenas falhas num e noutro sentido. Indiquemos algumas, para enriquecer o realismo da nossa reflexão.

O polo da unidade está exposto à tentação da uniformidade, provocando um “centralismo” que prescinde das diferenças topográficas, descarta as diversas exigências sócio-culturais, desconhece o princípio de subsidiariedade e não dá a importância devida às novas dimensões da co-responsabilidade e do diálogo.

Por outra parte estamos nestes anos, assistindo a verdadeira reação em cadeia contra qualquer tipo de uniformidade. Mas o ímpeto dessa reação é tamanho que não só se empenha em destruir o grave defeito do “centralismo”, mas parece queira deveras suprimir o mesmo “centro”.

É um perigo agir só por reação. As consequências dessa atitude são evidentes, nem são necessárias exemplificações particulares. Ao invés, o Reitor-Mor, com o Conselho Superior, tem realmente necessidade de diálogo franco e contínuo com todos, para se esforçar intensamente em aumentar a fidelidade e a dedicação ao seu encargo de “centro de unidade”, procurando por certo evitar os possíveis defeitos do centralismo.

Eu vos convido a me ajudar — ou melhor, a nos ajudar — a nos tornarmos cada vez mais os servidores desse alto e indispensável encargo de centro, procurando a identidade vital da Congregação e superando as tentações de uniformidade.

O polo da descentralização corre, por sua vez, o risco de “miopia”, fechando-se num horizonte por demais limitado e superestimando as suas próprias características locais.

Hoje, mesmo na Congregação, não são imaginários os perigos seguintes: nacionalismo religioso-eclesiástico, democratização coletivista, independência concreta do exercício da autoridade central, diminuição, na prática, dos vínculos de co-responsabilidade mundial.

O CGE insistiu, p. ex., sobre a inserção na pastoral local ⁽⁴⁵⁾, indicou um possível serviço salesiano fora das obras da Congregação ⁽⁴⁶⁾, formulou critérios novos sobre o modo de atuar na formação ⁽⁴⁷⁾. Tudo isso trará vantagens e vitalidade se encarado e executado segundo as exigências da identidade. Caso contrário, poderia causar um afrouxamento dos vínculos com o Centro, e dos valores vitais da nossa unidade.

Não é, pois, absurdo falar de “perigo de cisão” para algum grupo que se concentre em razões sociológicas e exigências culturais. Como o P. Congar nota, “*o lugar do cisma, na Igreja, i. é, o ponto de ambigüidade e perigo é precisamente o vínculo muito estreito que se cria entre o cristianismo e uma cultura, um interesse nacional, uma empresa humana, pessoal, e sobretudo social*” ⁽⁴⁸⁾.

É necessário contínuo esforço de equilíbrio

A “tensão” entre os dois polos não se deve nunca resolver na superioridade de um sobre o outro, mas requer contínuo esforço de equilíbrio entre os dois movimentos.

Num organismo vital o equilíbrio não é elemento que se possa dar por adquirido uma vez para sempre, nem é situação que se possa fixar com uma norma. É o produto existencial da concorrência de forças vivas; requer, por isso, atenção paciente, contínuo empenho de estímulos, modificações, correções e iniciativas. Numa palavra, o equilíbrio há de ser construído e cuidado diariamente. A ação, portanto, dos diversos níveis de governo, mas especialmente do Reitor-Mor do Conselho Superior, deve ser a de alcançar o equilíbrio

(45) Cfr. *Atos do CGE*, n.º 185.

(46) Cfr. *Ibid.*, n.º 392.

(47) *Const.*, n.º 106.

(48) Y. M. Congar, *Santa Iglesia*, Barcelona, 1965, pág. 113.

favorecendo, estimulando, prevenindo situações, respeitando limites, suprimindo falhas.

Se considerarmos com realismo a situação da Congregação no seu processo pós-capitular, devemos reconhecer que, de uma parte, ainda não funcionam convenientemente várias estruturas de co-responsabilidade descentrada; e de outra, as instâncias diversificantes e centrífugas são as que mais se percebem.

O pluralismo, como situação de fato, é realidade em ato em toda a Congregação; não tem tanta necessidade de ser estimulado como de ser guiado e equilibrado pela fidelidade à identidade vocacional (pluralismo, de fato não significa que na Congregação se pode fazer tudo e fazer de qualquer modo). É urgente estabelecer localmente e fazer funcionar as estruturas de co-responsabilidade, p. ex., no âmbito da formação.

Da minha parte, e da de todo o Conselho Superior, é dever acentuarmos de maneira decisiva — para alcançarmos o equilíbrio conveniente — os componentes da unidade; também porque é precisamente este o ministério específico do governo central, definido pelo CGE como *“uma estrutura de unidade”* ⁽⁴⁹⁾.

Nas Diretrizes para a Ação do primeiro documento capilar, depois de ter insistido sobre a importância renovadora de *“uma inserção mais adequada do serviço pastoral salesiano na pastoral de cada Igreja local”* com a conseqüente diferenciação mundial, se afirma de maneira explícita: *“Esse pluralismo legítimo requer maior empenho no cultivo da unidade, contatos fraternos e freqüentes entre as várias Comunidades Inspetoriais e com o Reitor-Mor, sinal sensível da nossa unidade”* ⁽⁵⁰⁾.

Assumir as novas responsabilidades

Meus caros, chegamos neste ponto a uma palavra concreta de organização, que infelizmente não vejo ainda realizada suficientemente em nosso processo de descentralização.

(49) Cfr. *Atos do CGE*, n.º 720.

(50) *Atos do CGE*, n.º 185.

Acenei há pouco às estruturas de co-responsabilidade descentralizada; além disso as Constituições renovadas nos falam claramente do princípio de subsidiariedade: “A *auto-riedade de qualquer gênero e nível* — dizem elas — *deve deixar à iniciativa dos organismos inferiores e de cada indivíduo o que pode ser feito e decidido por eles. Supõe tudo isso eqüitativa distribuição dos poderes entre os diversos órgãos de governo*” ⁽⁵¹⁾.

Pois bem, toda comunidade inspetorial deve fazer, nesse âmbito, sério exame de consciência. Porque, se o governo central deve “*deixar aos órgãos inferiores o que pode ser feito por eles*” ⁽⁵²⁾, e eles — por falta de iniciativa, ou por indolência, ou por interpretações errôneas — não tomam providências para fazê-lo no modo devido, a Congregação corre o risco não irreal de um “vácuo de poder”, que, sob o rótulo de pseudo-descentralização abre a porta, em mais de um lugar, a uma situação de desordem e decadência.

Deixai-me que vos ajude a assinalar alguns pontos, para esse exame de consciência sobre a nova responsabilidade — primeiramente inspetorial — de organização. Ei-los:

— Alargamento de poderes do Inspetor com o seu Conselho Inspetorial, p. ex., sobre a nomeação dos Diretores e do Mestre dos noviços ⁽⁵¹⁾;

— a importância e a nova função do Capítulo Inspetorial ⁽⁵⁴⁾;

— o modo de efetuar a formação e a organização dos estudos ⁽⁵⁵⁾;

— as consultas para as nomeações dos Inspetores, dos Conselhos Inspetoriais e dos Diretores ⁽⁵⁶⁾;

— a organização da estrutura de governo das Casas ⁽⁵⁷⁾;

— o funcionamento da assembléia dos irmãos ⁽⁵⁸⁾.

(51) *Const.*, n.º 127.

(52) *Atos do CGE*, n.º 720.

(53) *Cfr. Const.* n.ºs 112; 183; 187.

(54) *Cfr. Ibid.*, n.ºs 117; 180; 193.

(55) *Cfr. Ibid.*, n.º 106.

(56) *Cfr. Ibid.*, n.ºs 169, 174; 183.

(57) *Cfr. Ibid.*, n.ºs 187; 189.

(58) *Cfr. Ibid.*, n.º 194.

Em apêndice vou expor-vos um elenco de aplicações concretas da descentralização determinada pelo CGE: mesmo se incompleto, o elenco será matéria muito útil para exame de consciência.

Por esse elenco, embora incompleto, de responsabilidades demandadas às estruturas intermédias, percebemos quanto importa sejam elas eficazes e seriamente assumidas por aqueles aos quais são pedidas.

Pensai, p. ex., nas consultas a que são convidados todos os irmãos. Se cada um dos irmãos responde antes de mais nada ao convite sem cómodas abdições e age com consciência serena no único interesse do verdadeiro bem da comunidade, sem se deixar levar por sentimentos pessoais puramente humanos ou — pior ainda — parciais, que preciosa contribuição vai dar assim à escolha das pessoas mais idôneas aos vários “serviços” à Comunidade!

Assim também para o problema vital do pessoal em formação. Uma acomodação qualquer, sem verdadeiros formadores; uma sistematização que não respeitasse as exigências dos formandos, descuidando, p. ex., a fundamental formação salesiana dos indivíduos — esses autênticos “vácuos” levariam fatalmente a tristíssima decadência de toda a nossa missão e a deformação da nossa imagem e identidade.

O mesmo se diga se o noviciado — pelo que se refere ao lugar, pessoas e programa — se devesse ficar esvaziado da sua importante missão. E poderíamos continuar nas exemplificações.

Ora compreendeis logo que grande empenho é necessário ter — nos vários níveis — para que as numerosas incumbências transferidas pelo Capítulo Geral às estruturas intermédias sejam executadas de fato no espírito com que foram pedidas. É esse o método para que a descentralização se torne eficiente e sirva na realidade para dar força à unidade que é o nosso elemento vital.

Valorizar as estruturas intermédias

Há, além disso, outro importante aspecto organizativo em nosso processo de descentralização: o cuidado de certas

estruturas intermédias, como as “Conferências Inspetoriais” e os “Grupos de Inspetorias”.

Não se trata de agrupamentos nominais, mas de verdadeiras mediações de descentralização. Por isso hão de ser cuidadas, estimuladas e valorizadas, com empenho e também com sacrifícios, e com pessoal eficiente ⁽⁵⁹⁾.

O limite de modalidade cultural ou a convergência em alguns aspectos de homogeneidade não coincidem necessariamente com os confins de uma Inspetoria salesiana; sucede até o contrário. Toda Inspetoria deve então saber notar as exigências antropológicas da realidade em que vive, e abrir-se às outras Inspetorias convergentes. Por isso é que nestes últimos anos se criaram as “Conferências Inspetoriais” e os “Grupos de Inspetorias”.

São por certo estruturas ainda incipientes, mas com possibilidades de particular influência na vida da Congregação. Pensai, por exemplo, nas suas possibilidades de serviços com relação à formação inicial, e também permanente dos irmãos.

Pode-se dizer que se lhes esteja dando a importância que merecem?

3. PARA UMA ESTRATÉGIA DE FIDELIDADE

Vejamos agora, na perspectiva de propósitos concretos, qual deveria ser a linha de empenho para todos, cada um segundo as exigências da própria função na Congregação.

Diria que temos necessidade de nos sintonizarmos e integrarmos reciprocamente, numa estratégia de fidelidade à nossa comum vocação na Igreja. Cada um de nós poderá avizinhar-se — por função ou mentalidade — mais de um polo que de outro, mas todos agiremos em comunhão de intentos para chegarmos ao equilíbrio entre os dois polos.

Antes de tudo repito o que indicava no início da nossa reflexão: não devemos encarar esse tema em chave de dualismo, como se a descentralização se opusesse à unidade e

(59) Cfr. *Ato*s do CGE n.ºs 723-725.

vice-versa. Devemos pensar nas exigências da unidade e da descentralização com mentalidade decididamente favorável e positiva e não tomando posição polêmica e defensiva num ou noutro sentido. Sem ignorar os diversos perigos a que acima me referi, evitemos fazer consistir a nossa ação numa espécie de ataque a um dos dois erros, embora potenciais, da cisão ou do centralismo que asfixia. Urge que se empenhe antes em promover de maneira simultânea e harmoniosa os valores próprios da unidade e da descentralização, a fim de que se tornem de fato vitalmente complementares.

Certamente uma estratégia de fidelidade implica dinamismo de iniciativa e intuição de cálculo para obter o equilíbrio das forças em tensão e sanar em tempo os conflitos, indo até às últimas causas e raízes. E aqui se apresenta imenso trabalho de observação, reflexão, informação, contactos, diálogos e organização eficiente, iluminada e guiada por antevidência e larga visão. Que belo panorama de trabalho, particularmente para quem exerce ministério de autoridade em qualquer nível que for!

“Tensão”, mas em clima de caridade

É sumamente útil não perder de vista que a tensão “unidade-descentralização” é fato próprio da natureza “sacramental” da Igreja e, por analogia, da Congregação, e encerra dimensões de docilidade ao mesmo Espírito Santo.

Essa tensão é fundamentalmente um “fato espiritual” e não uma espécie de concessão à moda. Por isso deve ser vivida no clima da caridade.

Isso leva a antepor a perspectiva espiritual a qualquer técnica ou visão somente humana. Portanto, centralidade da Eucaristia em nossa vida concreta ⁽⁶⁰⁾, intensidade da oração para implorar a ação de Nosso Senhor sobre a Congregação ⁽⁶¹⁾, cuidado e defesa do amor de Deus nas Casas e Inspeções, como fonte e forma de fraternidade salesiana.

Caríssimos, deixai que repita ainda uma vez: esse é o caminho real, o único eficaz para se chegar a construir o

(60) Cfr. *Const.*, n.º 61.

(61) Cfr. *Ibid.*, n.º 58.

edifício essencial da nossa fecunda unidade: trata-se de caminho espiritual, correspondente à natureza da nossa vocação, que é precisamente um “fato” espiritual. Fora disso o que há é esterilidade, vácuo, decadência.

Quero, a esse propósito, citar uma página do nosso Bem-aventurado Padre Miguel Rua. Depois de ter lembrado o artigo 7.º das Constituições que vigoravam então (*“Todos os sócios levam vida comum, ligados unicamente pelo vínculo da caridade e dos votos simples, o qual os une de tal modo que formam um só coração e uma só alma para amar e servir a Deus”* ⁽⁶²⁾), o P. Rua acrescenta: *“Essas palavras brotam do coração de Dom Bosco, ardendo da mais viva caridade. Mostrem-nos que, enquanto a caridade é a essência da vida cristã, é muito mais a alma da vida religiosa.*

“Quem é que não vê traçada nessas poucas linhas a nota característica da nossa Pia Sociedade? Sem afeto mútuo, não unidos por um mesmo espírito, eles (os salesianos) arrastariam uma vida mesquinha e infeliz, ver-se-iam isolados vivendo embora em meio a multidão tão numerosa de pessoas, e trabalhariam sem fruto.

“Para esconjurar tão grande mal é que precisamente se dirigem todas as solitudes dos nossos Superiores. Para conseguir que sejamos todos unidos de modo a formar um coração só e uma alma só, é que tendem as visitas, as conferências e os rendicontos. Esse também é o motivo por que várias vezes durante o ano eu vos dirijo algumas cartas circulares” ⁽⁶³⁾.

As situações no crivo do CGE

Para obter essa harmonia unitária, também na razoável descentralização, embora tão repleta de diferenças de mentalidade e opiniões, julgo indispensável insistir sobre a necessidade de considerar os documentos do CGE, apesar dos inevitáveis defeitos humanos que os possam acompanhar, como ponto de encontro e convergência de todos os irmãos.

(62) Cfr. nas Const. atuais o art. 51.

(63) DON MICHELE RUA, *Lettere Circolari*, pág. 446 e seguintes.

O Capítulo Geral é, por definição, “o encontro fraterno dos Salesianos e o sinal precípua da unidade na diversidade da Congregação” ⁽⁶⁴⁾. As deliberações do CGE, fruto de tamanha preparação, estudo, sofrimento e grandíssima participação de irmãos, devem ser como instrumento privilegiado de convergência universal. Nelas, sobre a plataforma comum do amor a Dom Bosco, nos devemos poder “encontrar” todos, jovens e anciãos, apesar da variada gama de suas diferenças ideológicas, porque, “mediante o Capítulo Geral a Sociedade Salesiana inteira, deixando-se guiar pelo Espírito do Senhor, procura conhecer, em determinado momento da história, a vontade do Pai celeste, para melhor serviço à Igreja” ⁽⁶⁵⁾.

Quanto importa então que em cada Inspetoria e em cada Comunidade se faça sério trabalho de investigação, confrontando o processo de mudanças que se está realizando, com os grandes componentes da identidade salesiana descrita pelo Capítulo: sentido da presença de Deus entre nós, missão, espírito salesiano, forma própria da nossa vida consagrada, vida comum em espírito de família, “sistema preventivo”...

O confronto entre as linhas capitulares e a ação das comunidades não se pode limitar à simples iniciativa privada ou particular de um grupo, necessariamente exposta aos perigos do subjetivismo. Deverá ser também comunitário e oficial, baseado na seriedade e na objetividade. Estudo e opinião de peritos, úteis certamente, terão sempre necessidade — especialmente em certos casos e situações — do juízo do Reitor-Mor e do Conselho Superior. Só assim é que se pode avaliar em última instância a autêntica validade de determinada mudança e o critério de identidade para certas situações de pluralismo.

O CGE fez, em certo sentido, um trabalho prévio; mas o confronto e a verificação que vos proponho não é nunca trabalho terminado e estático, pois que implica medir-se continuamente com realidades vitais em rápida evolução, e com situações locais e pessoais que muitas vezes tornam a apresentar a tensão dos dois importantes polos em termos novos. A metodologia do crivo seja sempre acompanhada pela

(64) *Const.*, n.º 151.

(65) *Ibid.*

atitude positiva e pela visão espiritual, de que vos falava acima. Assim não se reduzirá a uma espécie de confronto judiciário ou de “semáforo normativo”, mas será um trabalho de meditação e estímulo, para guiar os irmãos à redescoberta dos grandes valores da salesianidade, dos seus aspectos atraentes e que entusiasmam, dos seus elementos germinais carregados de futuro.

O nosso processo de mudança adquirirá assim o sentido vivo da reatualização e desenvolvimento do idêntico dom de Deus, que se manifesta na pessoa de Dom Bosco.

Como alimentar a unidade

A estratégia da fidelidade requer, de maneira definitiva, dedicação nova, mais consciente e operante, para tornar viva e ativa a nossa identidade salesiana.

Deixai-me enumerar alguns meios concretos para obter esse intento.

Olhando bem, são precisamente esses instrumentos que, postos em ação, alimentam a unidade que deriva do desenvolvimento harmoniosamente dinâmico dos dois polos. De aqui podeis deduzir toda a importância do seu real funcionamento. O fato de que o Capítulo Geral volte repetidamente a esses temas é prova da importância que lhe dá. Eis algumas citações bem significativas:

— “*Haja contatos fraternos e freqüentes entre as várias Comunidades Inspetoriais e com o Reitor-Mor*” ⁽⁶⁶⁾.

— “*A unidade deve ser fortemente mantida e procurada mediante estruturas de corresponsabilidade, formação, comunicação, intercâmbio e governo bem adaptadas e eficientes*” ⁽⁶⁷⁾.

— “*Tal comunhão é incrementada pela solidariedade, pela participação nos interesses apostólicos da Congregação, pela comunicação e informação sobre o trabalho dos irmãos, pela unidade e união com o Reitor-Mor e o seu Conselho*” ⁽⁶⁸⁾.

(66) *Atos do CGE*, n.º 185.

(67) *Ibid.*, n.º 137.

(68) *Const.*, n.º 56.

— “O Reitor-Mor mantenha-se em contato vivo com as Inspetorias, com as Casas e com os Sócios, promova reuniões e encontros e favoreça o conhecimento das atividades apostólicas da Congregação” ⁽⁶⁹⁾.

Uma preocupação reaparece constantemente nos vários documentos do CGE: é preciso alimentar e incrementar os contatos e intercâmbios entre periferia e centro, nas formas mais variadas e oportunas, de modo que nós, onde quer que estejamos, possamos sentir-nos e ser de fato “Congregação”. A saber, ser comunidade de homens que, vivendo e trabalhando nos mais diversos países, se sentem parte viva e integrante de um corpo único, cujos membros participam constantemente da circulação vital dos valores salesianos e realizam contínua ação de dar e receber.

Reuniões e encontros

Quanto aos encontros, de vários tipos e nas formas mais diversas que o Reitor-Mor e o seu Conselho devem promover, temos em estudo um programa em linha geral orgânico e gradual; será estudado em tempo oportuno com os grupos interessados, de maneira que esses encontros correspondam às necessidades e escopos que juntos nos propomos alcançar. A experiência nos diz que os encontros, se bem estudados, e preparados com roteiro que apresente temas concretos, e com métodos de estudo e debates que ajudem a solução de determinados problemas, são assaz úteis. E não o são menos, por causa de todos os frutos que provém dos contatos pessoais, da convivência, da oração feita em comum, da troca de experiências comuns, do diálogo vivo sempre proveitoso quando mantido com o sincero espírito de comunhão, que se esforça por compreender e respeitar valores capazes de manter e tornar sempre viva nossa vocação, e fecunda nossa missão.

Com critérios análogos, no plano de Conferências Inspetoriais e de grupos de Inspetorias, encontros variadamente articulados e organizados revelam-se sobremaneira frutuosos.

(69) Regul., n.º 95.

É claro que em todas estas iniciativas — como aliás em qualquer atividade nossa — é preciso sempre deixar-se guiar pelo sentido da discrição e das proporções. Não queremos de fato encorajar certa moda, que alguns críticos definem como “*mania de reuniões*”, multiplicando de qualquer maneira reuniões de toda espécie, que não se justificam nem pelo tempo que se emprega nem pelo dinheiro que se gasta e especialmente pelos frutos que se obtêm. Mas seria injustiça e gravemente danoso renunciar aos encontros e reuniões que, como a experiência demonstra, se são organizados no modo devido, se tornam instrumentos eficientes e em certos casos insubstituíveis.

Circulação de notícias salesianas

O CGE mais de uma vez insiste também sobre a comunicação e a informação como instrumentos eficazes e necessários à unidade da Congregação. Essa insistência corresponde a constatação elementar e básica. Para “viver a família”, espalhados como estamos em todos os continentes, é claro que se precisa conhecer o que sucede entre os membros da mesma família: alegrias, lutos, iniciativas, provações, problemas, realizações; conhecer, em suma, a vida que se desenvolve na grande e complexa comunidade que é a Congregação.

Na prática, porém, o salesiano — não menos do que qualquer homem de hoje — acha-se como que sujeito a cerradíssimo bombardeio de mensagens de toda espécie, provindo dos mais diversos e aperfeiçoados instrumentos de comunicação social. Mensagens impostas da parte de fora com técnicas aperfeiçoadas, capazes de prender a atenção do seu espírito, distraí-lo, desorientá-lo.

As conseqüências para a vida religiosa muitas vezes são mais graves do que se pode pensar. A televisão — já se notou — faz conhecer o que acontece do outro lado do mundo, mas impede se saiba o que acontece na sala ao lado. Assim a torrente de mensagens, de toda espécie e proveniência, espalhadas pela comunicação social entre nós, comporta o risco de nos exteriorizarmos e alhearmos, de fazer-nos perder de vista as notícias de casa, os acontecimentos que deveríamos ter mais a peito.

Se por infelicidade isso acontecer, então empana-se pouco a pouco a imagem da Congregação, a missão salesiana decai em nossa estima, afrouxa-se o laço que nos prende a Dom Bosco e à Igreja.

Ao contrário, uma corrente contínua e corroborante de informações vivas sobre a nossa família é capaz de reavivar o interesse pelos ideais salesianos, de fortalecer o sentido da nossa pertença à Congregação, de consolidar assim a comunhão e a unidade da família de Dom Bosco.

Para isso os superiores locais devem tomar a peito a informação salesiana. Têm o dever de manter abertos e em funcionamento os canais, mediante os quais é ela transmitida, valorizá-los e multiplicá-los.

Cabe-lhes sobretudo a tarefa de garantir que em toda comunidade sejam programados — e vividos em plenitude — os “tempos da informação salesiana”. Em passado não muito remoto, quando os instrumentos de informação por força das coisas não eram tão aperfeiçoados e espalhados como hoje, os “tempos da informação salesiana” estavam bem colocados no quadro da vida comum e pessoal do salesiano. E hoje?

Seria triste se entre as causas de dispersão e talvez também de defecção de um ou outro salesiano se devesse elencar também esse componente, a falta de união em espírito com os irmãos, que traz inevitavelmente consigo a descaída do sentido de pertença à Congregação.

Circulação, pois, das notícias salesianas: de todas, obviamente, menos as notícias para as quais a prudência e a caridade aconselham reserva. Isso requer a comunhão entre pessoas, i. é, dar e receber com fraterna confiança em espírito de família, recordando sempre que tudo é ordenado à edificação do Corpo de Cristo e do bem da Congregação. Também as inevitáveis notícias desagradáveis e dolorosas devem ser aproveitadas como advertência, e depois como estímulo à edificação do bem e da caridade.

“Atos do Conselho Superior”

Mas há outro aspecto importante no setor da comunicação. Precisamente porque a nossa Congregação tem um

espírito, estilo e missão que lhe são próprios, é claro que quem tem a responsabilidade principal de não dissipar essas riquezas, mas de conservá-las vitalmente ativas no tempo e no espaço, exerça essa ação obrigatória com os meios mais aptos, para chegar a todos os irmãos.

Um instrumento que tende a corresponder de modo preciso ao duplo serviço de informar os membros da Congregação e ao mesmo tempo dar as diretrizes que as circunstâncias sugerem para o fim de manter vivo o comum espírito e, por isso, a unidade da Congregação, são os "*Atos do Conselho Superior*".

Reconheço que não podemos dizer tenhamos feito dela até agora instrumento perfeito; procuramos, porém, melhorar este serviço precioso e insubstituível. Um passo notável para a frente se deu com as traduções nas línguas principais da Congregação; também quanto à tempestividade e pontualidade da sua publicação houve progresso de nossa parte. Quanto ao conteúdo, enquanto se procura melhorar e corrigir, parece-nos que em todos os números haja matéria que não pode deixar de interessar o salesiano. Ficáramos, todavia, agradecidos a quem quisesse dar sugestões úteis para tornar os *Atos* cada vez mais vivos e interessantes.

Mas, dito isto, acho que devo acrescentar que seria vão qualquer esforço para tornar os *Atos* mais correspondentes à sua função, se não fossem depois utilizados no modo devido. Infelizmente sabe-se que muitas vezes não são levados à conhecimento dos irmãos e das comunidades. Nesses casos ficam eles carecendo de elemento assaz importante de informação no âmbito da Congregação com as consequências negativas a que acima me referia.

Não vos parece, caríssimos, que toda informação que nos fala da Congregação mereça a nossa particular atenção, antes um... tratamento preferencial? No fundo é questão de amor à nossa Mãe, à própria Família espiritual; amor que tanto mais se sente e cresce, quanto mais se conhece o objeto amado: não se ama o que não se conhece.

Compreende-se então como a indiferença pela informação incida negativamente sobre a união e a estima pela Congregação e seus centros de interesse, sobre o sentido de

comunidade (que é a nossa força energética e vivificante), e de modo definitivo sobre o sentido mesmo da nossa identidade vocacional.

Por esses motivos, enquanto faço a todos o convite a que leiam pessoalmente os *Atos*, peço instantemente a Inspectores e Diretores se preocupem em concreto para que em nossas Comunidades se leiam e comentem especialmente algumas de suas secções de particular importância e interesse. O momento da “leitura espiritual” prescrita pelos regulamentos pode otimamente servir para esse fim.

Noticiários Inspetoriais

Para completar o assunto parece-me natural pedir que o Centro receba informações com certa frequência. Precisamos disso. Com esses contatos, mesmo epistolares, efetua-se a circulação e osmose contínua de idéias e notícias que faz de um organismo como o nosso — presente nas formas mais variadas em todos os continentes — um corpo que sente e age unitariamente no espírito e métodos.

Em tema de informações de que o Centro precisa, devo congratular-me e agradecer às numerosas Inspetorias que nos enviam os seus Noticiários. Vejo com prazer o esforço contínuo para melhorar.

Como tereis visto, os *Atos* abriram nova secção, respigando dos Noticiários as informações que parecem de maior interesse para as outras Inspetorias.

Será bom, como já fazem alguns, alargar o horizonte do “Noticiário Inspetorial”, fazendo oportunamente seleção de notícias salesianas de interesse geral.

“Solidariedade Fraterna”

Expressão concreta, e por isso, eficaz, da comunhão universal da nossa família é também a “Solidariedade”, que se manifesta com a doação, por parte de quem tem, a quem tem menos, de bens materiais, mas também doação de outra espécie.

Essa doação assume particular valor em quanto, via de regra, é fruto de renúncias e sacrifícios, de iniciativas cheias de indústrias, contribuições etc., de irmãos os quais querem desse modo participar e estar presentes em situações de necessidades de outros irmãos.

Todos vós sabeis que de alguns anos para cá está em curso a *"Campanha da solidariedade fraterna"*, em que tomam parte muitas Inspetorias com frutos que vão além dos auxílios materiais que se podem oferecer a Inspetorias e obras que estejam precisando. Infelizmente não conseguimos dar resposta adequada a muitos pedidos e tanto mais o sentimos, quanto mais vemos que se trata de situações claramente necessitadas de ajuda.

Há um fato que impressiona nesta iniciativa. Não poucas comunidades inspetoriais entre as mais necessitadas quiseram, a custa de pesados sacrifícios pessoais, participar também elas, da iniciativa. Eu vos confesso que ficamos comovidos quando chegam certas quantias com a descrição dos sacrifícios com que puderam ser alcançadas, e ainda mais ao ver o sentimento humilde mas sincero de irmãos que vivendo em extrema necessidade, reconhecidos por quanto receberam da solidariedade fraterna, quiseram, *"fazer algo para os irmãos — como dizem eles — mais necessitados"*. É bem verdade que onde é maior a pobreza, mas sensível é o coração às necessidades de outros irmãos.

Creio supérfluo insistir sobre a participação de todas as Inspetorias em iniciativa sempre aberta. Agradecendo desde estas páginas as Inspetoriais (e são muitas) que já a inseriram no seu calendário caritativo e espiritual (estou pensando nas iniciativas quaresmais), espero que logo não faltará nenhuma Inspetoria que não responda ao convite do Reitor-Mor à solidariedade. Pois não é um convite a esmola, mas a ação consciente em que, mediante a troca entre dar e receber, se cria e alimenta o vínculo concreto de caridade congregacional que se transforma em riqueza para todos.

Sobre o tema da solidariedade vos convido a ler o que escrevia o P. Rua sobre a porfia de caridade fraterna que promoveu em 1898 para ajudar a casa de Conceição, no

Chile ⁽⁷⁰⁾. Achareis idéias e sentimentos bem válidos ainda para hoje.

Conhecer melhor Dom Bosco

O desejado retorno às origens fará reflorar o entusiasmo ⁽⁷¹⁾. Para tanto ajudarão não pouco o *Instituto de Espiritualidade Salesiana* e o *Centro de Estudos Dom Bosco*, que funcionarão normalmente no PAS, já no próximo ano acadêmico.

Mas compreendo que há muito por se fazer para que Dom Bosco seja conhecido na sua realidade completa: é ação que se deve organizar com método e gradualmente, despertando o interesse das novas gerações, e criando, segundo as necessidades, instrumentos mais idôneos.

A pessoa de Dom Bosco, sua obra, sua palavra viva, estudadas com amor, tem potência unitiva e de atração.

Dela ficam longe — infelizmente — muitos Salesianos, especialmente jovens, talvez por alguma reação que de certo modo se pode explicar, mas que já é anacrônica, e talvez também por falta de meios oportunos e adequados.

Entretanto devemos perguntar, onde se deve, que é que se está fazendo e que é que se pode fazer nos Noviciados e no período de formação, para que os irmãos jovens tenham adequado conhecimento de Dom Bosco — não superficial nem só biográfico —, mas do seu pensamento, do seu espírito, do seu método, etc.

Conheço as dificuldades de várias espécies que se devem superar para realizar esse programa, mas trata-se de interesses fundamentais para a vida da Congregação. Por isso não devemos parar diante das dificuldades, mas devemos estudar concretamente o modo como superá-las. Daqui do Centro procuraremos dar toda ajuda e facilitação possível.

Urge achar os modos concretos para restaurar esse conhecimento e fazer com que os irmãos se entusiasmem com

(70) Cfr. P. RUA, *Lettere Circolari*, pág. 305.

(71) Cfr. *Atos do CGE*, n.º 186-187.

esse contato. Não se pode apreciar nem amar o que não se conhece. Dom Bosco é ponto chave, elemento fundamental de unidade.

Despertar amor à Congregação

Estima e dedicação à Congregação, com verdadeiro amor filial, foi a força expansiva e coesiva maior nos anos de ouro da nossa história. Olhando bem a fundo, não se pode considerar verdadeiro amor a Dom Bosco o amor que fosse separado do amor à Congregação, que é — no seu conjunto — a projeção de Dom Bosco e a sua continuidade na história e no mundo.

Esse duplo amor — a Dom Bosco e à Congregação — claramente manifestado, encorajou muitas vocações, fez com que se superassem momentos difíceis, conservou firme a estrutura da nossa família e foi motor de grandes empreendimentos. Não obstante um ou outro aspecto superficial de certo estilo que hoje é tido como “triumfalista” — que, aliás se podia explicar no passado —, trata-se de valor de apreço que não se pode desprezar e que não se deve perder. Por fim de contas é amor ao Espírito do Senhor, que nos reúne, nos dá uma missão, nos ajuda a realizá-la.

Como, porém, não é sentimento inato, nem fruto autônomo da profissão religiosa, nem muito em moda hoje em certos meios, deve ser pacientemente cultivado e incrementado, começando desde as primeiras etapas da formação salesiana.

Contribuirá muito a tal fim o *exercício* cheio de confiança e sereno daquilo a que podemos chamar o “*magistério*” oficial da Congregação, integrado evidentemente pelo convite e pelo pedido de um estudo pessoal, que prepare o terreno quer para a execução, quer para a assimilação do conteúdo do ensino oficial. Estamos realmente diante duma espécie de alergia ou inapetência com relação a qualquer ensinamento que parta da autoridade; é, pois, urgente procurar metodologia que desperte “apetite” da doutrina que traz em si — como norma — maior garantia de verdade, como uma espécie de magistério ordinário jerárquico.

Na escola do serviço de Deus que é a vida religiosa, o contato com o mestre — eclesial e religioso — é essencial à vida, ao progresso e à perfeição. Aos mestres oficiais toca o dever-direito de esclarecer, explicar, difundir as grandes idéias e os pontos essenciais unitivos que dão o “sensus salesianitatis”. Se o superior é prioritariamente “santificador”, não pode deixar de ser “mestre”, precisamente para ser santificador.

Como na Igreja a verdade é confiada pelo Espírito a toda a Igreja, mas sob a guia jerárquica dos mestres da fé, assim a nossa herança espiritual salesiana se mantém, cresce e frutifica com a colaboração de todos os herdeiros, mas sob a guia dos mestres oficiais.

Realizar a unidade nos Superiores

Dom Bosco manifestava a preocupação que tinha pela unidade, pensando no tempo em que houvesse superiores que não tivessem vivido ao seu lado, i. é, superiores não ligados a ele com fortes vínculos também afetivos de amizade e fidelidade ⁽⁷²⁾.

Na história da Congregação essa “vinculação afetiva” dos superiores com o Reitor-Mor foi meio poderoso de unidade e serviu para se superarem de modo feliz, situações graves e difíceis ⁽⁷³⁾.

No momento atual é necessário renovado sentido dessa vinculação, principalmente por parte dos Inspectores, dos seus Conselhos, e das Conferências Inspetoriais (onde existam). Dela resultará intensa e efetiva união de corações, mentes e vontade, que permitirá enfrentar com êxito feliz os grandes problemas do nosso pós-capítulo, e com eles os inevitáveis riscos da descentralização, sem fendas na estrutura sólida da Congregação.

Caríssimos, estou percebendo que vos entretive por muito tempo; mas o tema é vasto e reveste interesses verdadeira-

(72) Cfr. MB, 13,885.

(73) Cfr. P. Miguel Rua, *Lettere Circolari*, pág. 95; 182; e P. Ricaldone, *Fidelidade a Dom Bosco Santo*, pág. 79 e seg.

mente vitais para a Congregação. Justamente por isso vos renovo o convite a que presteis vossa atenção a estas páginas, relendo-as — quando for preciso — para tirar delas as necessárias conclusões para a ação.

Achamo-nos diante de um problema que não é de simples “reorganização”, mas de fidelidade eclesial e docilidade espiritual a Nosso Senhor. Congregação e Comunidade Inspetorial, Unidade e Descentralização, Centro e Periferia, Movimento centrípeto e Dinamismo centrífugo, são aspectos diversos de uma única realidade que nos empenha vocacionalmente.

Eis a nossa tarefa de crentes. Sermos fiéis a Dom Bosco é desafio cotidiano de iniciativas e profundidade de fé. O futuro da Congregação se apóia deveras sobre o “suor da nossa frente” e sobre a lealdade de nossa irrevogável “opção de pertença”.

Maria Auxiliadora nos alcance as graças necessárias para esse fim!

Encontremo-nos unidos *in fractione panis*.

Com toda a afeição,

P. LUÍS RÍCCERI,

Reitor-Mor.

APÊNDICE

ESQUEMA DOS PODERES DESCENTRALIZADOS CONFORME O CGE

Tomamos aqui em consideração só a *descentralização de poderes, do nível central ao nível inspetorial*; não consideramos, ao invés, a descentralização do nível inspetorial ao nível local.

Neste âmbito apresentamos aqui na ordem:

- 1 — os *órgãos de governo* aos quais o CGE atribuiu novos poderes;

2 — os *poderes descentralizados*, agrupados em setores de atividades.

Este elenco não tem a pretensão de ser completo; é só exemplificativo.

1. Os órgãos de governo

O CGE atribuiu poderes particulares, ou alargou os poderes precedentes, aos seguintes órgãos de governo (entre parênteses as referências aos documentos relativos):

Conferência Inspetorial (poderes atribuídos: Regul. 130; 193; Regul. 149, 175; ACGE 178, 183, 185, 512, 555 bis, 620);

Inspetor com o seu Conselho (poderes ampliados: Const. 112, 183, 187; Reg. 12, 16 etc.).

2. Elenco dos poderes descentralizados

O CGE descentralizou do nível central ao nível inspetorial as seguintes faculdades.

a) ORGANIZAÇÃO DA PASTORAL

Regul. 4. Estudar nas Inspetorias as modalidades concretas de organização da Comunidade Educativa.

Regul. 5 (nota). Cabe às Inspetorias determinar os nomes a empregar (Oratório, Centro Juvenil etc.) e a que tipo de organização tais nomes correspondam.

Regul. 7. Normas inspetoriais sobre a admissão das jovens em algumas atividades do Centro Juvenil.

Regul. 16. O Inspetor com o seu Conselho pode instituir eventuais procuradorias (missionárias) locais e interinspetoriais, de comum acordo com o Conselheiro das Missões.

Regul. 72. Cada Inspetoria organize em seu setor o recrutamento e o cultivo das vocações; estabeleça os critérios, os métodos e as estruturas da orientação vocacional.

ACGE 185. Cada Inspetoria estude o modo da sua presença pastoral original no contexto da Igreja local.

b) ORGANIZAÇÃO DA VIDA COMUNITÁRIA

Vida comum:

Regul. 35. Cada comunidade estabeleça os momentos de oportuno silêncio.

Regul. 36. O Superior e a comunidade sintam a terminante obrigação de manter vigilante seu senso crítico e a consciência dos próprios deveres morais na escolha das leituras, das projeções cinematográficas e das transmissões radiofônicas e programas de televisão.

ACGE 512. Compete ao Capítulo ou Conselho Inspetoriais determinar os objetivos comuns da Inspetoria, promover-lhes a realização e programar experiências e meios conforme as necessidades mais prementes.

ACGE 515. Compete aos órgãos inspetoriais estudar possibilidades e conveniência de constituir pequenas comunidades e determinar-lhes as modalidades, incluindo o que se refere ao exercício da autoridade.

A oração:

Regul. 46. O Capítulo Inspetorial fixa as modalidades da Leitura Espiritual.

Regul. 49. O Capítulo Inspetorial estabelece as modalidades do exercício da Boa Morte, de Retiro trimestral e dos Exercícios espirituais.

Regul. 41. As Inspetorias estabeleçam o momento oportuno para a leitura quotidiana do Necrológio, em prática comunitária.

Regul. 54. As Inspetorias contribuirão para a elaboração do Manual com indicações e orientações particulares.

ACGE 555. Os Capítulos Inspetoriais deliberam sobre as outras práticas de piedade conformes à tradição: primei-

ra sexta-feira do mês, comemorações de Nossa Senhora Auxiliadora e de Dom Bosco, Via Sacra nas sextas-feiras da Quaresma, devoção aos mortos, festa dos santos salesianos e festas dos Padroeiros.

Pobreza:

Regul. 63. As Inspetorias devem dar “normas” para regular a cessão dos direitos autorais, segundo as formas legais previstas pelas respectivas nações.

Regul. 65. Cabe aos Capítulos Inspetoriais dar normas que estabeleçam no conjunto das comunidades da Inspetoria um nível de vida modesto e de real igualdade. Em particular: o uso dos instrumentos de trabalho considerados pessoais; as férias dos irmãos; as normas para concreta solidariedade entre as Casas; os auxílios que as comunidades prestarão às necessidades gerais da própria Inspetoria.

ACGE 619. As oportunas experiências de novos tipos de testemunho e serviço em meio aos mais pobres (encorajadas pelo Capítulo Geral) estudadas e assumidas pela comunidade inspetorial ou pelas comunidades locais, serão aprovadas pelo Inspetor com o seu Conselho.

ACGE 620. Os Capítulos Inspetoriais estudem a possibilidade de:

— separar a administração da obra, da administração da comunidade religiosa (e possivelmente, distinguir o ambiente de vida da comunidade, da obra na qual os irmãos trabalham);

— procurar o parecer e a colaboração dos leigos, na administração das obras, constituindo eventualmente conselhos de administração, nos quais eles estejam ativamente presentes;

— informar, convenientemente, aqueles a quem prestamos nosso serviço, sobre o andamento econômico das nossas obras.

Obediência:

Regul. 137. O Inspetor pode suspender a execução de uma disposição superior em casos especiais...

c) FORMAÇÃO

Const. 106. É tarefa das Inspetorias estabelecer o modo de realizar a formação e a organização dos estudos, segundo as exigências dos lugares e em conformidade com as diretrizes da Igreja e da Congregação. Suas deliberações são submetidas à aprovação do Conselho Superior.

Regul. 89. O Inspetor com seu Conselho tem a responsabilidade da escolha, preparação e atualização dos formadores. Nisto é ajudado pela Conferência Inspetorial e pelo Conselho Superior.

d) FORMA DE SOCIEDADE

ACGE 183. Os Capítulos Inspetoriais (e os respectivos Conselhos) estudem as modalidades de uma eventual instituição da "Diaconado permanente", cuidem da adequada preparação dos candidatos e, de acordo com a pastoral local, sigam atentamente esta experiência em vista de uma futura institucionalização.

e) ESTRUTURAS

Const. 193. O Capítulo Inspetorial estabelece a figura e os encargos dos responsáveis pelos principais setores da atividade educativo-pastoral da comunidade local.

Const. 187. Cabe ao Inspetor com o consentimento do seu Conselho, ouvido o parecer da comunidade local, determinar quais setores das atividades educativo-pastorais da Casa devem ser representados no Conselho local; determinará também se e quais Conselheiros deverão ser eleitos pela Assembléia dos irmãos.

Regul. 149. Cabe ao Capítulo Inspetorial determinar as modalidades da suplência ao Capítulo Geral.

f) ADMINISTRAÇÃO

Regul. 187. O Capítulo Inspetorial fixa a periodicidade do rendiconto que o ecônomo local deve fazer ao Inspetor e ao Ecônomo Inspetorial.

Const. 197. O Inspetor com o seu Conselho é competente para autorizar as operações de que se trata no art. 196 das Constituições, dentro dos limites de valor determinados pelo Reitor-Mor com o seu Conselho.

Regul. 175. O Capítulo Inspetorial é competente para formular normas detalhadas que dizem respeito à administração tanto inspetorial como local, sobre as matérias contidas no art. 175 dos Regulamentos.

g) NOMEAÇÕES

Const. 112. O Inspetor com o consentimento do seu Conselho e a aprovação do Reitor-Mor nomeia o Mestre de Noviços.

Const. 183. O Inspetor com o consentimento do seu Conselho e a aprovação do Reitor-Mor nomeia o Diretor de cada comunidade, levando em consideração as indicações obtidas mediante oportuna consulta feita entre todos os irmãos da Inspetoria.

As modalidades da consulta serão determinadas pelo Inspetor com o consentimento do seu Conselho.

III. COMUNICAÇÕES

1. Mudanças de Inspetorias

O Conselho Superior, no mês de julho último, determinou a unificação das Inspetorias de Quito e de Cuenca numa única Inspetoria com sede em Quito, com o nome de Inspetoria do Equador "Sagrado Coração de Jesus".

Ao mesmo tempo, deliberou o Conselho Superior que o Vicariato Apostólico de Méndez y Gualaquiza se constitua "ad experimentum" numa Delegação. Ficará a nova Delegação — de acordo com o art. 166 das Constituições — dependente do Inspetor de Quito.

Foram estas decisões tomadas pelo Reitor-Mor, com o seu Conselho, depois de um atento exame dos dados fornecidos pelas consultas feitas aos irmãos interessados e pelas propostas apresentadas pelos CIs locais.

Mais adiante, na seção *Documentos*, se apresentarão os decretos relativos às citadas mudanças.

2. Nomeação de Inspetores

Foram nomeados Inspetores os seguintes sacerdotes:

P. SALVADOR BASTARRICA para a Inspetoria de Bilbao (Espanha);

P. SALVADOR DE BONIS para a Inspetoria Romana (Itália);

P. SALVADOR ISGRO para a Inspetoria de New Rochelle (Estados Unidos);

P. ANTONIO MARTINELLI para a Inspetoria Vêneta, Oeste, (Verona — Itália);

P. HARRY RASMUSSEN para a Inspetoria de San Francisco, Estados Unidos, Oeste);

P. FÉLIX RIZZINI para a Inspetoria Central (Itália);

P. TÚLIO SARTOR para a Inspetoria Vêneta, Este (Veneza — Itália);

P. CARLOS VALVERDE para a Inspetoria (unificada) de Quito (Equador).

3. Rumo ao “Encontro Mundial de Salesianos Coadjuutores”

Novos passos foram dados na preparação do “Encontro Mundial de Salesianos Coadjuutores” que se realizará em Roma, na Casa Generalícia, durante o ano de 1975.

O Reitor-Mor, no dia 5 de agosto, mandou aos Inspetores — e “para conhecimento de todos os irmãos” — uma longa carta em que explica as razões que o levararam a convocar o Encontro, quem são os destinatários da iniciativa, quais os objetivos visados pelo Encontro Mundial e pelos prévios, Encontros Regionais, quais os tempos de atuação dessa vasta operação que por dois anos empenhará os Salesianos.

(A carta do Reitor-Mor se reproduz por inteiro na seção Documentos, neste número dos *Atos*).

Nessa mesma ocasião o Reitor-Mor houve por bem nomear, com carta pessoal, uma “Comissão Central” encarregada da organização do Encontro. É constituída de 10 membros (6 Coadjuutores e 4 Sacerdotes):

P. Mário Bassi (Universidade Pontifícia Salesiana, Roma);

Sr. Tiago Borchardt (Waldwinkel — Alemanha, Sul)

P. Tiago Collet (Chertsey — Inglaterra);

P. Antônio Ferreira (representante da América Latina, residente em Roma);

Sr. João Harkin (Warrenstown — Irlanda);

Sr. José Pellitteri (Casa Mãe, Turim);

P. Alfredo Roca (Barcelona — Espanha);

Sr. Renato Romaldi (Dicastério da Formação, Roma);

Sr. Henrique Ruiz (Barcelona — Espanha);

Sr. Carlos Tomasello (Inspetoria Central — Turim).

O escopo da Comissão Central é orientar, coordenar e animar as atividades de estudo, de reflexão e de atuação prática, as quais se desenvolverão nas Inspetorias e nas Regiões, através de várias etapas e em diversos níveis. As tarefas concretas da Comissão apresentam-se mais pormenorizadamente no ponto 3 do *Anexo* à carta do Reitor-Mor, publicado também mais adiante nos *Documentos*.

A Comissão Central reuniu-se pela primeira vez em Roma, na Casa Generalícia, de 7 a 10 de setembro, com a presença de todos os membros. Cuidou de sua organização interna, tendo sido eleito o Sr. Renato Romaldi como coordenador, e designados como seus diretos colaboradores o P. Mário Bassi e o Sr. Carlos Tomasello, para garantir à própria Comissão a necessária continuidade de eficiência. Os trabalhos da Comissão se desenrolaram de acordo com uma ordem do dia muito apertada.

Em primeiro lugar, a Comissão tomou conhecimento da situação atual dos Salesianos Coadjuutores na Congregação e do que se está fazendo para a preparação do Encontro Mundial. Para esse fim, entrou em contato com os seis Conselheiros Regionais do Conselho Superior. Alguns deles destacaram a diversidade de línguas existente em suas regiões, ou a excessiva extensão territorial, decidindo realizar — em vez de um Encontro Regional — dois ou mais Encontros Inspetoriais. Determinaram-se também os entendimentos necessários para um trabalho coordenado entre a Comissão Central e os Conselheiros Regionais.

Em segundo lugar, a Comissão estudou os meios de executar as linhas programáticas da carta do Reitor-Mor. De um modo especial:

- precisou ulteriormente as várias fases do roteiro dos trabalhos que levarão ao Congresso Mundial;

- preparou um esboço de possíveis “temas de estudo” que se apresentarão aos vários Encontros Inspetoriais e Regionais para crítica e busca de propostas;

- bosquejou também um esquema sobre o processo de representação dos Delegados ao Encontro Mundial (quantos Irmãos Coadjuutores, quantos sacerdotes deverão tomar parte por Região);

- finalmente, compilou uma “bibliografia essencial” sobre a figura do Salesiano Coadjuutor e do leigo consagrado na Igreja.

O Reitor-Mor, que no dia 7 de setembro abraça com a sua palavra os trabalhos da Comissão, quis também encerrá-los com cuidadoso exame dos seus resultados. Na homilia da celebração de encerramento valeu-se da expressão “*O Coadjuutor, esse desconhecido*”, querendo a um tempo, apontar uma situação de fato e a necessidade de superá-la com o estudo, a pesquisa comum e, precisamente, com o Encontro Mundial de Salesianos Coadjuutores.

4. O PAS erigido em Universidade Pontificia

Com o Motu Proprio "*Magisterium Vitae*", de 24 de maio de 1973, o Papa Paulo VI elevou o PAS de Roma à categoria de Universidade Pontificia.

Na seção *Documentos* apresentamos o *Motu Proprio* no texto latino e na tradução em vernáculo.

5. O "Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo"

No Salesianum de Roma se realizará, de 31 de dezembro a 5 de janeiro um "Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo". Sua organização corre por conta do Dicastério da Pastoral Juvenil Salesiana, com a estreita colaboração do Instituto Superior de Pedagogia da Universidade Pontificia Salesiana, que lhe assume a responsabilidade do ponto de vista científico e de conteúdo.

Destinatários do Encontro são os "operatori" (não só os estudiosos e teóricos) que na Família Salesiana se ocupam da educação e possam tornar-se "multiplicadores", isto é, pessoas capazes de, na prática, transmitirem a outras a mensagem do Encontro.

Essa iniciativa cultural se propõe identificar o "estilo educativo" de Dom Bosco nas suas raízes históricas (a tradição cristã), na sua atuação concreta nos tempos de Dom Bosco, nas realizações universais da Sociedade Salesiana, em relação com as situações atuais, tendo em vista o futuro.

Entre os relatores figuram professores do Instituto Superior de Pedagogia e conhecidos estudiosos de outras nações. Seus trabalhos se desenvolverão ao redor de quatro grupos de temas:

- o contexto em que Dom Bosco desenvolveu seu sistema educativo;
- o confronto do sistema preventivo com os dados das hodiernas ciências da educação;
- a condição e as exigências dos jovens de hoje;
- a situação atual dos responsáveis pelos jovens e pelas instituições.

Nada impede que ao Encontro, que por seu âmbito se define como "europeu", se sigam, num futuro próximo, iniciativas afins em outros continentes.

Esse aprofundamento do “sistema educativo” de Dom Bosco merece de parte dos irmãos toda a atenção porque visa a reforçar na Família Salesiana os ideais e os empenhos a respeito do “problema dos jovens”, enfrentado salesianamente.

Os Inspectores terão, em breve, informações mais pormenorizadas sobre a iniciativa.

6. O “Curso de preparação” para os futuros Missionários

De 2 a 26 de setembro realizou-se em Roma, na Casa Generalícia, o anual “Curso de preparação” para alguns dos Salesianos que tomam parte na “Expedição missionária de 1973”.

Do curso (organizado pelo Conselheiro para as Missões, P. Tohill, tendo o P. Altarejos como animador puderam participar onze irmãos, destinados à América do Sul: (os Salesianos componentes da 103.ª expedição missionária são mais ou menos uns quarenta).

Os participantes do curso tiveram pela manhã aulas dadas por professores do Pontifício Colégio Espanhol de Roma; as tardes foram aproveitadas para “colóquios práticos” sobre a vida missionária, propostos e dirigidos, vez por vez, por vários Superiores e peritos da Casa Generalícia salesiana.

A 12 de setembro, os cursistas foram recebidos pelo Papa; no dia 28 viajaram para Turim para a “função da despedida” dos missionários, que desde os tempos de Dom Bosco é anualmente celebrada na Basílica de Maria Auxiliadora.

7. Solidariedade fraterna: alcança os 200 milhões

a) INSPETORIAS CUJAS DÁDIVAS JÁ FORAM RECEBIDAS

ITÁLIA

Adriática	Liras	200.000
Casa Generalícia (Roma)		70.000
Lingure-Toscana		393.000
Subalpina		60.000
Vêneta São Marcos		365.000

EUROPA

Bélgica (Sul)	28.870
---------------	--------

ÁSIA

Bombaím	400.000
Calcutá	2.000.000
Madrasta	300.000

AMÉRICA

Bolívia	480.000
América Central	732.000
Equador-Cuenca	1.218.400
México-Guadalajara	144.000
Estados Unidos (Leste)	18.300

<i>Total das quantias recebidas de 12 de junho a 10 de setembro de 1973</i>	<i>6.409.670</i>
<i>Em caixa anteriormente</i>	<i>10.129.024</i>
<i>Total disponível em 10 de setembro de 1973</i>	<i>16.538.694</i>

b) DISTRIBUIÇÃO DAS QUANTIAS RECEBIDAS

EUROPA

Jugoslávia, meio de transporte para as atividades pastorais da Inspetoria de Lubiana	1.000.000
Jugoslávia, para a formação do pessoal da Inspetoria de Zagábria	1.000.000
Jugoslávia, para as necessidades da Casa de formação de Rijeka	1.000.000

ÁSIA

Índia, obras sociais aos cuidados dos estudantes de Bengala	1.000.000
Índia, vítimas de calamidade de Krisnagar	1.000.000

ÁFRICA

Cabo Verde, apostolado catequético e missionário	600.000
Egito, grupo de Aspirantes de Alexandria Egito, Oratório do Cairo	300.000
Rwanda, petrechamento do "Centro de Alfabetização" de Musha	500.000

AMÉRICA

Argentina, filhos dos indígenas do internato de Junín de los Andes	500.000
Argentina, obra de periferia "Centro Zeferino Namuncurá" de Salta	500.000
Bolívia, obra social de Muyurina	600.000
Brasil, meios audiovisuais de Humaitá	200.000
Brasil, paróquia de Ponta Grossa (PR)	500.000
Brasil, centro social da paróquia de Porto Velho	1.000.000
Chile, obra social de Santiago-Ramón	600.000
Colômbia, leprosário de Contratación	1.000.000
México, um jipe para as missões dos Mixes	992.000
México, "Casa de Exercícios Espirituais" do México	3.000.000
Peru, Centro Catequético de Lima	500.000

<i>Total distribuído (12.6 a 10.9)</i>	16.392.000
--	------------

<i>Saldo restante</i>	146.694
-----------------------	---------

TOTAL	16.538.694
-------	------------

c) MOVIMENTO GERAL DA SOLENIDADE FRATERNAL

<i>Quantia recebida até 10 de setembro de 1973</i>	200.018.637
--	-------------

<i>Quantia distribuída até essa data</i>	199.871.943
--	-------------

<i>Saldo em caixa</i>	146.694
-----------------------	---------

IV. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

Estando já de volta, pelos fins de junho, os Conselheiros Regionais, os sucessivos meses de julho, agosto e setembro constituíram-se em "período plenário de atividades" para o Conselho Superior, com muitos problemas em pauta e reuniões freqüentes, até duas vezes por dia.

1. As reuniões do Conselho Superior

Nomeações novas, conclusão do exame dos Capítulos Inspetoriais, análises dos relatórios apresentados pelos Conselheiros, ao termo de suas visitas às Inspetoriais, individualização dos problemas emergentes dos relatórios com concernência em todo o mundo salesiano, elaboração, para eles, de uma linha de ação válida para futuro imediato, são os pontos principais discutidos nas reuniões do Conselho. Aí vai um breve aceno.

Nomeações. Os novos Inspetores foram nomeados com o processo mais cuidadoso e responsável, como quer o CGE. Teve-se também que providenciar a delicada escolha do sucessor do P. Castilho (Referências mais amplas em outras partes dos *Atos*).

Os Capítulos Inspetoriais Especiais. Foram estudadas para aprovação as deliberações dos CIEs da Argentina: Bahia Blanca, Buenos Aires, Rosario; do Brasil: Campo Grande, Porto Alegre, São Paulo; do Chile, de Bogotá, do México (Guadalajara); de Cuenca e Quito; das Filipinas; de Lião (França); das duas Inspetoriais alemãs, polonesas e estadunidenses; do Uruguai, da Central, do Peru, de Valência (Espanha); da delegação do Vietname e da Casa Generalícia.

A dinâmica do exame dos CIEs e o em que ele consiste é assunto exposto nos ACS (n.º 269, pág. 57-58); foi, em síntese, um exame propositadamente acurado, porque importante: final, é justamente com a aprovação dessas deliberações formuladas pelas comunidades inspetoriais que se dá o "já" da largada para a verdadeira e própria atuação do Pós-Capítulo como lembrou o Reitor-Mor.

Os relatórios sobre as Inspetorias visitadas. Além dos seis Conselheiros Regionais, como todos já sabem, também o Conselheiro para

a Formação e o para as Missões haviam feito uma visita às casas salesianas com programa bem definido.

De volta a Roma, prepararam os Visitadores um relatório pormenorizado de seu encontro com os irmãos. Os seis relatórios dos Conselheiros Regionais contêm amplos dados estatísticos sobre as Inspetorias e suas atividades nestes últimos anos: obras, número de salesianos, movimento do pessoal, etc.; tudo isso enquadrado na situação sócio-econômica e pastoral da região visitada. Tais relatórios resenham os aspectos concretos da realidade salesiana: vida religiosa, formação dos salesianos, redimensionamento, pastoral juvenil e de adultos.

Foram os relatórios apresentados e comentados um por um em sessões do Conselho Superior; para cada um deles deram os relatores os necessários esclarecimentos, à medida que eram solicitados, procurando-se as soluções para os casos caracterizados como urgentes.

Uma linha de ação para o futuro próximo.

Da análise dos relatórios emergiram alguns problemas de caráter geral que dizem respeito à Congregação inteira. Nas reuniões de setembro, foram eles ponderados atentamente. Antes de tudo trata-se de individuá-los claramente, para depois se tirarem as diretrizes de ação para a Congregação num futuro imediato. Esse "plano de trabalho" está ainda em vias de elaboração, enquanto escrevemos.

Merece registro um fato novo para a Família Salesiana: na visão de mais estreita colaboração com as Filhas de Maria Auxilidora, nos últimos dez dias de setembro os seis Conselheiros Regionais dirigiram-se ao Conselho Superior das FMA para um relato de sua visita ao mundo salesiano.

Muitos outros assuntos foram discutidos nas sessões do Conselho Superior (como a unificação das Inspetorias do Equador, a interpretação exata do artigo 195 das Constituições, pedida por alguns Inspetores, a preparação do Encontro Mundial de Salesianos Coadjuutores"); tantos são que o só elencá-los seria longo.

2. O trabalho dos Dicastérios

Eis as principais iniciativas dos quatro Dicastérios no período de junho a setembro.

O DICASTÉRIO DA FORMAÇÃO terminou a preparação dos "Cursos quadrimestrais de Formação Permanente" destinados aos Salesianos; serão dados no Salesianum, na Casa Generalícia.

Há uma previsão, por alto, de três cursos para 1973/1974: o primeiro reservado de preferência para Salesianos da Itália e Espanha, com início em 20 de outubro próximo; o segundo atenderá, de março a junho de 1974, preferentemente os irmãos da América Latina; o terceiro, que começará em outubro de 1974, destina-se principalmente aos Salesianos do Oriente.

O Dicastério está também organizando o "Curso para Mestres de Noviços" de toda a Congregação, a realizar-se em Roma, no mês de março, próximo futuro.

Mereceu também atenção o estudo de iniciativas para comemorar uma data significativa para a Congregação: o primeiro centenário da aprovação das Constituições salesianas, que ocorre a 4 de abril de 1974.

O Conselho e os técnicos do Dicastério cuidaram, nestes meses passados, de movimentar — com conferências e pregações — várias semanas de estudo, cursos de exercícios e dias de espiritualidade em diversas partes do mundo salesiano.

NO DICASTÉRIO DA PASTORAL JUVENIL, o novo Conselheiro, Padre Juvenal Dho, está tomando conhecimento do trabalho que Dom Castilho tinha começado. O primeiro ponto importante programado é o "Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo" (do qual se trata largamente nestes *Atos*, na seção *Comunicações*). Estão também sendo objeto de uma série de estudos por parte do Dicastério os problemas "Escola e missão salesiana" e "Gestão social da escola" — de tanta atualidade hoje em dia.

O DICASTÉRIO DA PASTORAL DE ADULTOS convocou dois irmãos para exercerem dois cargos especiais: o P. Heitor Segneri ficou como chefe do Departamento de Imprensa Salesiana e do Departamento de Comunicações Sociais, e o P. Mário Cogliandro foi nomeado Secretário Geral dos Cooperadores Salesianos.

Entre as várias iniciativas do Dicastério, o P. Raineri, em junho passado, presidiu em Orsay (França) uma reunião de Inspetores e Inspetoras de língua francesa sobre o "Boletim Salesiano".

Além disso, no fim de agosto, ele mesmo representando o Reitor-Mor, esteve no quinto "Colóquio internacional sobre a vida salesiana", que se realizou em Luxemburgo. Nele tomaram parte conhecidos estudiosos salesianos e, pela primeira vez, Filhas de Maria Auxiliadora, Cooperadores e Voluntárias de Dom Bosco. Tema: "A Família Salesiana".

O DICASTÉRIO DAS MISSÕES organizou, no mês de setembro, o "Curso de preparação" para os novos missionários (Nota na seção *Comunicações*).

No dia 30 de setembro, na Basílica de Maria Auxiliadora de Turim, houve a cerimônia de despedida dos missionários da 103.^a Expedição, com a presença do Padre Tohill.

3. Os próximos encontros no México

O mês de outubro anuncia-se rico de acontecimentos, tendo por centro a Cidade do México. Está programado um encontro do Reitor-Mor e alguns Conselheiros com os Inspetores da Região Pacífico-Caribe; e se realizará também o Quarto Congresso Latino-Americano dos Ex-alunos Salesianos.

O ENCONTRO DOS SUPERIORES MAIORES com os Inspetores da Região confiada ao P. Henríquez tem sua motivação numa precisa indicação do roteiro pós-capitular fixado, a seu tempo, pelo CGE. Lê-se, com efeito, no número 761,12 dos Atos: "O Reitor-Mor e alguns membros do Conselho Superior promovam, em tempo oportuno, encontros com os Inspetores das diversas regiões para verificar o andamento da atuação do Capítulo Geral".

O encontro terá lugar de 2 a 12 de outubro. Além do Reitor-Mor e do P. Henríquez, tomam também parte os Conselheiros da Formação, da Pastoral Juvenil e da Pastoral de Adultos. Os Inspetores apresentarão um relatório sobre a atuação do CGE na própria inspetoria; a seguir haverá ampla discussão sobre temas salesianos; estão previstas intervenções de técnicos sobre variados assuntos.

"Vai ser um trabalho duro — escreveu o P. Henríquez aos seus Inspetores — com programa muito cheio; um encontro cansativo, por certo. Mas de importância excepcional, que poderá proporcionar enriquecimento incalculável para o futuro de nossas Inspetorias".

O QUARTO CONGRESSO LATINO-AMERICANO DOS EX-ALUNOS também se realiza na Cidade do México, de 11 a 14 de outubro. O Reitor-Mor estará presente na abertura e no encerramento. O Conselheiro da Pastoral de Adultos tomará parte nele durante o tempo todo. Além dos representantes da América Latina, outros também virão de quase todas as Federações Nacionais. Toma o magno acontecimento capital importância também pelo tema escolhido:

"O empenho do Ex-aluno salesiano pela justiça na América Latina".

OUTROS ENCONTROS. A ida ao México proporcionará aos Superiores ocasião para vários encontros com os Irmãos. O Reitor-Mor visitará Guadalajara (sede da segunda Inspetoria mexicana); Manágua, na Guatemala; e a missão entre os Mixe (méxico); verá os irmãos de Cuba, depois fará uma longa viagem que a levará a Los Angeles, Nova Iorque, San Francisco; a seguir, Melbourne, Adelaine, Sidney. Na Austrália, estará para o encerramento das festas cinquentenárias da chegada dos primeiros salesianos ao Novíssimo Continente.

O P. Viganò visitará os centros de formação salesiana para enfrentar, com os irmãos responsáveis, os problemas do setor; escalará em Guatemala, São Domingos Equador, Peru, Chile e Brasil.

O P. Raineri, por sua vez, terá diversos encontros com Inspetores e Delegados dos Cooperadores e Ex-alunos no Panamá, Bogotá, Medellín, Quito, Lima, Santiago e La Paz.

O P. Dho, esse tem encontro marcado, em Bogotá, com os Delegados da Pastoral Juvenil da Região do Pacífico; visitará os aspirantados do México, Colômbia, Caracas e São Domingos.

Esse cerrado diálogo entre irmãos nos vários níveis da Congregação exprime o desejo unânime de encontro e de renovação, em busca perene de melhor realização da missão de Dom Bosco no mundo.

V. DOCUMENTOS

1. Nomeação do novo Conselheiro para a Pastoral Juvenil

*Carta do Reitor-Mor, enviada a todos os Inspetores salesianos, data-
da de Roma em 25 de julho de 1973.*

Prezadíssimo Padre,

Tenho o prazer de lhe comunicar o nome do novo Conselheiro da Pastoral Juvenil que, de acordo com o Conselho, convoquei para substituir o nosso Padre Castilho, nomeado — como se sabe — Bispo Coadjutor da diocese de Trujillo, na Venezuela.

O novo Conselheiro é o Reverendíssimo P. Juvenal Dho, Vice-Reitor do PAS e Professor da Faculdade de Ciências da Educação.

O P. Dho é bastante conhecido e estimado, não só na Congregação, como também nos Dicastérios da Santa Sé, em muitas dioceses e num grande número de Institutos Religiosos, tanto masculinos como femininos, por causa principalmente de sua construtiva colaboração no estudo dos problemas juvenis correlacionados com os vocacionais.

Aceitou ele o meu convite com salesiana simplicidade, no propósito de pôr a serviço da Congregação, no setor que caracteriza nossa missão, toda sua experiência (viveu 25 anos na América Latina) e todo o seu preparo.

Ao mesmo tempo que lhe peço comunicar essa nomeação aos Salesianos, na certeza de interpretar-lhe o pensamento recomendando às orações suas e às dos Irmãos o caríssimo P. Dho e o mandato que ele vai iniciar.

Queira aceitar minhas cordiais saudações com votos de muitas felicidades.

P. LUÍS RICCERI

2. Unificação das Inspetorias de Quito e Cuenca

Decreto do Reitor-Mor, P. Luís Ricceri, datado de Roma em 6 de julho de 1973.

Baseado nos resultados das várias consultas feitas e nas propostas aprovadas pelos Capítulos Inspetoriais Especiais das Inspetorias “do Sagrado Coração de Jesus” de Quito, e de “Maria Auxiliadora” de

Cuenca, o Reitor-Mor, com o Conselho Superior Salesiano, na reunião de 4 de julho de 1973, deu o seu consentimento para a unificação das duas sobreditas Inspetoriais.

Em cumprimento, pois, da deliberação tomada, o P. Luís Ricceri, abaixo assinado, Reitor-Mor da Sociedade Salesiana de São João Bosco, em força dos poderes que lhe são conferidos pelo Decreto da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares "Ad instituenda experimenta" de 4 de junho de 1970, e do artigo 162 das nossas Constituições, decreta a cessação das Inspetorias "Sagrado Coração de Jesus" de Quito e "Maria Auxiliadora" de Cuenca e a constituição de uma única Inspetoria para o Equador, a do "Sagrado Coração de Jesus", com sede em Quito, confiando à nova Inspetoria todo o território, Casas e pessoal das duas Inspetorias cessantes.

O presente Decreto entrará em vigor a 15 de agosto, festa da Assunção ao Céu da Virgem Maria.

P. LUÍS RÍCCERI

3. Constituição da Delegação de Méndez y Gualaquiza

Decreto do Reitor-Mor, P. Luís Ricceri, datado de Roma em 6 de julho de 1973.

O Reitor-Mor e o seu Conselho, na reunião do dia 4 de julho de 1973, levando em conta os votos expressos pelos CIEs das cessantes Inspetorias do Equador, deliberaram quanto segue.

O território do Vicariato Apostólico de Méndez y Gualaquiza seja erigido, *ad experimentum*, em Delegação dependente do Inspetor da nova Inspetoria unificada, consoante a disposição do art. 166 das Constituições.

Após a eleição do novo Inspetor, o Reitor-Mor com seu Conselho procederá à nomeação do Delegado para a mencionada Delegação, tomando em especial consideração o parecer manifestado na consulta feita aos missionários interessados.

Este será membro do Conselho Inspetorial, e além dos poderes a ele concedidos pela convenção entre Inspetoria e Vigário Apostólico, poderá ter outros, delegados pelo mesmo Inspetor, exceção feita dos que constitucionalmente pertencem ao Conselho Inspetorial.

O Reitor-Mor e o Conselho Superior esperam que o Decreto de unificação das Inspetorias e a presente decisão de constituir em Delegação o território missionário sirvam para conservar na nova Inspetoria, com clareza, sua feição missionária, de maneira que se mostre, cada vez mais, campo aberto para a generosidade dos jovens (CGE, 463). Há de vir assim mais facilmente a graça da renovação das comunidades, e a Inspetoria inteira, com seu entusiasmo missionário, poderá mostrar mais vivamente a vitalidade da Congregação (ibidem).

P. LUÍS RÍCCERI

4. Encontro Mundial de Salesianos Coadjuutores

O Reitor-Mor em 5 de agosto de 1973 mandou aos Inspetores e para conhecimento de todos os Irmãos — uma carta com um anexo, a propósito do “Encontro Mundial: Salesianos Coadjuutores”.

Eis os dois documentos por inteiro.

a) CARTA DO REITOR-MOR

Prezadíssimos Irmãos,

escrevo-lhes a propósito do “*Encontro Mundial: Salesianos Coadjuutores*”. Sei que muitas Inspetorias e Grupos Regionais estão trabalhando com seriedade: folgo muito com isso.

Também o Dicastério para a Formação, por meio do Sr. Renato Romaldi, está prestando sua colaboração com diversas iniciativas de serviço aos vários grupos.

Gostaria, com a presente, de focalizar alguns elementos que interessam justamente à preparação, e por isso mesmo ao próprio êxito do Encontro.

1. As razões do Encontro

O problema dos Coadjuutores Salesianos está ligado à própria imagem da Congregação, que Dom Bosco quis composta de “eclesiásticos e leigos”. É, assim, elemento muito importante da renovação que o CGE está promovendo. O CGE compreendeu que a campanha do relançamento do Salesiano Coadjuutor — e, portanto, das vocações — dependia de um repensamento profundo da sua figura à luz de D. Bosco e da tradição, dentro do quadro renovado da vida religiosa do II Vaticano e das exigências dos tempos.

Com essa finalidade, o CGE resolveu preparar e convocar um Encontro Mundial, cujos princípios e linhas de ação se acham expressos em dois documentos contidos nas Atas do CGE. Os dois documentos não têm o mesmo valor, mas são inspirados pela mesma preocupação.

O primeiro documento “estabelece” no n.º 184:

“Com a intenção de realizar uma comunhão sempre mais intensa, também de co-responsabilidade diretiva, o CGE, depois de amplo debate sobre o coadjutor salesiano no contexto de nosso atual renascimento, dispõe que os irmãos coadjutores possam ser admitidos nos Conselhos nos graus diversos (locais, inspetoriais, mundial). É indispensável, portanto, providenciar adequada e gradualmente para tornar operativa esta decisão.

Por isso:

1. as inspetorias se empenhem em oferecer uma adequada preparação religiosa e teológica e uma qualificação técnico-profissional aos irmãos coadjutores, também em vista das novas possíveis responsabilidades;

2. onde couber, confiem-se aos coadjutores responsabilidades de direção nos diversos setores de que se compõe a obra, e nos quais se manifesta a presença salesiana, isto é: escolas, oratórios, editoras etc;

3. o trabalho mais importante e decisivo a realizar é, porém, a sensibilização ou mentalização, como se diz, de toda a Congregação face ao “Cadjutor Salesiano”;

4. prevejam-se e organizem-se possivelmente:

a) durante o primeiro biênio, depois da conclusão do CGE, uma Reunião de irmãos coadjutores de cada grupo regional (ou ao menos inte-inspetorial) para esclarecer seus problemas e para orientar aplicações práticas à luz das deliberações do CGE;

b) durante o segundo biênio depois da conclusão do CGE, uma Reunião dos irmãos coadjutores em âmbito mundial, com representantes de todas as regiões.

O segundo documento “sugere”, como roteiro pós-capitular, as seguintes alíneas do n.º 763, 4:

a) Como sinal de adesão a quanto o CGE a respeito do Coadjutor, procure-se tornar efetiva a possibilidade de que, ao menos nas inspe-

torias em que o número de Coadjuutores é superior ou se aproxima da proporção numérica dos Coadjuutores na Congregação, haja um Coadjuutor no Conselho Inspetorial.

Proceda-se proporcionalmente da mesma maneira no que diz respeito aos Conselhos das Comunidades locais.

b) Durante o primeiro biênio pós-capitular, realizem-se possivelmente encontros para Coadjuutores com o fim de estudar os documentos capitulares no que lhes diz respeito e sugerir aplicações específicas.

Realizar-se-ão eles em todas as Inspetorias, com participação de todos os Coadjuutores; em seguida em cada grupo de Inspetorias, com a participação de Coadjuutores eleitos pela própria Inspetoria; realizar-se-á por fim um Encontro em escala mundial, com representantes de cada Região.”.

2. Os destinatários

O Congresso Mundial dos Salesianos Coadjuutores constitui um fato novo na história da Congregação. Sua preparação, a realização, o êxito, deverão ter influência dificilmente calculável, nos coadjutores e nos salesianos em geral e no mesmo futuro da Congregação. Trata-se realmente de um fato que conclama toda a Congregação e não apenas uma parte dela.

É esta a interpretação autêntica dos números 184, 4a, b e 763, 4b dos Atos do CGE onde se fala de Encontro Mundial de Coadjuutores precedido de “Encontro de Coadjuutores”.

O sentido contextual destas afirmações é o seguinte: os Coadjuutores são, é verdade, os protagonistas e o objeto imediato do Encontro Mundial — e dos Encontros Inspetoriais e Regionais preparatórios — mas o Encontro é empreendimento e responsabilidade de todos, também dos sacerdotes. Todos, cada um no seu nível, são chamados a colaborar dentro das modalidades indicadas a seguir.

A pergunta: “*Quem é o coadjutor salesiano?*” significa indagarmos imediatamente a natureza, a missão e o espírito da Congregação.

Afinal, a Congregação, como foi ideada e fundada por D. Bosco, não pode ser senão uma comunidade apostólica de “leigos consagrados” e de “clérigos”.

Se observarmos bem, os problemas do Salesiano Coadjutor são os problemas da Congregação, os nossos problemas mais verdadeiros e essenciais.

Dentro da atual evolução histórica pode-se dizer, paradoxalmente, que o problema do Salesiano Coadjutor deve interessar mais aos não coadjutores que aos coadjutores. De fato, pode-se dizer que nem sempre os “clérigos”, devido a certa mentalidade que tem suas explicações históricas, possuem o conhecimento e a estima necessários do religioso leigo.

A vida salesiana, caracterizada por profunda unidade orgânica, exige interação contínua entre coadjutores e sacerdotes.

Por estes e outros motivos evidentes, impõe-se a participação ativa dos salesianos sacerdotes no Encontro. Ele está destinado a esclarecer muitas coisas e a dissipar muitas dificuldades. A redescoberta e reatualização do Salesiano Coadjutor podem significar fidelidade maior ao projeto de D. Bosco e um aprofundamento de nossa vida comunitária salesiana.

Estas considerações adquirem maior força, se pensarmos que a sociedade de amanhã, cada vez mais científica e técnica, exigirá presença nova do “leigo consagrado”, abrindo ao Salesiano Coadjutor horizontes e possibilidades totalmente novas.

3. *Objetivos principais do Encontro Mundial e dos Encontros Regionais e Inspetoriais.*

Os objetivos de tais Encontros podem resumir-se assim:

1. Estudar a vocação “religiosa leiga” do coadjutor na Congregação renovada do II Concílio Vaticano e no contexto sócio-cultural de hoje.
2. Formular aplicações práticas para tornar mais atual e eficiente esta figura apostólica idealizada por D. Bosco.
3. Sensibilizar e mentalizar a Congregação e toda a Família Salesiana, no que toca à realidade do Salesiano Coadjutor e à sua ação insubstituível em prol da missão comum.

4. *Renovação da vocação salesiana*

Já se disse que o ciadjutor salesiano foi uma “genial criação” de D. Bosco. Hoje, num mundo técnico e materializado, esta “genial criação” parece cada vez mais atual.

Temos a impressão de que ainda não se realizou toda a sua potencial capacidade apostólica.

Uma herança histórica, comum em muitos ambientes da Igreja, contribuiu de fato, também entre nós, para subestimar a figura do leigo consagrado, esta vocação tão antiga e tão moderna ao mesmo tempo. Houve, além disso, certa carência de formação religiosa que influiu negativamente.

Os tempos atuais, e muito mais o futuro, exigem decidido apostolado de testemunho (cf. PC, n.º 24-25). É necessário, pois, redescobrir em toda a sua amplitude a vocação do Salesiano Coadjutor e lançar de novo esse tipo de apóstolo novo no mundo novo. A criatividade apostólica do Coadjutor Salesiano abrirá certamente outros caminhos na linha da missão salesiana, no campo da evangelização, embora sem deixar de lado os caminhos tradicionais devidamente renovados.

É preciso superar esquemas estreitos, para dar amplo fôlego à vocação do Salesiano Coadjutor. Esta é precisamente a tarefa do Encontro: estudo, reflexão e oração. Todos devem estar empenhados nesse trabalho, e com a maior confiança. E olhar para a frente, para o trabalho que nos espera, com alegria e entusiasmo.

O Encontro e todas as iniciativas colaterais deverão ser ocasião para apertar sempre mais os laços de uma perfeita fraternidade salesiana, onde, por acaso, se houvessem eles afrouxado.

5. *Tempos de Atuação*

Os elementos de organização para a preparação Mundial dos Salesianos Coadjutores estão no *Apêndice* a esta minha carta. Eles merecem toda a atenção para que os objetivos propostos sejam atingidos.

Propõe-se o calendário abaixo para o desenvolvimento regular dos trabalhos:

No correr de março de 1974	Conclusão dos "Encontros Inspetoriais"
No correr de setembro de 1974	Conclusão dos "Encontros Regionais ou Interinspetoriais"
No correr de janeiro de 1975	Envio das Atas dos Encontros Regionais ou Interinspetoriais à Comissão Central.

6. Conclusão

Termino esta minha carta, renovando a todos o convite de apoio e de colaboração para o feliz êxito desses Encontros.

Eles haverão de contribuir para dissipar eventuais incompreensões, espanar a poeira de verdades quiçá não muito focalizadas no dia de hoje, sobretudo no que concerne à valorização e compreensão da nossa vocação religiosa e da figura do Salesiano Coadjutor, esse componente tão original.

Nossa Senhora Auxiliadora, inspiradora e sustentáculo da nossa Congregação, seja-vos propícia em luzes e confortos com sua bênção. Saúdo-vos com afeto e me recomendo às vossas orações.

PADRE LUÍS RICCERI

b) ANEXO

Elementos para organizar a preparação do "Encontro Mundial dos Salesianos Coadjuutores"

1. Comissão Inspetorial

Tem por fim estudar, à luz da tradição Salesiana, dos Atos do CGE, e do II Concílio Vaticano, a figura do Salesiano Coadjutor em seu contexto de vida real.

Será constituída por iniciativa do Inspetor, conforme julgar oportuno, lembrando-se que não deve faltar uma adequada representação de Sacerdotes.

Uma vez constituída esta Comissão, informem-se quanto antes o Superior Regional e a Comissão Central, indicando o nome do responsável principal.

Cabe-lhe estudar detalhadamente o "roteiro" do Encontro Inspetorial, sua organização e desenvolvimento.

Estabelece os temas de estudo, levando em consideração a situação local dos Salesianos Coadjuutores e as orientações gerais da Comissão Central.

Promove iniciativas e anima ao estudo dos temas, as Comunidades locais e cada um dos Irmãos, visando ao Encontro Inspetorial e à necessária "sensibilização" para com a figura do Salesiano Coadjuutor.

Distribui os temas para os Relatores do Encontro Inspetorial.

Define as modalidades e representação no Encontro Inspetorial.

Organiza os Atos do Encontro Inspetorial e os apresenta à Comissão Regional.

Participa, por direito, do Encontro Inspetorial.

2. *Comissão Regional (ou Interinspetorial)*

Tem sentido organizativo e técnico, mas essencial na fase de preparação.

Será constituída por iniciativa do Conselho Regional, de acordo com os Inspetores interessados, e se comporá de Salesianos Coadjuutores e Sacerdotes.

Os Salesianos Coadjuutores serão ao menos a metade.

Estuda pormenorizadamente o "roteiro" do Encontro Regional, sua organização e desenvolvimento.

Estabelece os temas de estudo, levando em conta as colaborações dos Encontros Inspetoriais e as orientações gerais da Comissão Central.

Mantém-se em contato com as Comissões Inspetoriais e lhes coordena os trabalhos.

Escolhe os Relatores dos temas do Encontro Regional.

Faz a síntese e a integração dos "trabalhos" dos Encontros Inspetoriais e envia cópias deles aos Delegados Inspetoriais para o Encontro Regional.

Determina as modalidades de eleição e representação dos Delegados Inspetoriais.

Cuida dos Atos do Encontro Regional.

Participa, por direito, do Encontro Regional.

Nota: Com o termo "Região" entende-se o conjunto de todas as Inspetorias confiadas ao mesmo Conselho Regional.

Onde a distância entre as Inspetorias, ou a diversidade de língua, ou outra causa razoável, não permitisse a celebração de um único Encontro para toda a Região, poder-se-ão realizar mais Encontros Interinspetoriais, sob a responsabilidade, cada um, de sua própria Comissão.

3. *Comissão Central*

Por sua própria natureza, essa Comissão terá caráter internacional e de complementariedade (Coadjuutores e Sacerdotes).

Será assessorada por Peritos, conforme as necessidades.

Estabelece minuciosamente o "roteiro" do Encontro Mundial.

Elabora e propõe os temas gerais.

Mantém-se em contato com as Comissões Regionais ou interinspetoriais, e lhes coordena os trabalhos.

Designa os Relatores oficiais, e lhes confia os temas do Encontro.

Faz a síntese e a integração dos Encontros Regionais, e deles envia cópia aos Delegados Regionais para o Encontro Mundial.

Propõe ao Conselho Superior as modalidades de eleição e representação dos Delegados Regionais.

Participa, por direito, do Encontro Mundial.

4. *Participantes do Encontro*

Dos *Encontros Inspetoriais* participarão todos os Salesianos Coadjuutores (Atos do CGE n.º 763,4b), e uma adequada representação de Sacerdotes, competentes em vida religiosa e em problemas específicos dos Salesianos Coadjuutores, conforme as modalidades que serão estabelecidas pelo Conselho Inspetorial, ouvido o parecer da Comissão Inspetorial.

Dos *Encontros Regionais ou Interinspetoriais* participarão os Salesianos Coadjuutores e os Sacerdotes eleitos pelos participantes dos encontros Inspetoriais, conforme as modalidades que serão estabelecidas pela Comissão Regional ou Interinspetorial.

Do *Encontro Mundial* participarão os delegados eleitos pelos participantes dos Encontros Regionais ou Interinspetoriais, conforme as modalidades que serão comunicadas oportunamente pela Comissão Central.

5. *Atos dos Encontros*

Todos os Atos dos Encontros, nos vários níveis, deverão conter:

- a relação dos participantes e suas respectivas qualificações e encargos no âmbito do Encontro e na vida normal;
- data, duração, lugar de realização do Encontro;
- temas tratados;
- textos das Relações e respectivos Relatores;
- Conclusões e moções.

Disso tudo será enviada cópia à Comissão Central. Os Atos do Encontro Mundial serão publicados e postos à disposição dos Irmãos.

6. *Informações e Correspondência*

É favor, no tocante aos Encontros acima mencionados dirigir-se diretamente a:

Commissione Centrale
Convegno Salesiani Coadiutori
Via della Pisana 1111
00163 ROMA

5. *Sobre a ereção do PAS como Universidade Pontifícia*

a) *Carta dirigida pelo Card. Villot (Secretaria de Estado, número 237.940) ao Reitor-Mor, P. Luís Ricceri, datada do Vaticano, no dia 11 de agosto de 1973.*

Reverendíssimo Senhor,

tenho o prazer de lhe enviar o “Motu proprio” anexo, mediante o qual Sua Santidade o Papa Paulo VI conferiu o título de Universidade ao Pontifício Ateneu Salesiano.

Queira Vossa Reverendíssima aceitar também meus augúrios e os mais sinceros parabéns pelo alto reconhecimento.

Valho-me, prazerosamente, da oportunidade para reafirmar meus sentimentos de religioso respeito a V. Rev.ma.

G. CARD. VILLOT.

b) *Texto latino do "Motu proprio" com que Paulo VI conferiu o título de Universidade ao Pontifício Ateneu Salesiano:*

Paulus PP. VI

Magisterium vitae, quo animi, praesertim iuniorum, et christianis virtutibus excolerentur et perpolirentur doctrinis, Societas S. Francisci Salesii quasi praeclaram hereditatem a S. Joanne Bosco, conditore suo ac legifero patre, accepit ac per temporum cursum sedulo exercere nisa est et amplificare, neque in praesenti id agere desinit. Nam egregius ille Christi sacerdos ad quendam traditur scripsisse: "Studium et pietas verum te reddent Salesianum" (cfr. E. Ceria, *Memorie Biografiche del Beato D. Bosco*, Torino 1934, XV, p. 28). Ipse enim, "gravissimum educationis momentum in vita hominis eiusque influxum semper maiorem in socialem huius aetatis progressum" (Conc. Vat. II, Grav. educ., 1) praesentiens, ita suorum munus anno MDCCCLXXXIV in proemio Constitutionum Societatis Salesianae effinxit: "Catholicae religionis ministris persuasum semper fuit in adolescentulis instituendis maximam esse sollicitudinem adhibendam. Etenim iuventute malis aut bonis moribus imbuta, bona aut mala ipsa hominum societas fiet. Ipse Christus Dominus huius rei veritatis nobis clarum exemplum suppeditavit praesertim cum parvulis ad se advocatis divinis manibus benediceret, atque clamaret: "sinite parvulos venire ad me". Nostris vero temporibus longe maior urget necessitas" (A. Amadei, *Memorie Biografiche di S. Giovanni Bosco*, Torino 1939, X, p. 846).

Sodales vero Societatis Salesianae mirum illud a Sancto Fundatore et patre traditum artis educandi charisma pie receperunt non modo quasi quoddam sacrum depositum custodiendum, sed etiam tamquam uberrimum germen fideliter excolendum. Quod quidem altiora et diligentiora studia superiore et organica, ut aiunt, institutione exercenda deposcit, quibus omnia, quae in fontibus continentur, et catholico sermone methodoque scientifica explicantur et novis postulatis apte respondeatur.

Propterea, tanti parentis vestigia secutus, B. Michael Rua, proximus eiusdem in regenda Societate successor, cui non ita pridem Beatorum Caelitum honores Nosmet decrevimus, mature, id est anno MCMIV, Fulgiti in Salassis, quem pagum Foglizzo Canavese vulgo apostolica est concessa facultas alumnos ad gradus academicos ternationale a S. Michaële condidit, quod esset Salesianis sodalibus primaria domus studiorum. Cui annis MCMXII et MCMXIV a Sede apostolica est concessa facultas alumnos ad gradus academicos Baccalaureatus et Licentiae in sacra theologia promovendi. Praeter

hanc sedem studiorum theologicorum, a MCMXXIII in ipsam urbem Augustam Taurinorum, nomine indito S. Joannis Bosco, translata, etiam Institutum philosophicum scholasticos Salesianos exciniebat.

Denique anno MCMXL hoc doctrinarum domicilium, eiusdem Apostolicae Sedis auctoritate, ad dignitatem Pontificii Athenaei, ad Salesianos discipulos pertinentis, est provectum, quod Facultates theologiae, philosophiae, iuris canonici complecteretur.

Quod cum laetis esset auctum incrementis iuvat potissimum memorare Institutum disciplinarum paedagogicarum, omnibus patens, eidem accrevisse — anno MCMLXV, Augusta Taurinorum relicta, in aedibus permagnis, ornatis, instructis Romae est feliciter collocatum.

Huic Athenaeo Nosmet ipsi, optatum Joannis XXIII, Decessoris Nostri rec, mem., ad effectum deducentes Pontificium Institutum Altioris Latinitatis commisimus ac deinde addidimus, quo responderetur "ei qua Ecclesia angitur, sollicitudini inter clericos studia Latinitatis promovendi eiusque magistros instituendi" (Alloc. ad Salesianos sodales in Pont. Athenaeo eorum habita 29 Oct. 1966, A.A.S., LVIII, 1966, pp. 1164-1165). Utroque eiusmodi Instituto Paedagogico scilicet, quo "ars artium" a Salesianis, quasi domestico usu in ipsam assuetis, docetur quodque hac aetate florere cognoscitur, et Latinitatis schola, quae, nonnullis difficultatibus pro huius saeculi moribus circumsaepta, ad exoptatum profectum niti videtur, eidem magno disciplinarum domicilio Salesiano peculiaris indoles et commendatio inter consimiles Romanas doctrinarum sedes accedunt.

Cuius quidem Athenaei Facultates omni sollertia et industria praestantur operam ad illam studiorum superiorum promovendam renovationem ac progressionem, quam Sacra Congregatio pro Institutione Catholica, attentis auspiciis ac praecentis Concilii Vaticani II, diligenter efficiendam ac provehendam constituit.

Nec praetereundum hoc esse videtur, quod ad eius vitalitatem pertinet: praeter scilicet quinque Romae erectas Facultates, in numerum conferri etiam Sacrae Theologiae sectionem, quam dicunt, Augustae Taurinorum conditam, Pontificiam Facultatem Disciplinarum Educationis a Filiabus Mariae Auxiliatricis in eadem urbe Augusta Taurinorum institutam atque cum Pontificio Athenaeo Salesiano consociatam, decem, deinde Salesianorum Instituta ad theologicos cursus peragendos destinata, Sacrae Theologiae Facultati ipsius Athenaei "affiliata", in variis Europae, Asiae et Americae regionibus distributa; atque fore spes est ut et alia proxime his annumerentur.

Pontificium igitur Athenaeum Salesianum efficacem vitam exercet et naviter operatur in toto fere terrarum orbe ea mente, ut viis et rationibus, quae proprie ad Studiorum Universitatum magisteria spectent, doctrinis iam quadamtenus formatorum institutionem promoveat iuxta peculiarem illum sancti Fundatoris spiritum, qui “systemate praeventivo”, quod vocant, explicatur, quique germanam suam naturam et vim ex Evangelio non sine divino consilio haurit.

Denique recens Speciale Salesianorum Capitulum Generale decrevit, ut Pontificium Athenaeum Salesianum, pastoralibus obtemperando Concilii Vaticani II praeceptis, singulari ratione sibi proprium haberet doctrinas, ad apostolatam maxime pertinentes, penitus pervestigare et collustrare, instante spectata necessitate iuventutem christiane instituendi, necnon postulationibus attentis hanc institutionem scientifice fulciendi, ita ut fructuosus dialogus cum mundo hodierno instaurari possit.

Cum ergo religiosa ista Familia de optimis studiis bene meruerit et spes effulgeat fore, ut, novo sibi Pontificiae benignitatis munere collato, novas utilitates et in hac regione Ecclesiae et humanae afferat consortioni. Nos motu proprio et Apostolica auctoritate decernimus atque pronuntiamus Pontificium Athenaeum Salesianum, legitime erectum atque iisdem S. Joannis Bosco filiis creditum, nunc et in posterum Pontificiam Studiorum Universitatem Salesianam esse nuncupandum; pariterque praecipimus, ut nova haec appellatio in Statuta et leges Athenaei, quod usque adhuc dicebatur, inducatur, quae quidem vi sua pergunt valere.

Quaecumque vero a Nobis hisce Litteris motu proprio datis decreta sunt; ea omnia firma ac rata esse iubemus, contrariis quibusvis nihil obstantibus.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, in festo Beatae Mariae Virginis Auxiliatricis, die XXIV mensis Maii, anno MCMLXXIII, Pontificatus Nostri decimo.

PAULUS PP. VI

c) *Tradução do Motu Proprio “Magisterium Vitae”.*

Papa Paulo VI

A Sociedade de São Francisco de Sales recebeu, como preciosa herança de São João Bosco, seu fundador e legislador, o magistério de vida, para com ele formar e educar, principalmente os jovens, na

doutrina e nas virtudes cristãs; ao longo dos anos se esforçou com zelo para exercê-lo e desenvolvê-lo; e não deixou de realizar, também nos nossos tempos, essa missão.

O próprio São João Bosco, exímio sacerdote de Cristo, escrevia a um clérigo seu nestes termos: "*O estudo e a piedade farão de ti um verdadeiro salesiano*" (cfr. E. CERIA, *Memorie Biografiche del Beato Dom Bosco*, Torino 1934, XV, p 28).

Ele, de fato, pressentindo a "*importância fundamental da educação na vida do homem e sua incidência sempre mais determinante no progresso social dos tempos modernos*" (Conc. Vat. II, Grav. Educ., 1), na introdução às Constituições da Sociedade Salesiana, formulava assim, em 1874, a missão de seus colaboradores: "*Os sacerdotes católicos tiveram sempre a convicção de que é preciso ter o máximo cuidado na educação dos jovens. Com efeito, é de uma juventude crescida nos bons ou nos maus hábitos que se constituirá a mesma sociedade humana, boa ou má. O próprio Nosso Senhor nos deu exemplo claro dessa verdade, especialmente quando chamando para junto de si as crianças para abençoá-las com suas mãos, disse: "Deixai que as crianças venham a mim". Aliás, neste nosso tempo, se percebe muito mais essa urgente necessidade*" (A. AMADEI, *Memorie Biografiche di San Giovanni Bosco*, Torino 1939, X, p. 846).

De seu pai e fundador, os membros da Sociedade Salesiana receberam, com veneração, o típico carisma da arte da educação, que lhes foi confiado, não só como sagrado depósito para ser guardado zelosamente, mas ainda como empenho de estudos mais vastos e profundos a serem feitos mediante um instituto de nível superior e orgânico, de tal modo que tudo o que está contido nas fontes seja formulado em linguagem universal e com método científico, e possa satisfazer convenientemente às novas exigências.

Por isso, seguindo as orientações do Santo Fundador e Pai, o P. Miguel Rua, seu imediato sucessor no governo da Sociedade Salesiana, para quem Nós recentemente decretamos a honra dos Bem-aventurados, já em 1904, em Foglisso Canavese, cidadezinha situada nos arredores de Turim, fundava um Instituto Teológico Internacional, com o título de São Miguel, para a sede central dos estudos reservada aos Sócios Salesianos. A esse Instituto, nos anos de 1912 e 1914 foi concedida, pela Sé Apostólica, a faculdade de conferir aos alunos os graus acadêmicos de Bacharelado e de Licença em Sagrada Teologia. Além deste centro de estudos teológicos, transferido em 1923 para a cidade de Turim, também um Instituto Filosófico, com o título de São João Bosco, acolhia os estudantes eclesiásticos Salesianos.

Finalmente, em 1940, esse centro de estudos, pela autoridade da mesma Sé Apostólica, era elevado à dignidade de Pontifício Ateneu, reservado aos Salesianos, e compreendia as faculdades de teologia, de filosofia e de direito canônico.

Este Pontifício Ateneu Salesiano, potenciado e ampliado — é grato lembrar sobretudo que foi acrescido com o Instituto de Pedagogia, aberto a todos os estudantes — oportunamente transferiu-se de Turim para Roma no ano de 1965, para uma nova sede maior, mais bem equipada.

A esse Ateneu Nós mesmos, realizando um desejo de João XXIII, nosso Predecessor de feliz memória, entregamos e em seguida nele inserimos o Pontifício Instituto Superior de Latinidade, para atender *"a uma constante solicitude que preocupa a Igreja, de promover entre os eclesiásticos os estudos de Latinidade e preparar convenientemente professores de tais disciplinas"* (Alocução aos Salesianos, proferida no Pontifício Ateneu a 29 de outubro de 1966; A. A. S. LVIII, 1966, pp. 1164-1165).

Por meio do Instituto de Pedagogia, onde ensinam os Salesianos a "arte das artes", esses Salesianos justamente, que são levados para essa disciplina como por uma tradição de família, se assiste nestes anos a um florescimento dessa instituição por meio também do Instituto de Latinidade, que cercado, embora, por muitas dificuldades devido às atitudes culturais contemporâneas, se esforça, como se pode constatar, por alcançar o desenvolvimento desejado, este grande Centro salesiano de estudos apresenta, entre as instituições acadêmicas similares existentes em Roma, particular característica e merece justa consideração.

As Faculdades do Ateneu colaboraram também, com empenho e constância, para a realização da reforma e progresso dos estudos superiores, que, seguindo os princípios e as normas do Concílio Vaticano II, a Sagrada Congregação para a Educação Católica promoveu e realizou diligentemente. Nem se deve menosprezar outro fato que demonstra a vitalidade do Ateneu: além das cinco Faculdades existentes em Roma, deve-se acrescentar, também, a seção de Sagrada Teologia erigida em Turim e a Pontifício Faculdade das Ciências da Educação instituída pelas Filhas de Maria Auxiliadora na mesma cidade de Turim e associada ao mesmo Ateneu Salesiano; além disso são dez os Institutos Salesianos para estudos teológicos filiados à Faculdade do mesmo Ateneu Salesiano, existentes nas várias nações da Europa, da Ásia e da América, e alimenta-se a esperança que quanto antes outros se venham acrescentar.

Goza, pois, o Pontifício Ateneu Salesiano de eficaz vitalidade e desenvolve sua atividade em quase todo o mundo, com a seguinte orientação: promover com a ciência, conforme os métodos próprios do ensino universitário, a educação e a formação dos que se destinam por sua vez a ser formadores dos outros, segundo o espírito peculiar do santo Fundador, comumente chamado "sistema preventivo", que, não sem uma particular disposição de Deus, tira do Evangelho a sua natureza e a sua força.

Finalmente, o recente Capítulo Especial dos Salesianos estabeleceu que o Pontifício Ateneu Salesiano, atendendo às orientações pastorais do II Concílio Vaticano, aprofundasse sempre mais, com estudo apropriado, e divulgasse as disciplinas mais úteis para o apostolado, ao se sentir cada vez mais difundida e urgente a necessidade de formar a juventude na vida cristã; além disso, levando em conta tais instâncias, mandou que essa formação recebesse também o fundamento científico, de modo que se possa realizar um frutuoso diálogo com o mundo moderno.

Sendo, pois, essa Família religiosa altamente benemerita pela seriedade e empenho dos estudos, e nutrindo Nós a esperança de que, concedendo-se-lhe um novo sinal de benevolência por parte da Autoridade Pontifícia, saberá conquistar ulteriores benemerências neste campo, para vantagem da Igreja e da sociedade civil, Nós, "motu proprio" e baseados na autoridade Apostólica, decretamos e declaramos que o Pontifício Ateneu Salesiano, canonicamente erigido e confiado aos filhos de S. João Bosco, agora e para o futuro seja denominado Pontifícia Universidade Salesiana; igualmente estabelecemos que esta nova denominação seja introduzida nos Estatutos e leis do Ateneu, como era denominado até agora; esses estatutos, porém, continuam a ter sua própria validade.

Mandamos que tudo o que foi decretado nesta carta, escrita "motu proprio", tenha pleno valor, não obstante qualquer disposição em contrário.

Dado em Roma, em S. Pedro, na festa da Bem-aventurada Virgem Maria Auxiliadora, no dia 24 de maio de 1973, décimo do nosso Pontificado.

PAPA PAULO VI

VI. DOS NOTICIÁRIOS INSPETORIAIS

Até agora chegaram os Noticiários Inspetoriais de 48 diferentes Inspetorias. O recebimento deles não é ainda muito regular, por várias e evidentes causas.

Nos recebidos recentemente, nota-se uma sempre mais crescente preferência pelo uso do providencial mimeógrafo, que permite comunicação rápida e econômica. Nota-se também justa preocupação de informação concreta, sem floreios, voltada para fatos verdadeiramente importantes da comunidade inspetorial e da Congregação.

No conjunto, os NI se apresentam ricos de bom material informativo, e de não fácil seleção para esta seção dos Atos: não é possível apresentar um panorama completo de tudo o que mereceria menção. Nestas páginas, a preferência é conferida nem sempre às notícias em si mais importantes, mas sobretudo aos testemunhos portadores de idéias e experiências consideradas menos conhecidas, ou capazes de sugerir e estimular tentativas análogas.

Com um agradecimento, um convite aos Srs. Inspetores: mandem sempre os NI ao Reitor-Mor, aos Superiores interessados, e ao Departamento de Imprensa.

1. Os Inspetores aos seus Irmãos

a) OS SERVIÇOS PASTORAIS PRÓPRIOS DO DIRETOR

Três são os serviços pastorais próprios do Diretor na comunidade.

Primeiro, deve ser antes de mais nada o animador espiritual e apostólico. Se há alguém que precisa ter boa dose de coragem nestes momentos nada fáceis da nossa história, é justamente aquele que aceitou a responsabilidade da comunidade.

Segundo, o Diretor há de ser o homem-motor que infunde dinamismo em todos, superando-se, esquecendo-se de si mesmo muitas vezes. Recordemos com realismo salesiano que devemos trabalhar com os homens que temos. É nossa tarefa ajudar os nossos homens, valorizando-os e fazendo-os "crescer" no desempenho apostólico.

Terceiro, o Diretor é também o homem formador dos seus irmãos. Vejamos a vida real como "escola de formação". Com o Dom Bosco, que ajudou os que viviam com ele a crescerem e a se fazerem homens.

(P. Antonio Calero — NI de Córdoba-Espanha, agosto de 1973)

b) OS TEMPOS DE DISTENSÃO

Saber repousar de maneira consoante ao nosso estado religioso condiz com o espírito do Evangelho: "Vinde a um lugar retirado e repousai um pouco".

Dom Bosco sentiu a necessidade de suspender sua surpreendente atividade e de se conceder, a contragosto, alguns momentos de repouso.

Um período de distensão, feita de modo devido, retempera as forças para um trabalho mais eficiente, e restabelece o equilíbrio psicológico, submetido hoje a desgaste excepcional.

Se as comunidades estão às vezes em estado de tensão, isso se deve também ao fato de que a ocupação do tempo está bem longe de ser verdadeira, de ser bem ordenada.

Mesmo os tempos de distensão podem e devem ser objeto de revisão e programação, se não quisermos comprometer os valores básicos.

(P. José Sangalli — *NI Ligure-Toscano*, junho de 1973, p. 2)

c) A SOLIDARIEDADE DAS PESSOAS

Nossa ajuda financeira (às missões, às obras em dificuldades, na perspectiva do clima missionário que o Reitor-Mor convidou a reavivar) é importante, mas não menos importante é a "solidariedade das pessoas".

Por exemplo: procurar suscitar nos jovens, nos mais crescidos dentre eles, o desejo de doar um período da própria vida (um ano, dois anos...) na África ou em outro lugar. E criar-lhes na retaguarda "grupos de alavanca" que, nesse meio tempo, se esforcem para viver na pátria os valores que tal gesto — esta partida "a serviço de..." — representa.

Colocar grupos de jovens em contacto com os grupos de além-mar... O P. Tanguy do Zaire, me escreveu em dezembro: "Se nas suas viagens encontrar grupos de moços decididos a fazer algo com os jovens africanos, diga-me logo".

Fazer sentir o apelo angustiado dos nossos irmãos às voltas com problemas desumanos... O P. Gimbert, por exemplo, do Haiti, quase cego, com 92 anos, — mas ainda na ativa, me escreve: "Se eu pudesse ainda viver uns vinte anos!".

A ajuda às missões nos leva longe. A caridade pode preparar os caminhos da justiça. Como escreveu o P. Raineri, "o empenho pela justiça tem duas faces: denunciar a injustiça, e tratar de suprimi-la, começando nós mesmos a fazer alguma coisa".

(P. Miguel Mouillard — *NI de Lião-França*, fevereiro de 1973, pp. 2-3)

2. Inspetoria Sino-Vietnamita — O centenário de Dom Versiglia

A Inspetoria Sino-Vietnamita decidiu comemorar o centenário do nascimento de Dom Versiglia, ocorrido aos 5 de junho de 1973. Assim o relato a NI (junho-agosto de 1973, pp. 4-5).

O P. Inspetor, na sua circular de 7 de abril passado, propôs que cada comunidade organizasse uma solene Comemoração deste Centenário, durante o ano escolar de 1973-1974, “com o escopo de fazer reviver sua lembrança entre os irmãos, e de fazer nossos jovens conhecerem sua luminosa figura. Por um lado esta comemoração ilustrará convenientemente o heróico martírio dele, e por outro, apresentará ainda mais convenientemente aos irmãos o exemplo das suas virtudes; e será isso o melhor estímulo para a renovação espiritual exigida pelo CGE”.

O Inspetor apresentou os seguintes motivos da oportunidade dessa comemoração:

— D. Versiglia foi o primeiro Salesiano missionário na China, o fundador da Casa de Macau e das Missões salesianas de Heung Shaw e Shiu Chow;

— D. Versiglia foi o primeiro Salesiano bispo na Ásia;

— D. Versiglia foi um homem de eminentes virtudes, e pode servir de modelo aos Salesianos de hoje. Podemos todos admirar e imitá-lo “a vida espiritual, de oração, o espírito de pobreza, o amor ao sacrifício e à cruz” tão calorosamente recomendados por Paulo VI no seu discurso aos membros do Capítulo Geral Especial;

— D. Versiglia morreu mártir da caridade, doando generosamente a sua vida em defesa da castidade ameaçada. A morte heróica lhe conquistou a admiração de toda a Igreja; há já diversos anos que a sua Causa de Beatificação está em curso, com fundada esperança de que dentro de dois ou três anos chegue o desejado dia da sua glorificação. É, aliás, dever dos Salesianos da China não deixar cair no esquecimento a sua memória;

— As celebrações do seu Centenário estão em perfeita harmonia com a Estréia Missionária dada este ano pelo Reitor-Mor a toda a Família Salesiana.

O Inspetor acredita enfim que se as celebrações no âmbito das comunidades locais derem um bom resultado, “o Centro Inspetorial estudará a oportunidade de promover uma comemoração em nível inspetorial.”

3. Inspeção Meridional — Perguntas sobre os Exercícios dos jovens

Durante o ano escolar os clérigos teólogos de Castellammare (Nápoles) prestaram a própria colaboração aos Exercícios espirituais dos jovens, realizados no Centro de Espiritualidade da Inspeção. No fim, estes clérigos formularam uma série de perguntas que agora propõem à consideração dos educadores, para que procurem “uma resposta meditada e pastoralmente séria” (NI — maio de 1973, pp. 3-4).

Partimos da constatação de base de que os EE (Exercícios Espirituais) estão intimamente ligados a todo o equacionamento da obra educativa da comunidade, de modo que a eficácia deles fica, seriamente comprometida — se não de todo anulada — por deficiências que se verificam neste campo.

Fazemos, então, estas perguntas:

— Que sentido têm os EE que constituem um parêntese na vida da comunidade, sem um antes e um depois, sem continuidade com toda a ação da Escola?

— Que sentido têm os EE que não forem, mesmo em nível de rapazes, “experiência de Deus”, através da oração sentida, e não imposta pelo horário, através do chegamento à Palavra de Deus?

— Que sentido têm os EE sem a plena e entusiástica adesão de todos os irmãos, sobretudo dos professores, até mesmo com sua presença física neles?

— Que sentido têm os EE “delegados” a pessoas totalmente estranhas, que assumem o rebanho e com o risco até de levá-lo quem sabe aonde?

— Que sentido têm os EE que não coloquem os rapazes em contacto com a vida cristã vivida, fosse embora apenas com a apresentação de experiências de irmãos empenhados? (problema dos modelos de comportamento);

— Que sentido têm os EE não preparados adequadamente? (explicar o que são, como e onde se fazem; relevar a situação espiritual dos rapazes; aproximar dos rapazes o pregador, os animadores...);

— Que sentido têm os EE impostos a todos, especialmente aos maiores, como uma das estruturas do colégio? (problema da liberdade de adesão);

— Que sentido têm os EE realizados segundo a mesma fórmula, considerada válida para todos indistintamente, meninos e rapazes,

duma classe ou de uma escola inteira, sem levar em conta situações espirituais diferentes e diferente desejo de empenho apostólico?

— Que sentido têm os EE num momento em que o ano escolar já chega ao fim, num clima de desmobilização geral?

— Que sentido têm os EE concentrados em dois ou três dias? Não seria melhor fazer retiros mensais de um dia, que oferecem a possibilidade de continuar e verificar um programa de empenho cristão?

— Que sentido têm os EE para rapazes que às vezes devem resolver problemas graves, como a existência de Deus, de Cristo, a validade do Evangelho?

— Que sentido têm o EE que por força precisam tratar de tudo, acabando afinal, por não tratar de nada?

— Que sentido têm falar de “Exercícios espirituais” mesmo na melhor das acepções? Não seria o caso de trocar a terminologia, tornando-a mais aderente à realidade?

Parece-nos que não basta dizer: “afinal, um pouco de bem sempre se faz!”, e ficar satisfeitos porque todos se confessaram e comungaram. Não é ainda seriedade pastoral.

O problema aqui não é o de querer destruir tudo; mas o de transformar de dentro para fora aquilo que — na definição de alguns jovens que estiveram em Castellamare — como o perigo de ser apenas “uma das tantas estruturas que o colégio impõe”.

Nossa inventiva pastoral deve descobrir formas novas para que este meio educativo e pastoral desejado por D. Bosco venha a alcançar os efeitos sonhados.

4. Inspeção do Recife

O colégio salesiano de Fortaleza, no primeiro semestre de 1973, organizou com os jovens um tipo de comunicação da “mensagem de vida cristã” baseado em reuniões, círculos bíblicos, exibições de cantos sacros, culminando no mês de junho com uma semana de “formação vocacional”. Assim relata o NI (setembro de 1973, p. 10-11).

A preparação da semana foi intensa. Fez-se o convite aos adolescentes de 12 a 16 anos; 42 deles atenderam.

Como se organizou a semana? Antes de tudo, a preparação dos ambientes: sala de encontro, saletas para reuniões de grupo, sala

para as projeções. Vários manifestos e cartazes, convocando para Cristo, para a Igreja, para a vocação, para o serviço, etc., foram espalhados pelos pontos mais convenientes para chamar a atenção.

Cuidou-se também de um horário adaptado: somente o período matutino, aproveitado. O vespertino, livre para esporte, música, discos e leitura.

A semana foi organizada nos estilo de "encontros".

Prestaram a máxima colaboração os clérigos estudantes salesianos do Nordeste, vindos de São Paulo para as férias. Eles deram a sua contribuição de convivência amiga nas reuniões, nos grupos, nas conversas e nas atividades recreativas.

A semana se concluiu com duas manifestações capazes de impressionar os jovens participantes: a profissão perpétua de um salesiano, e a ordenação de dois outros, um de leitor e o outro de diácono.

A semana obteve um êxito superior à expectativa. Muitos daqueles jovens sentiam a necessidade de uma vida cristã mais autêntica, para empenhar-se no seguimento de Cristo, na escolha de uma futura família ou de uma consagração religiosa.

5. Inspetoria de Verona — Uma "Consultoria da Família Salesiana"

Na Itália a Inspetoria de Verona dos salesianos e a de Pádua das FMA chegaram a um acordo para a criação da "Consultoria da Família Salesiana do Vêneto Ocidental". Apresentamos breve síntese da notícia (NI, julho de 1973, p. 6-9).

A "Consultoria da Família Salesiana" criada no Vêneto Ocidental tem a finalidade de manter a unidade de espírito dos vários grupos que constituem a Família Salesiana, e de promover um intercâmbio fraterno para recíproco enriquecimento e maior fecundidade apostólica.

Membros. A consultoria é constituída paralelamente do Inspetor, da Madre Inspetora, do Vice-Inspetor e da Vigária Inspetorial, dos Delegados e das Delegadas dos Cooperadores e Ex-alunos, de dois Diretores e duas Diretoras, dois Cooperadores, do Presidente e da Presidente dos Ex-alunos e Ex-alunas e de um salesiano Coadjutor.

A Consultoria fez uma primeira reunião dia 10 de junho em Pádua. Da pauta do dia constavam três temas indicando três objetivos a serem alcançados: "A Família Salesiana quer estar unida: no conhecimento recíproco, na oração e no trabalho".

O Vice-Inspetor P. Zanella, apontou no primeiro tema os modos de realizar o conhecimento recíproco: reflexão sobre os documentos relativos às duas Congregações gêmeas, à União dos Cooperadores, ao Movimento dos Ex-alunos, ao Instituto das VDB, etc. E o estudo também da história dessas organizações e da figura do pai comum, Dom Bosco.

O segundo tema, apresentado por uma Cooperadora, mostrou a oração salesiana (vida sacramental, devoção mariana e ao Papa) como fonte profunda da unidade.

A Madre Inspectora tratou da unidade na colaboração apostólica. Indicou as modalidades (encontros de cúpula, participação nas Consultorias Paroquiais, atuação da "mixité" juvenil segundo as linhas aprovadas, encontros de oração, auxílios mútuos para objetivos vocacionais, animação dos grupos de Cooperadores e Ex-alunos, iniciativas no setor missionário).

Essa temática, extremamente concreta e riquíssima de propostas, abriu o caminho às discussões sucessivas sobre a determinação prática do trabalho a ser desenvolvido em comum.

6. Inspetoria de Leão — Uma "Exposição Missionária" circulante

Uma "Exposição missionária" ambulante, organizada na Inspetoria de Leão e confiada ao P. Ezequias Gonzalo, fez um primeiro giro pelas casas salesianas da Espanha. Eis alguns dados sobre a iniciativa (NI, junho de 1973, p. 17-18).

Objetivos: oferecer aos irmãos subsídio extraordinário para ajudá-los a "criar intenso clima missionário" (Estréia); apresentar aos nossos alunos a dimensão missionária da Congregação Salesiana, como possível campo da sua realização vocacional; fazer as pessoas ligadas de algum modo à nossa Obra, conhecerem um aspecto da Congregação pouco conhecido e neste momento sumamente necessitado de ajuda.

Resultados: em todos os lugares a Exposição despertou agradável surpresa, que faz prever muitas e grandes possibilidades para o futuro.

Ela estimulou a curiosidade natural; mais, porém, o interesse pela mensagem que continha. Os alunos e as pessoas externas foram os que mais se impressionaram. Foi uma feliz maneira de tornar conhecida a amplitude real da ação salesiana, sobretudo das obras

do "terceiro mundo" que impressionam tanto a sensibilidade de hoje. A Exposição resultou num válido meio de promoção vocacional e de abertura de horizontes, essencial no trabalho educativo.

Obstáculos: a improvisação nos preparativos. Não se esperava que a iniciativa encontrasse tanto interesse; o tempo reservado para cada Casa foi em geral curto demais para atingir convenientemente todos os alunos; mais curto ainda no que toca às pessoas de fora.

Verificou-se que em muitos setores vigora ainda certa concepção infantil sobre as missões; por isso em algumas Casas os alunos mais crescidos não se interessaram pela iniciativa.

Viu-se que, se quisermos de fato suscitar espírito missionário, é necessário que em cada comunidade um irmão se encarregue disso.

Dados que foi possível recolher: (a eficácia interior escapa aos cálculos concretos): 58 casas visitadas; 39.250 alunos visitantes; 18.820 visitantes externos; 59 missas missionárias; 20 paraliturgias; 40 meditações pregadas aos irmãos; 58 conferências com projeções; 92 homilias; 82 projeções cinematográficas missionárias.

Foram vendidos objetos exóticos por 310.000 pesetas, e se recolherem ofertas num valor de 451.000 pesetas.

7. Inspetoria de Belo Horizonte — "As minhas férias nas missões"

Em alguns países, aos salesianos que trabalham nos colégios está-se oferecendo a possibilidade de um tipo de férias enriquecedoras e pastoralmente eficazes: férias nas missões. Significativo a esse respeito é o testemunho vindo do Brasil (NI, abril de 1973).

9 Jauareté, fevereiro de 1973. Pela segunda vez estou passando as férias nas missões do Rio Negro, aqui em Jauareté. Talvez perguntem: "Férias nas missões? Por quê? Para quê?"

Confesso que se trata de um turismo gostoso e barato. Mas bastaria isso para justificá-lo? Acho que não! De fato, não obstante o turismo, não há uma pessoa sequer que me haja desaprovado por esse meu gosto extravagante, mas também corajoso.

O fato é que não foi só o turismo que me trouxe aqui. Dizem os Atos do CGE que a renovação do espírito missionário é o melhor antibiótico contra o vírus do aburguesamento. É verdade.

Não tenho vergonha de confessar a minha falidade vocação missionária. Falida, nem eu sei bem porquê. Hoje, sinto renascer essa

vocação, mas tomo consciência de que não é mais possível. Falta-me, sim, a coragem de abandonar um pouco o espírito burguês do colégio de cidade. Brincando, costume dizer que para ser missionário é preciso ter muito espírito apostólico, espírito de aventura e alma de poeta. Não sei o que tenho de tudo isso, mas certamente me falta muita coisa.

Que esse período serve para curar um pouco o meu aburguesamento, isso eu posso garantir. Serve, e muito! Resolvi passar todo o tempo numa só missão, para viver a vida do dia-a-dia e não me sentir um estranho, apenas um visitante. Queria assimilar um pouco do espírito missionário. Por isso queria ficar. Agora volto satisfeito, porque consegui o que desejava. Sinto que volto menos burguês, revigorado na fé, e também na minha vocação de sacerdote e de salesiano.

Recebi muitas lições de otimismo e de esperança. Levarei sempre comigo a preocupação de trabalhar pelas missões, mesmo, de longe, e de voltar sempre que puder. *Padre Ivo.*

1. Um decálogo para a oração do homem moderno

À pergunta: "Reza o homem dos nossos dias?", Paulo VI respondeu: "Onde a Igreja vive, sim." E os fiéis, que superlotavam a audiência geral de 22 de agosto último, propôs "um decálogo de sugestões" para renovar a oração nas comunidades cristãs.

Quando nos propomos a idéia de promover uma renovação religiosa, necessariamente pensamos no reflorescimento da oração individual e coletiva. A Constituição sobre a sagrada Liturgia, isto é, sobre a oração oficial da Igreja, ocupa com razão um dos primeiros lugares entre os documentos do recente Concílio. A oração é um ato característico da religião (*cfr. S. TOMÁS DE AQUINO, Summa Theologiae, II-IIae, q. 83. a. 3*). Por isso, ao quisermos imprimir à vida religiosa uma consciência e uma expressão que correspondam às necessidades e às aptidões dos homens do nosso tempo, devemos convidá-los a rezar e ensiná-los a fazê-lo.

Sabemos muito bem que este tema é ilimitado. Seja-nos, porém, permitido reduzir a nossa exposição às mais elementares observações.

O respiro do Corpo Místico

Antes de mais nada, façamos esta pergunta: o homem dos nossos dias reza?

Onde a Igreja vive, sim. A oração é o respiro do Corpo Místico, é a sua conversação com Deus, é a expressão da sua caridade, é o esforço para chegar ao Pai, é o reconhecimento da sua Providência na dinâmica dos acontecimentos no mundo, é a súplica dirigida à sua misericórdia, pedindo a intervenção da sua ajuda na deficiência das nossas forças, é a alegria, que experimenta o Povo de Deus em poder elevar louvores a Ele, Deus, por tudo o que d'Ele nos provém, é a escola da vida cristã. Por outras palavras, a oração é uma flor, que germina numa dupla raiz viva e profunda: o sentido religioso (raiz natural) e a graça do Espírito (raiz sobrenatural) que anima em nós a oração (*cfr. Rom. 8. 26; HENRI BREMOND. Introduction à la Philosophie de la Prière, p. 224, etc.*). Pode-se até dizer que a oração é a suma expressão da Igreja, sendo, ao mesmo tempo, o seu

alimento e o seu princípio. É o momento clássico em que a vida divina começa a circular na Igreja. Por isso, devemos ter o máximo cuidado e uma estima altíssima pela oração, recordando, como diz o Concílio, que “a Sagrada Liturgia não exaure toda a oração da Igreja, porque, antes que os homens possam chegar-se à Liturgia, é preciso que sejam chamados à fé e à conversão” (*Sacrosanctum Concilium*, n. 9).

Como induzir à oração

Outro colossal obstáculo à renovação religiosa proposta pelo último Concílio e programada para o próximo Ano Santo é o seguinte: como podemos induzir os homens de hoje a rezarem?

Trata-se de um obstáculo, porque devemos reconhecer que a irreligiosidade de muita gente do nosso tempo torna muito difícil a elevação, nas almas dos nossos contemporâneos, de uma oração fácil, espontânea e gaudiosa. Simplificando, podemos dizer que existem duas ordens de objeções: a que contesta radicalmente a razão de ser de uma oração, como se esta não tivesse um interlocutor divino ao qual se dirige, e não passasse, por isso, de um ato supérfluo, inútil e até prejudicial à auto-suficiência humana, e, portanto, à personalidade do homem moderno; e a que, por um descuido prático não procura fazer esta experiência, conservando os lábios e coração cerrados, como alguém que não tem coragem para falar numa língua estrangeira desconhecida, e se habituou a conhecer a vida como se esta fosse destituída de qualquer relação com Deus (é o caso de Françoise Sagan, que disse um dia a um jornalista: “Deus! Eu nunca penso nele”. *Cfr.* CHARLES MOELLER. *L'homme moderne devant le salut*. p. 18).

Dissemos que é um obstáculo colossal, mas não é insuperável. O motivo é muito simples: queira-se ou não, a necessidade de Deus é conatural ao coração humano. Esse, muitas vezes, sofre ou degrada-se num ceticismo ilógico, porque reprimiu dentro de si a voz que, através de inumeráveis estímulos, desejaria elevar-se ao céu, não como a um cosmos vazio e terrivelmente misterioso, mas como ao ser primeiro, absoluto e criador, ao Deus vivo (*cfr.* ROMANO GUARDINI, *O Deus vivo*; P. C. LANDUCCI, *Il Dio in cui crediamo*; SIMONE WEIL, *A espera de Deus*; esta escritora morreu em Ashford, exatamente há trinta anos, no dia 24 de agosto de 1943). Com efeito, naquilo que representam de algum valor, pelo menos como fenômenos psico-sociais, notam-se na presente geração de jovens expressões estranhas de misticismo coletivo, que nem sempre é mistificação artificial, mas que

parece, pelo contrário, ser sede de Deus, talvez ainda inconsciente da fonte verdadeira em que pode saciar-se, mas sincera ao pronunciar-se silenciosamente como é: sede, profunda sede.

Seja como for, prestaremos ao problema da oração, quer pessoal, e, portanto, graduada segundo as exigências da idade e do ambiente, quer comunitária, e, por isso, proporcionada à vida coletiva, uma atenção particular, tendo em vista precisamente o reflorescimento espiritual que estamos esperando e preparando.

Um decálogo de sugestões

Podemos coligir empiricamente como um decálogo de sugestões que nos foram dirigidas por numerosas pessoas que trabalham corajosamente no campo contemporâneo do reino de Deus. Vamos agora propô-lo a título de informação, simples, mas talvez útil.

1. É preciso aplicar fiel, inteligente e diligentemente a reforma litúrgica, promovida pelo Concílio e bem determinada pelas autoridades competentes da Igreja. Quem a impede ou a atrasa indevidamente perde o momento providencial de um verdadeiro renascimento e de uma feliz difusão da religião católica no nosso tempo. Por outro lado, quem se aproveita da reforma para se lançar em experiências arbitrárias, dispensa energias e ofende o sentido eclesial. Chegou a hora de uma observância genial e concorde desta solene "*lex orandi*", na Igreja de Deus: a reforma litúrgica.

2. Será sempre oportuno que se faça uma catequese filosófica, escritural, teológica e pastoral, sobre o culto divino, como é professado hoje pela Igreja. A oração não é um sentimento cego; é a projeção da alma iluminada pela verdade e motivada pela caridade (*cfr. S. TOMÁS DE AQUINO, op. et loc. cit. ad 2*).

3. Vozes autorizadas recomendaram-nos que aconselhássemos grande cautela no processo de reforma de tradicionais costumes populares religiosos, procurando não extinguir o sentimento religioso ao revesti-lo de expressões espirituais novas e mais autênticas: o gosto do verdadeiro, do belo, do simples, do comunitário e também do tradicional (onde merece ser apreciado) deve presidir às manifestações exteriores do culto, com o cuidado de manter o interesse do povo por elas.

4. A família deve ser uma grande escola de piedade, de espiritualidade e de fidelidade religiosa. A Igreja tem uma grande confiança

na delicada, autorizada e insubstituível ação pedagógico-religiosa dos pais.

5. O preceito de guardar os domingos e dias de festa conserva, mais do que nunca, a sua gravidade e a sua importância fundamental. A Igreja já concedeu algumas facilidades para o tornar possível. Quem tem consciência do conteúdo e da funcionalidade deste preceito, deveria considerá-lo não só como um dever primário, mas também como um direito, uma necessidade, uma honra, uma felicidade a cuja realização um fiel ativo e inteligente não pode renunciar.

Ser unidade também socialmente

6. A comunidade constituída afirma a prerrogativa de ter para si a presença de todos os fiéis, a alguns dos quais, embora tenha sido concedida uma certa autonomia na prática religiosa em grupos distintos e homogêneos, não deve faltar a compreensão da índole eclesial, que é a de ser povo, com um só coração, isto é, de ser, mesmo socialmente, unidade, de ser Igreja.

7. O desenvolvimento das celebrações do culto divino, especialmente da santa Missa, é sempre um ato muito sério. Por isso, ele deve ser preparado e realizado com muito cuidado, sob todos os aspectos, até sob o aspecto exterior (gravidade, dignidade, horário, duração, andamento, etc...; nele a palavra deve ser sempre simples e sagrada). Os ministros do culto têm neste campo uma grande responsabilidade, como executores e como exemplos.

8. A assistência dos fiéis deve contribuir igualmente para a digna realização do culto sagrado: pontualidade, seriedade, silêncio, e, principalmente, participação. É este o ponto principal da reforma litúrgica. Foi dito tudo, mas resta ainda muito por fazer.

9. A oração deve ter os seus momentos de plenitude pessoal e coletiva, como se diz nas reformas litúrgicas.

10. O canto: Que problema! Mas é preciso não esmorecer. Não é um problema insolúvel. Está surgindo uma nova época para a Música Sacra. Muitas pessoas pedem, em todos os países, que seja conservado o canto gregoriano em latim do *Gloria*, do *Credo*, do *Sanctus* e do *Agnus Dei*. Deus queira que assim seja. Pode-se pensar de novo no modo como o fazer.

Quantas sugestões! Todas elas são muito bonitas, mas, no fundo, são também muito simples. Quanta força teria, como podeis ver, a sua

nova infusão espiritual nas comunidades dos nossos fiéis para introduzir na Igreja e no mundo a desejada renovação religiosa.

2. Recompôr a unidade interior da Igreja

Na alocução feita na audiência geral de 29 de agosto, indicou Paulo VI uma das metas, dentre outras, a se conseguir durante o Ano Santo: recompôr a unidade espiritual e real da Igreja. A essa unidade, disse, opõem-se, hoje, dois elementos de ruptura: a contestação sem caridade e a contraposição errônea entre Igreja carismática e Igreja institucional.

Como havemos de fazer, Irmãos e Filhos caríssimos, como havemos de fazer para resolver os problemas e para superar as dificuldades que o programa, proposto pela Igreja a si mesma em vista do Ano Santo, suscita e coloca nas suas enormes dimensões?

A razão é esta, repetimo-lo: o Ano Santo, que se aproxima e já desenvolve o seu esforço operativo nas Igrejas locais, quer ter este caráter de reconciliação geral e de renovação sincera da vida cristã, que a herança do recente Concílio nos obriga a procurar e de que já falamos muitas vezes.

Queremos dar a este acontecimento, ou melhor, a este movimento do Ano Santo, um aspecto de seriedade e de eficácia. Referimo-nos várias vezes às grandes dificuldades que este nosso propósito encontra, compartilhado, como esperamos, pela Igreja Católica inteira. À medida que nos aproximamos da realidade moral sociológica e histórica do nosso tempo, no qual devemos dar provas da validade dos nossos intentos, a atualidade revela-nos novos problemas e novos obstáculos. Por outras palavras, exige-se de nós uma sapiente penetração das presentes condições religiosas e morais e um "orçamento" mais generoso e mais fundado sobre a confiança na divina assistência.

Católicos, mas a seu modo

Que havemos de fazer, por exemplo, para superar a dificuldade da divisão, da desagregação que, infelizmente, se encontra agora em diversos grupos da Igreja? Na verdade, a Igreja não está declaradamente dividida em si mesma. Aliás, exatamente aqueles que lhe causam este mal-estar, e, algumas vezes, a tortura interior de dissensões e de arbitrariedades inconciliáveis, afirmam que pretendem, mais do que nunca, permanecer na Igreja ou melhor, ser "Igreja", o que revela

quão imperiosa é a necessidade, que deriva da vocação cristã, da unidade orgânica e visível do corpo místico.

Nunca se falou tanto de comunhão como atualmente. Muitas vezes são precisamente aqueles que promovem formas associativas contrárias à verdadeira comunhão, que dela falam. Por outras palavras, procuram distinguir-se, separar-se da autêntica comunidade dos irmãos, da única família eclesial. Depois de se terem esforçado por desacreditar o aspecto canônico, isto é, jurídico, institucional da Igreja, pretendem legalizar, com uma tolerância inteiramente suposta, a própria pertença oficial à Igreja, abolindo qualquer hipótese de cisma ou de auto-excomunhão.

Como se vê, a divisão de que hoje sofre a Igreja Católica, não se manifesta somente na sua organização estrutural; está principalmente nos espíritos, nas idéias, no comportamento de muitos, que ainda, e, freqüentemente, com obstinada convicção de superioridade, se declaram católicos, mas católicos como pensam eles, com livre e subjetiva emancipação de pensamento e de atitudes, e, ao mesmo tempo, com altiva ambição de uma autenticidade intangível.

Conheceis certamente, pelo menos algumas das manifestações dessa situação; por isso, podeis compreender de quanta pena amorosa enchem o nosso coração. A recomposição da unidade espiritual e real, no interior mesmo da Igreja, é hoje um dos mais graves e urgentes problemas da própria Igreja.

Não queremos perturbar as nossas almas com fantasmas assustadores, mas simplesmente convidar cada um de vós a colaborar para que na Igreja, por ocasião do Ano Santo, refloresçam o sentido efetivo da sua unidade constitucional, o amor e o sacrifício pela sua paz interior, o gosto e a paixão pela sua sincera harmonia de fé e de caridade.

Como nos permite o caráter elementar desta alocução, vamos reduzir a dois pontos, que julgamos principais, o diagnóstico negativo deste deplorável estado de coisas.

A contestação sem caridade

O primeiro ponto diz respeito ao espírito de contestação, que hoje se transformou em moda, e que se arrogam, muitas vezes com um desplante irresponsável, todos aqueles que no campo eclesial pretendem ser modernos, populares e pessoais.

Por si, a contestação deveria tender a individuar e a corrigir defeitos que merecem repreensão, e, por isso, a promover uma con-

versão, uma reforma e um aumento de boa vontade. Da nossa parte, não queremos exorcizar a contestação positiva, se esta permanece tal. Mas, infelizmente, a contestação tornou-se uma forma de auto-prejudicar-se, muitas vezes destituída de sensatez e de amor. Tornou-se uma afetação fácil que desvia o olhar dos próprios defeitos, voltando-o para os defeitos dos outros. Habilita a um juízo, às vezes temerário, sobre as faltas da Igreja, e desculpa, até com simpatia e conivência as dos adversários da Igreja, dos negadores de Deus, dos subversores da ordem social. Declara-se radicalmente a favor das reformas mais audazes e perigosas, e nega, depois, a própria adesão humilde e filial ao esforço renovador, que o catolicismo tenta envidar em todos os setores da vida e atividade humana.

Deste espírito negativo nasce um fácil instinto a distinguir-se da comunidade, a preferir egoisticamente o próprio grupo, a rejeitar a solidariedade às grandes causas do apostolado em favor do reino de Deus.

A contestação fala de libertação, mas navega, mesmo sem o querer, com amargura e tristeza, na direção de "um livre exame", isto é, de uma afirmação subjetiva, que não está certamente de acordo com a índole da caridade.

A caridade deve curar a Igreja deste contágio da crítica contestadora e corrosiva, que penetrou, aqui e ali, também no tecido do corpo místico. O carisma da caridade deve ser colocado no devido lugar, que é o primeiro lugar: "A caridade é paciente, a caridade é benigna. A caridade não é invejosa, não se ufana, não se ensoberbece. A caridade nada faz de inconveniente, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita. Não se alegra com a injustiça, mas rejubila-se com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (Cor. 13, 4-6). E assim por diante. Recordai este hino de São Paulo em louvor da caridade. Esta, a caridade, deve purificar a legítima e às vezes necessária contestação. Deve habituar de novo a Igreja a encontrar em si mesma o próprio coração, em cujas profundezas pulsa o coração divino, doce e forte de Cristo: "Aprendei de mim que sou manso e humilde de coração" (Mt 11,19).

Não existem diversas Igrejas

E o segundo ponto? Este refere-se a uma distinção que passa facilmente, mas abusivamente, da ordem lógica para a ordem da vida. Trata-se de uma distinção entre Igreja institucional e Igreja carismática; entre Igreja de Cristo e Igreja do povo guiado pelo Espírito

Santo; entre Igreja una, santa, católica e apostólica, e Igreja concebida segundo as próprias luzes pessoais ou segundo os próprios gostos subjetivos.

Este ponto merece igualmente a nossa reflexão, principalmente no que se refere às conseqüências negativas derivadas da preferência superficial, que hoje muitas pessoas costumam dar a esta chamada Igreja carismática, em oposição à tradicional Igreja institucional. Estas conseqüências negativas são principalmente duas: a desobediência e um pluralismo que excede os seus legítimos limites. Trata-se de temas que exigiram um desenvolvimento amplo e honesto. Ficará, se Deus quiser, para outra vez.

Agora, porém, limitar-nos-emos a negar a distinção substancial entre a Igreja institucional e uma suposta Igreja puramente carismática. Que Igreja fundou realmente Jesus Cristo? Jesus fundou a sua Igreja sobre Pedro, sobre os Apóstolos; não fundou outras Igrejas. Não existem diversas Igrejas. Plena e perfeita, na sua concepção, só existe uma. E foi a esta Igreja que Jesus mandou o Espírito Santo, para que a Igreja institucional vivesse da animação do Espírito Santo e fosse guardiã e ministra do mesmo Espírito. Os carismas, isto é, os dons especiais que o Espírito Santo infunde nos fiéis, foram dados em benefício da única Igreja existente e para a sua dilatação no mundo, como sabemos (*cfr.* 1 Cor 12).

Por isso, devemos restaurar este verdadeiro “sentido da Igreja”, isto é, um sentido que corresponda às intenções divinas e confira à Igreja aquela unidade interior, aquela vitalidade, aquela alegria de existir e de agir que nos dão testemunho a nós e ao nosso tempo da presença e da salvação de Cristo (*cfr.* Jo 17).

3. O Dia das Missões na perspectiva do Ano Santo

Texto da mensagem de Paulo VI para o Dia Mundial das Missões de 1973, que ocorre no dia 21 de outubro.

(...) O tema da renovação e da reconciliação dos homens com Deus e entre si deve, desde agora, polarizar o interesse, a reflexão e as iniciativas, quer das Igrejas de antiga tradição cristã, quer das Igrejas jovens existentes nos Países de missão: será a matéria de uma procura comum; será a orientação convergente; será como que o plano coordenador e unificador de energias e propósitos. A renovação compreende certamente o renovamento do espírito missionário da Igreja; e, além disso, a meta última e finalística da sua ação

evangelizadora não é, porventura, a reconciliação? E a reconciliação não é, porventura, o aspecto saliente que configura, define e revela o acontecimento da "conversão"? Dizemos conversão, não no sentido superado e impróprio de uma extrínseca e triunfalística conquista, ou de um proselitismo superficial, mas no sentido autenticamente evangélico da orientação da alma para Deus, sob o impulso da fé, que vê n'Ele o vértice de toda a realidade e o autor da ordem moral e, ainda mais, pela força da caridade, O reconhece Pai amoroso e cheio de misericórdia.

Esta mensagem para o Dia Mundial das Missões coloca-se, portanto, na exata perspectiva da iniciada celebração do Jubileu, e nós esperamos que todos os que a ouvirem, intuindo esta fundamental consonância de temas, saibam compartilhar as nossas ânsias e corresponder, segundo as suas possibilidades concretas, ao convite nela contido.

Diminuem as vocações missionárias

Há, de fato, neste ano um assunto particular que nos preocupa e exige, a título especial, a nossa solicitude de Pastor da Igreja, porque nasce da constatação de um fenômeno doloroso, que está, nos últimos tempos, sob os olhares de todos. Referimo-nos à diminuição do número de vocações missionárias, que se verifica exatamente no momento em que se torna mais necessário o envio de forças às nossas missões. É supérfluo recorrer agora à linguagem dos números e das estatísticas, nem queremos tentar fazer cálculos comparativos ou interpretativos. Basta a descoberta do fato, para avaliar o significado e os perigos desta falta de "pessoal", num setor vital para o desenvolvimento da fé e para o crescimento da Igreja. Basta a realidade do dado, para nos levar a repetir, com um sentido de profunda trepidação, a palavra de Cristo Salvador: *Mensis quidem multa, operarii autem pauci* (Mt 9, 37-38; cfr. Lc 10, 2).

Não faltam, certamente, as razões de ordem histórica ou sociológica que explicam esta carência; alguém dirá que é a crise religiosa do mundo secularizado, que é a crítica sistemática de alguns valores espirituais, que é a contestação de certos métodos, usados no passado, que determinaram este grave fenômeno. Diminuem por toda a parte os Sacerdotes e, portanto, não causa admiração que diminuam também os Missionários e os seus colaboradores. Trata-se, então, de um eclipse ou de um depauperamento do anúncio evangélico? Não seria uma atitude sã entristecer-se na denúncia dos fatos negativos, para,

depois, se ter a impressão de ficar dispensado da ação pessoal e do empenho responsável. A carência, pelo contrário, deve ser um motivo para refletir, para estimular à generosidade, para renovar à inteira comunidade eclesial o apelo de Cristo a que se peça ao Senhor da messe que mande operários para a sua messe (*ibid.*).

Métodos: encarnar-se como Cristo

Há uma expressão do II Concílio do Vaticano que nos ilumina a este respeito e nos ajuda a considerar quais são os nossos deveres para com as Missões: "A Igreja, para poder oferecer a todos o mistério da salvação e a vida trazida por Deus, deve inserir-se em todos esses grupos (os aglomerados humanos) com o mesmo movimento — *eodem motu* — com que Cristo aceitou, pela Encarnação, certas condições sociais e culturais dos homens com os quais conviveu" (Decr. *Ad gentes*, n.º 10). Também nisto Jesus é o nosso Mestre, indicando-nos qual deve ser a via para que a missão seja eficaz e fecunda: a do contato direto, da afinidade psicológica, da convivência com as populações, às quais levou o anúncio do seu Evangelho.

É preciso reconhecer que, desde o início da era cristã até hoje, os Missionários realizaram esforços admiráveis, pregando o Evangelho segundo a mentalidade e a linguagem dos homens, aos quais eram enviados. Eles estabeleceram as bases que sustentam a existência e a independência das Igrejas jovens, cuja vitalidade original e consoladora pudemos observar durante as nossas viagens à África, à Ásia, à Oceânia.

Mas hoje, perante tantas transformações sociais e culturais, são muitos os missionários que se interrogam com o coração angustiado: "Qual será o desenvolvimento da obra que começamos?". Certamente, a semente evangélica frutificou e, em relação ao passado, são mais numerosos os Missionários indígenas que proclamam o Evangelho, mas ainda por muito tempo os países africanos e asiáticos terão necessidade de vocações, ou seja, de Sacerdotes, de Irmãos e leigos, para poder satisfazer as exigências da evangelização. Também atualmente ouvimos muitos Bispos que repetem o convite: "Vinde, Missionários, vinde ajudar-nos nos nossos Países!"

O aumento proporcional dos indígenas que exercem o mandato missionário relaciona-se, assim, com a diminuição absoluta dos Missionários de origem européia, norte-americana e canadense, que se decidem a deixar o próprio País. Acrescente-se o fato, também inquietante, do limite de idade, acontecendo que metade do pessoal de ori-

gem estrangeira se encontra em idade avançada, ao passo que são poucos os jovens que o substitui.

Que se deve fazer nesta situação? Queremos lembrar, antes de tudo, os termos do problema: há o pessoal autóctone, chamado a assumir um papel crescente na evangelização da própria gente; há o pessoal originário de outras Igrejas, que, animado por um sincero espírito de serviço, deve continuar no seu empenho missionário.

Não se trata apenas de uma questão de equilíbrio: a causa comum do Reino de Deus associa intimamente ambos os grupos de mensageiros evangélicos para uma colaboração sempre necessária e indubitavelmente frutuosa. Não falamos, portanto, numa simples relação de "forças de trabalho", mas, pelo contrário, na sua harmoniosa coordenação, que é também, aliás, deve ser, expressão exemplar da comunhão eclesial. Por isso, renovamos aos nossos Irmãos no Episcopado o urgente convite a considerarem se as suas dioceses não podem e não devem favorecer o envio de Sacerdotes, de modo que o número seja mais bem distribuído nas diversas Igrejas. Esta é uma obra de programação pastoral que agora se impõe, para além dos limites nacionais e regionais, e influirá na futura organização canônica.

As vocações indígenas

Mas o mesmo apelo dirigimos, outrossim, em favor das vocações indígenas, para que tenham formação adequada e não se apaguem ou fiquem sufocadas por motivos de ordem econômica ou ambiental. Nenhuma vocação deve perder-se, nenhuma deve permanecer na incerteza, a nenhuma deve faltar o devido amadurecimento por escassez de recursos! Tocamos aqui outro aspecto do problema. As Igrejas jovens, na maioria, compartilham a condição de pobreza e de precariedade econômica dos homens e dos povos, entre os quais desenvolvem a sua missão. Nasce, assim, para todos os cristãos, o dever de colaborar e ser justos com os Sacerdotes, os Religiosos, as Religiosas, e os Irmãos e catequistas, que trabalham, sem nenhuns ou escassíssimos meios, para o bem dos próprios compatriotas. Já dissemos na encíclica *Populorum Progressio* que o "desenvolvimento é o novo nome da paz" (n.ºs 76-77). Mas não se deve esquecer que, na obra gigantesca em prol do desenvolvimento social e econômico dos povos novos, os Missionários estão entre os primeiros colaboradores e assistentes, porque têm maior conhecimento das necessidades dos próprios concidadãos, e incluem também este serviço no seu mandato missionário. São eles quem, na medida da ajuda recebida, acolhe os doentes nos

hospitais, dirige as escolas, promove, por toda a parte, o desenvolvimento, muitas vezes penoso, da própria gente. Cuidar da formação do pessoal indígena significa, portanto, servir a causa evangélica e também a causa do progresso e da paz.

Os elementos da nossa esperança

Se até agora delineamos o quadro das necessidades mais urgentes, devemos relembrar também, para que a análise seja completa e o juízo sereno, os elementos que fundamentam a nossa confiança. Deus está sempre presente nos nossos esforços, porque a causa do Evangelho Lhe pertence: n'Ele reside toda a nossa confiança, e, sobretudo no trabalho apostólico, *sufficiencia nostra ex Deo est* (cfr. 2 Cor 3, 4-6). Apraz-nos, além disso, recordar o que há de positivo nos horizontes da Igreja missionária.

Pensamos, em primeiro lugar, com viva alegria, naqueles jovens dos antigos Países, que, mesmo *ad tempus*, vão para as paróquias e lugares de missão, onde oferecem uma expressão magnífica da própria personalidade e recolhem experiências preciosas: ali tomam conhecimento, sem véus deformadores, dos problemas verdadeiros e concretos do desenvolvimento, ali exercitam as próprias capacidades criadoras, ao mesmo tempo que contribuem com as populações indígenas no campo organizativo, cultural e social. Pensamos, depois, nos Sacerdotes, regulares e seculares, que, das dioceses ou das sedes dos Institutos, se dirigem para Países da América Latina e da África, estabelecendo e desenvolvendo singulares relações que vinculam os seus lugares de origem com os lugares de missão: atrás de si deixam as antigas Igrejas e paróquias, que os sustentam no trabalho e ajudam, com um compromisso direto, as iniciativas apostólicas e caritativas. Pensamos, enfim, nos contatos ecumênicos entre missionários católicos e missionários de outras Comunidades eclesiais: inspirados na caridade evangélica, estes contatos, especialmente no campo da assistência sanitária e civil, assim como no campo da cultura e do desenvolvimento, servem para cancelar a má impressão dos resíduos de divisões da família cristã e para acelerar, segundo esperamos, a recomposição da unidade, à qual todos eles tendem, num testemunho de fé unívoco e convincente.

Era necessário, era justo dizer também isto, para que o doloroso fenômeno, que constitui o objeto da presente Mensagem, fosse convenientemente focalizado, sem ofuscar a visão da realidade missionária.

As Pontifícias Obras Missionárias

O Dia Mundial das Missões, que será celebrado no próximo mês de outubro, deve produzir um efeito estimulante e salutar, como um alento que desperte nos corações dos fiéis o dinamismo missionário, como elemento imanente da nossa fé. Este renovado espírito missionário levará não só a oferecer a Deus preces e obras de penitência, mas fará germinar novas vocações, aumentando aquelas ajudas de que as Missões tanto necessitam (*cfr. Decr. Ad gentes, n.º 36*).

Concluindo as nossas considerações, reiteramos a recomendação das Pontifícias Obras Missionárias, como instituições que, ao serviço do Papa e dos Bispos, favorecem as relações fraternas entre as Igrejas locais e são particularmente aptas a incrementar o espírito missionário de todo o Povo de Deus. O escopo principal destas Obras consiste exatamente na formação da consciência missionária (*cfr. Ad gentes, n.º 38*) e são chamadas pontifícias, não porque sejam separadas do quadro diocesano, mas porque a Igreja local, graças ao seu serviço, pode realizar melhor a sua função no conjunto da Igreja missionária. Se frisamos agora a sua importância, é para corresponder às declarações do Concílio, que lhes assinalou uma posição da mais relevante responsabilidade. Exortamos, portanto, todos os cristãos a sustentarem-nas e a seguirem o seu trabalho, que é universal, solicitando, ao mesmo tempo, que os Bispos e os Sacerdotes as promovam nas Igrejas e paróquias, dando-lhes a necessária articulação.

Que o Senhor abençoe o Dia Mundial das Missões, em favor do qual dirigimos este nosso insistente apelo. Queremos colocá-lo sob a especial proteção de Santa Teresa do Menino Jesus, cujo centenário de nascimento estamos a celebrar, e também nas perspectivas pastorais do novo Ano Santo. Ainda não passou para a Igreja a hora das missões; pelo contrário, está a começar agora para muitos povos. Adquirem grande valor para o momento atual da Igreja as sábias palavras do nosso Predecessor Pio XI, de saudosa memória: *Nihil actum, si quid agendum*. Nada está feito, se restam ainda tantas coisas para se fazer!

Do Vaticano, na solenidade dos Apóstolos Pedro e Paulo, 29 de junho do ano de 1973, décimo primeiro do nosso Pontificado.

VIII. NECROLÓGIO

P. Luís Baracchini

* em Lerici (Gênova-Itália) 4-6-1887, † em Buenos Aires (Argentina) 26-6-1973 com 86 anos, 65 de profissão, 51 de sacerdócio.

Por bem 44 anos desenvolveu com dedicação o apostolado missionário nas casas austrais da Argentina e nas de Porto Natales e Punta Arenas no Chile. Nutria um amor profundo pela Liturgia e o canto sacro; ainda nos últimos meses de vida a sua voz harmônica e entoada sobressaía, com edificação dos fiéis. Com sua partida deixa a lembrança de uma fidelidade a Dom Bosco levada até ao sacrifício total.

P. Eusébio Battezzati

* em Monte di Valenza (Alexandria-Itália) aos 9-4-1895, † em Bagnolo Piemonte (Cuneo-Itália) aos 12-5-1973 com 78 anos, 61 de profissão, 51 de sacerdócio. Foi diretor por 10 anos.

Provinha de família ligada a Dom Bosco. Prestou serviço militar durante a primeira guerra mundial, depois foi enviado aos Estados Unidos, onde completou os estudos, foi ordenado sacerdote e começou a sua atividade primeiro entre os imigrantes, depois como diretor, depois como mestre de noviços. Regressando para a Itália, trabalhou até que a saúde lho permitiu. Era um sacerdote bastante estimado pela solidez da sua formação, segurança e ao mesmo tempo amabilidade da sua ascética, amadurecida na experiência e nas provas da vida. Fechou os seus dias opostos no silêncio e na serena aceitação da vontade de Deus.

P. Roberto Baudin

* em Pérone (Alpes Mmes-França) aos 23-1-1911, † em Marselha (França) aos 4-8-1973 com 62 anos, 41 de profissão, 30 de sacerdócio. Foi diretor por 15 anos.

Era aberto e disponível a todos; a sua grande simpatia e espontânea jovialidade lhe granjearam a amizade de quantos se lhe avizinhavam. O seu amor aos jovens o impelia muitas vezes segundo o exemplo de Dom Bosco a ir além dos limites aconselhados por uma calculada prudência humana. Faleceu depois de uma longa doença que o obrigara a reduzir a sua atividade desde 1967.

P. Leão Bockstal

* em Telles (Tournai-Bélgica) aos 26-11-1900, † em Sainte-Ode (Flamierge-Bélgica) aos 16-5-1973 com 72 anos, 52 de profissão, 42 de sacerdócio.

Transbordante de iniciativas e sempre disponível, aos 65 anos fora para Israel a fim de reanimar uma escola profissional em Nazaré.

Homem decidido, alegre e simpático, sacerdote de fé profunda, inimigo de denguiques, permanecerá viva na lembrança de tantos amigos que ele conquistara em toda a parte com sua incansável atividade.

P. José Boursotty

* em Grasse (Nice-França) aos 3-7-1883, † em Santiago do Chile aos 15-6-1973 com 89 anos, 69 de profissão, 61 de sacerdócio. Foi diretor por 16 anos.

A Inspetoria lembra-se como uma página fúlgida da sua história. Em particular recorda a sua abertura ao Espírito (sentiu e viveu em profundidade a renovação da Igreja e da Congregação, com o estilo do Papa João XXIII, com otimismo, serenidade e operosidade). Foi pai espiritual de gerações de salesianos, como também de leigos, adultos e jovens. Em todos infundia entusiasmo para trabalhar na construção do Reino de Deus.

Coadjutor Luis Brunner

* em Kulz (Alemanha) aos 8-2-1912, † em Ens Dorf (Alemanha) aos 14-7-1973 com 61 anos, 38 de profissão.

Passou toda a vida de salesiano (menos um breve parêntese durante a segunda guerra mundial em que esteve sob as armas) como hortelão no noviciado de Ens Dorf. Era de poucas palavras mas exemplar como religioso e responsável no cumprimento do dever. Suportou a sua longa doença — câncer no estômago e intestino — com paciência admirável.

P. Francisco Burger

* em Stockenweiler (Baviera-Alemanha) aos 24-6-1908, † em Benediktbeuern (Alemanha) em 3-6-1973 com 65 anos, 46 de profissão, 37 de sacerdote. Foi Diretor por 25 anos e 6 de Inspetor.

Morria improvisamente poucas semanas antes do fim do seu inspetorado, durante as festas para a elevação a Basília Menor da igreja salesiana de Benediktbeuern. Bela figura de sacerdote, de salesiano e de educador, desenvolveu as suas qualidades em cargos de grande responsabilidades na Inspetoria da Alemanha do Sul. Trabalhou toda a vida com entusiasmo para Dom Bosco e para a Congregação. 'Lembrando o P. Burger não se pode esquecer a sua amabilidade, o seu otimismo, a sua generosidade e compreensão para o próximo' (P. Ricceri).

Coad. Italo Callegari

* em Monastier (Treviso-Itália) aos 26-9-1949, † em Caorle (Veneza-Itália) aos 26-6-1973 com 23 anos, 7 de profissão.

Perito químico, testemunhava a alegria da sua vocação salesiana na aula e na animação jovem do Oratório de San Doná di Piave. Esti-

mado e querido pelos jovens e irmãos, tinha apenas feito o pedido para a profissão perpétua. O Cristo antecipou o seu "encontro visível do amor do Senhor, que chama, com o amor do discípulo que responde" (*Const.*, art. 73).

P. Olinto Calussi

* em Montecchio-Cortona (Arezzo-Itália) 1-11-1916, † em Macerata (Itália) 19-5-1973 com 56 anos, 38 de profissão, 28 de sacerdócio.

Os exemplos de Dom Olivares, com o qual viveu em menino, ficaram indelevelmente impressos no seu ânimo receptivo. Foram as suas notas características a precisão no horário, a fidelidade às Constituições, a disponibilidade a tudo e a todos, a solicitude no ministério pastoral, o espírito de trabalho. Distinguiu-se no amor à pobreza, que nele não era somente uma voluntária carência de bens materiais, mas era um desapego verdadeiro de toda coisa: do sucesso, do prestígio, do reconhecimento dos homens, do interesse pessoal, da mesma vida.

Coad. José Calvi

* em Moio de' Calvi (Bérgamo-Itália) 1-9-1881, † em São Paulo (Brasil) aos 20-5-1973 com 81 anos, 71 de profissão.

Considerava ele uma fortuna ter feito a primeira profissão religiosa nas mãos do Bem-aventurado P. Miguel Rua, do qual procurava imitar o espírito de trabalho e união com Deus. Enviado como missionário ao Brasil em 1901, desenvolveu em algumas casas a incumbência de administrador ativo e fiel, provedor e encarregado do pessoal de serviço. Granjeou a estima de todos por sua laboriosidade, bondade e compreensão. Viveu na humildade e alegria, jamais procurando aparecer.

P. Antonio Candiani

* em Busto Arsizio (Varese-Itália) 25-2-1887, † em Cromisan-Betlém (Israel) aos 25-7-1973 com 86 anos, 66 de profissão, 54 de sacerdócio. Foi Diretor 24 anos.

Como verdadeiro filho de Dom Bosco, cumpriu com constância e fidelidade a ordem que o Pai deixou: Trabalho e temperança. Diretor em várias casas no Oriente Médio, foi de exemplo aos irmãos por sua vida de fé, de dedicação sincera, generosa sem medir sacrifícios. Cercado de afeto e estima, deixa profundas saudades.

P. Emílio Cantarutti

* em Zagreb (Jugoslávia) aos 11-9-1896, † em San Justo (Buenos Aires-Argentina) aos 16-7-1973 com 76 anos, 57 de profissão e 49 de sacerdócio. Foi Diretor por 25 anos.

Consagrou uma parte notável da sua vida trabalhando nas Casas de formação. Humilde e piedoso foi o "bonus vir" mensageiro da

doutrina de Jesus e do testemunho da caridade de Dom Bosco. Teve um enfarte enquanto concelebrava ao altar com um novel sacerdote.

P. Rafael Curti

* em Frascati (Roma-Itália) aos 23-4-1883, † em Banpong (Tailândia) aos 21-7-1973 com 90 anos, 74 de profissão, 63 de sacerdócio. Foi Diretor por 10 anos.

Foi para as missões na Tailândia com a primeira expedição de missionários salesianos para essa terra em 1927, e ficou até a morte sem nunca mais voltar para a pátria. Esteve por 10 anos como pároco em Donmottanoi, e consagrou depois o resto da sua longa vida ao trabalho do confessorário. Distinguiu-o uma não comum retidão de ânimo, e o amor à vida humilde e escondida.

P. José Maria Doblado

* em Lucena (Córdoba-Espanha) aos 24-11-1892, † em Málaga (Espanha) aos 14-5-1973 com 80 anos, 63 de profissão, 54 de sacerdócio. Foi Diretor 23 anos e por 6 Inspetor.

Ficou órfão em tenra idade, e, como Dom Bosco, tornou-se pai de um grande número de orfãozinhos. Como bom salesiano preferiu os meninos pobres e abandonados. Como Inspetor tomou muito a peito as Casas de Formação. Dedicou o último período de sua vida à contínua oração pela Inspetoria e Congregação.

P. César Fazzini

* em Buenos Aires (Argentina) aos 26-3-1889, † em Buenos Aires aos 26-6-1973, com 84 anos, 35 de profissão e 48 de sacerdócio.

Bom e simples, estava sempre pronto a mitigar as penas alheias e a dar a sua ajuda nas dificuldades. Foi confessor incansável e de trato paterno. Nos últimos anos passou pelo crisol da doença, que soube suportar com filial resignação à vontade de Deus.

P. Luís Ferrari

* em Flórida (Uruguai) aos 9-7-1885, † Montevideu (Uruguai) aos 21-7-1973, com 88 anos, 55 de profissão e 48 de sacerdócio.

Era o salesiano mais antigo do Uruguai; dormiu no Senhor tão silenciosamente como vivera. Deve-se-lhe a fundação de quatro obras no país. Prodigalizou-se, mesmo com graves incômodos devidos à idade, no apostolado sacerdotal e no ministério das confissões, especialmente a favor dos aspirantes e salesianos. Foi admirador e imitador do P. Rua na humildade e na pobreza. Seu último trabalho foi o de encarregado do arquivo da Inspetoria, por trinta anos, até à morte. Era o homem do silêncio, da ordem e das minúcias.

Coad. Carmelo Galea

* em Birkirkara (Malta) aos 17-8-1890, † em Iliema (Malta) aos 29-7-1973 com 83 anos e 59 de profissão.

Quando menino frequentou o oratório salesiano de Birkirkara, antes de entrar na Congregação Salesiana. Passou a maior parte da vida em nossa casa de São Patrício em Iliema, onde despendeu com generosidade suas forças no oratório anexo. Foi religioso exemplar, e deixa sentidas saudades.

P. Agostinho Gindri

* em Turim (Itália) aos 21-9-1919, † em Cheung Chau (Hong Kong) aos 2-7-1973, com 53 anos, 32 de profissão e 23 de sacerdócio.

Cheio de saúde, inteligente, ativo, teria podido e queria trabalhar ainda muito. Um dia saiu a pescar — era a sua única distração — e não o vimos mais: uma onda o teria atirado ao mar, teria talvez escorregado e caído desastrosamente: não sabemos explicar. Ficamos a sua querida lembrança e a saudade de tantos jovens que batizou e que serão a sua coroa na eternidade.

P. José Gorczyty

* em Dzieckowice (Polónia) aos 17-4-1910, † em Jaciazek (Polónia) aos 7-3-1973, com 62 anos, 44 de profissão e 34 de sacerdócio. Foi diretor por um ano.

Passou a maior parte da vida em Jaciazek: como catequista ensinava com muito empenho religião, e como organista acompanhava a música com sua bela voz. Especializara-se em embalsamar animais e deixa algumas coleções zoológicas de valor. Era diabético: aceitou a dor com serenidade e submissão à vontade de Deus.

P. José Knapp

* em Kalch (Viena-Austria) aos 24-4-1906, † em Bogotá (Colombia) aos 5-7-1973, com 67 anos, 45 de profissão e 36 de sacerdócio.

Consagrou aos mais pobres da Colômbia a sua vida salesiana e sacerdotal. Era o amigo e o irmão de todos: simples e puro como uma criança, todos o amavam porque a todos ele amava. O seu sorriso encobriu o heroísmo de muitíssimos anos de trabalho verdadeiramente missionário. No cemitério de Agua de Diós, seu último campo de trabalho, é que dorme o sono da paz.

P. Francisco Krajewski

* em Próchensko (Kielce-Polónia) aos 11-9-1910, † em Bialogard (Koszalim-Polónia) aos 12-2-1973, com 62 anos, 41 de profissão, 32 de sacerdócio. Foi diretor por 13 anos.

Ordenado sacerdote durante a última guerra, foi por muitos anos pároco e diretor. Era muito estimado pelos seus sacerdotes. Distin-

guiu-se pelo zelo apostólico e grande tino prático. Ultimamente, depois de se ter recuperado de um enfarte, era capelão das Irmãs.

Coad. Sigismundo Labanowski

* em Radziuszki (Baialystok-Polónia) aos 6-3-1898, † em Aleksandrów Kujawski (Polónia) aos 27-4-1973, com 75 anos e 46 de profissão.

Passou a sua vida consagrada ao Senhor ao humilde trabalho de hortelão. Modesto e calado, dava a todos exemplo de diligência no cumprimento do seu serviço. Nos últimos anos da vida trabalhava como sacristão.

P. Antônio Manoel Latorre

* em Cuzco (Peru) aos 7-7-1891, † em Lima (Peru) aos 16-7-1973, com 82 anos, 58 de profissão e 32 de sacerdócio.

Uma longa vida despendida completamente a serviço dos mais pobres. Suas características foram: bondade simples, amor ao oratório (ao qual deu todas as energias que tinha), adesão incondicionada a Dom Bosco e à Congregação. Nas casas em que trabalhou, sempre se dedicou aos meninos dos oratórios. Passou os últimos dez anos com os meninos da classe popular da Grande Lima, no bairro pobre do Rimac, onde se ergueu a primeira casa Salesiana no Perú.

Coad. Afonso Marucci

* em Marselha (França) aos 8-4-1911, † em Casale Monferrato (Alexandria-Itália) aos 2-6-1973, com 62 anos e 19 de profissão.

Professor, sacristão, factótum, porteiro: essas as etapas do seu trabalho salesiano. Soube aproveitar para o bem as circunstâncias variadas e nem sempre felizes da vida. Conseguiu enrobustecer o espírito de fé e alimentar com as provações sua assidua oração litúrgica, eucarística e mariana. Tinha verdadeiro culto pelo decoro da Casa de Deus. Sob aparência um tanto rude, demonstrava inteligência, disponibilidade, fidelidade.

P. Martinho Massalski

* em Bojszowy (Polónia) aos 26-10-1891, † Lódz (Polónia) aos 8-1-1973, com 81 anos, 61 de profissão e 50 de sacerdócio.

Laureado na Gregoriana de Roma em filosofia, começou ensinando filosofia no estudantado de Cracóvia, depois lecionou matemática em vários colégios. Por fim foi destinado à Escola Mecânica de Lódz, onde trabalhou por mais de trinta anos com bom êxito, até à nacionalização desta nossa obra. Deixando o magistério, dedicou-se à tradução de livros de formação salesiana e de ascética. Pode-se dizer que a morte o surpreendeu à mesa de trabalho, enquanto escrevia à máquina.

P. José Melle

* em Saluggia (Vercelli-Itália) aos 8-4-1891, † em Bári (Itália) aos 29-5-1973, com 82 anos, 58 de profissão e 53 de sacerdócio.

Amor à Eucaristia, maneiras simples, afabilidade no trato e incontida paixão pela arte foram características da sua vida. Era comovido assistir à sua Missa. Conservava alma cândida e amável como a de uma criança: os meninos tratavam com ele como com um dos companheiros. Era autodidata na arte, mas se deixava guiar por mestres competentes. Três obras merecem lembrança particular: pintou os afrescos da nossa igreja do Redentor em Bári, da igreja de Maria Auxiliadora em Roma e da nossa igreja de São José em Mol-fetta, obras que demonstram o seu talento de artista e a sua fantasia.

P. Paulo Michalek

* em Battrop (Alemanha) aos 29-6-1917, † em Rydułtowy (Polónia) aos 2-5-1973, com 55 anos, 36 de profissão e 27 de sacerdócio.

Prodigalizou as suas energias sacerdotais no apostolado entre os poloneses emigrados em Tel Aviv e Nazaré. Em 1957 voltou à Polónia e se entregou com zelo ao trabalho pastoral.

Coad. Jorge Mihojévic

* em Punta Arenas (Chile) aos 16-5-1902, † Santiago (Chile) aos 25-5-1973, com 71 anos e 51 de profissão.

Forçado à inatividade pelo inexorável mal de Parkinson, durante 30 anos foi símbolo da dor aturada com serenidade e alegria, especialmente nos últimos dez anos, imóvel já na cama, foi o mediador mais eficaz para todos os irmãos: os problemas mais urgentes dos salesianos, da pátria, da inspetoria eram apresentados, mediante o coração e prece do caro Jorge, ao Pai de toda a misericórdia.

Coad. João Murtas

* em S. Pantaleo Dolianova (Cágliari-Itália) aos 9-3-1884, † em Ancona (Itália) aos 10-6-1973, com 89 anos e 61 de profissão.

Unia um carácter forte e vigoroso a sentimentos de delicada gentileza. Desempenhou com diligência escrupulosa os encargos de des-penseiro e de sacristão da nossa igreja paroquial da Sagrada Família em Ancona. Sustentava-o grande apego à Congregação e singular devoção a Dom Bosco, ao P. Rua e ao P. Rinaldi.

P. Ampélio Ortega

* em Pedrosa de Urbel-Tardajos (Burgos-Espanha) aos 20-11-1903, † em La Plata (Argentina) aos 7-7-1973 com 69 anos, 53 de profissão e 46 de sacerdócio.

Viveu generosamente e em profundidade a sua vida de consagrado e de apóstolo. Cuidava com precisão da liturgia e do decoro

da igreja. Foi zeloso no ministério da palavra e da confissão e conseguiu fazer reflorescer as paróquias que dirigiu. Pode-se bem dizer que "o zelo pela casa do Senhor" consumiu as suas energias. Nos anos do ocaso a sua presença simples e boa era motivo de alegria e paz para os seus irmãos.

P. Edmundo Rosenbajger

* em Zakopane (Cracóvia-Polónia) aos 10-2-1906, † em Oswiecim (Polónia) aos 2-6-1973 com 67 anos, 45 de profissão e 37 de sacerdócio.

Verdadeiro salesiano de Dom Bosco, como pároco foi incansável no cuidado das almas. Com a sua bondade granjeava a simpatia de todos. Com o talento que tinha de engenheiro prestou grandes serviços à Cúria arquidiocesana de Wroclaw e à nossa Inspeção, construindo edifícios materiais e mais, ainda, com a sua vida, edificando os irmãos e os fiéis.

P. Mário Ruzzeddu

* em Sassari (Itália) aos 5-2-1910, † em Bangkok (Tailândia) aos 5-8-1973, com 63 anos, 47 de profissão e 40 de sacerdócio. Foi diretor por 23 anos; por 6, Inspetor e por 6, Delegado do Reitor-Mor na Coreia do Sul.

Foi para a Tailândia em 1928, onde se revelou missionário cheio de zelo e onde lhe deram cargos de confiança. Depois dos anos que passou na Coreia, voltou em fevereiro deste ano à Tailândia e ficou encarregado da grande igreja de São João Bosco em Bangkok, que construíra quando era inspetor. Não sabia nunca dizer não, qualquer que fosse a incumbência que se lhe desse. Morreu improvisamente ao fim de um laboriosíssimo dia de apostolado.

P. Paulo Stacul

* em Padgora-Gorizia (Itália) aos 20-6-1902, † em Guatemala, C. A. aos 24-1-1973, com 70 anos, 51 de profissão e 44 de sacerdócio.

Ânimo incansável e dinâmico, partiu como clérigo para as missões da China e da Tailândia. Vontando para a Itália, depois de 10 anos de sacerdócio e fecundo apostolado missionário, conseguiu a láurea em História Eclesiástica e se dedicou ao estudo e ao magistério. Aos 70 anos acolheu o convite para ir pela primeira vez à América; depois de poucos meses de exercício em a nova língua, pôde dar suas aulas de História Eclesiástica em espanhol.

P. José Strus

* em Strusy (Siedle-Polónia) aos 31-1-1905, † Lódz (Polónia) aos 29-4-1973, com 68 anos, 50 de profissão e 39 de sacerdócio. Foi diretor por 16 anos e por 6, Inspetor.

Lecionou por muitos anos física em nossos colégios e no estudantado filosófico que organizou em Kutno. Foi também o primeiro diretor do Estudantado Teológico de Lad. Educador cheio de experiência dos jovens salesianos, deixou em suas almas a marca da sua bondade

paterna. Os tempos difíceis em que exerceu o cargo de inspetor esgotaram-lhe as forças de tal modo que, terminado o mandato, não conseguiu recuperar-se fisicamente. Embora bem doente, empenhou-se a fundo no trabalho da Comissão capitular, como presidente, e preparou o sucessivo Capítulo Inspetorial Especial. Mas não pôde tomar parte nele.

Coad. Constantino Vincent

* em Ratte (Saône et Loire-França) aos 6-7-1885, † em Pressin-St. Genis-Laval (Ródano-França) aos 2-7-1973, com 88 anos e 67 de profissão.

Com a sua permanência ininterrupta, ativa e consagrada ao serviço dos jovens no Centro Agrícola de Pressin, este salesiano exemplar é como que o protótipo da vontade profunda, definitivamente decidida e jamais revogada, de realizar o ideal que escolheu. O seu amor profundo ao trabalho bem executado animou-o ao limite das suas forças físicas. Tudo isso nele se enriqueceu com uma piedade simples e sincera, também sem falhas.

P. João Wos

* em Hamborn-Bruckhausen (Westfália) aos 21-1-1899, † em Łódz (Polónia) aos 10-4-1973, com 74 anos, 56 de profissão e 46 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Como professor e conselheiro no seminário de Lad, preparou ao apostolado salesiano, diocesano e missionário muitas vocações de valor. Experimentou por 5 anos a vida desumana do campo de concentração em Oswiecim e em Dachau. Depois da guerra foi destinado à pastoral paroquial em localidades diversas. Quando as forças lhe vieram a faltar para a vida ativa, dedicou-se por desejo do Primaz da Polónia a preparar as estatísticas referentes ao martírio dos sacerdotes no período de 1939 a 1945.

P. Luís Yeh

* em Wenchau (China) aos 20-12-1912, † em Shangai (China) aos 22-5-1973, com 60 anos, 38 de profissão e 28 de sacerdócio.

Os seus parentes foram contrários à sua vocação, mas ele superou com heroísmo as dificuldades que surgiram e perseverou até o fim da vida. Em 1951 foi sob o regime comunista preso e ficou encarcerado por 7 anos. Passou depois o resto da vida como simples operário. Sofreu como verdadeiro herói pela causa da fé e para permanecer fiel à vocação religiosa e sacerdotal.

P. Germano Zandonella

* em Comelico Superiore di Dosoleto (Belluno-Itália) aos 8-7-1897, † em Lanzo Torinese (Itália) aos 15-7-1973, com 76 anos, 58 de profissão e 48 de sacerdócio. Foi diretor por 16 anos.

Era o décimo de 14 filhos. Amadureceu a sua vocação aos 17 anos, depois de ter experimentado quanto custa o pão, como emigrado na

Alemanha. Na guerra alcançou por merecimento o grau de tenente, a medalha de prata e a cruz de guerra de valor militar. O P. Cimatti admitiu-o à ordenação sacerdotal com este juízo: "Optimus et dignus undequaque".

Exerceu de modo admirável o apostolado da escola, todo centralizado em Dom Bosco e no seu sistema: razão, carinho, religiosidade, presença cheia de solicitude. Dos Ex-alunos tinha verdadeiro culto. Foi escritor dotado e erudito e deixou belos livros caracterizados por elevada finalidade educativa. Retirado em Lanzo por motivos de saúde, exerceu o apostolado da oração, do sofrimento e da pena.

